



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Sandolene do Socorro Ramos Pinto

Mobilização e conflitos em torno da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Campo da Mangaba, Maracanã-PA.

Belém
2016

Sandolene do Socorro Ramos Pinto

Mobilização e conflitos em torno da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Campo da Mangaba, Maracanã-PA.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós- Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.
Orientador: Dr. Heribert Schmitz.

**Belém
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Pinto, Sandolene do Socorro Ramos, 1972-

Mobilização e conflitos em torno da criação de uma reserva de desenvolvimento sustentável no Campo da Mangaba, Maracanã-PA / Sandolene do Socorro Ramos Pinto. - 2016.

Orientador: Heribert Schmitz.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2016.

1. Reserva de desenvolvimento sustentável - Maracanã (PA). 2. Extrativismo da mangaba - Pará. 3. Preservação dos recursos naturais. I. Título.

CDD 23. ed. 333.72098115

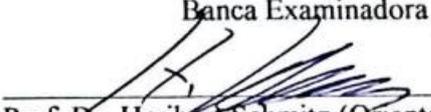
Sandolene do Socorro Ramos Pinto

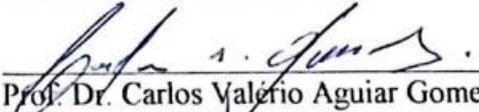
Mobilização e conflitos em torno da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Campo da Mangaba, Maracanã-PA.

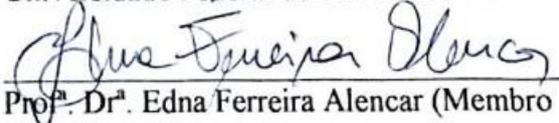
Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós- Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data da aprovação: 16//02/2016

Banca Examinadora


Prof. Dr. Heribert Schmitz (Orientador)
Universidade Federal do Pará/IFCH


Prof. Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes (Membro Titular)
Universidade Federal do Pará/NCADR


Prof. Dr. Edna Ferreira Alencar (Membro Titular)
Universidade Federal do Pará/IFCH

Aos meus amados pais Sandoval e Terezinha Ramos (*in memoriam*) pela vida, amor, companheirismo, incontáveis momentos de alegrias que jamais experimentarei novamente. Pelas oportunidades, por ensinarem a trilhar meu caminho com dignidade e responsabilidade. Acreditaram em meus ideais e incentivaram-me a prosseguir na jornada, fossem quais fossem os obstáculos.

Aos meus queridos irmãos, amigos insubstituíveis de todas as horas.

Ao meu esposo Adimilson e nossos filhos Adriano e Sarah, por estarem sempre ao meu lado, dando incentivo para enfrentar os desafios. A vocês minhas desculpas pelos momentos ausentes.

Aos moradores das comunidades do Campo da Mangaba, pela acolhida e muitas experiências compartilhadas.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter permitido que eu chegasse à conclusão de mais uma etapa de estudo.

Aos meus pais Sandoval e Terezinha Ramos (*in memoriam*) os pilares e as essências da minha vida.

Meu sempre companheiro e amável Adimilson, um profundo agradecimento pelo apoio, compreensão, ajuda e motivação na realização desse sonho que sonhamos juntos.

Aos meus amados Adriano e Sarah por compreenderem minhas ausências por conta das pesquisas.

Agradeço a toda minha família, em especial meus irmãos pelo apoio, carinho e compreensão. “Juntos somos muito fortes”.

Ao estimado professor Dr. Heribert Schmitz pela orientação competente e repleta de sabedoria, sempre mostrando o melhor caminho a seguir nas pesquisas. Seu apoio, ensinamentos e críticas foram decisivos desde as primeiras ideias sobre este trabalho. Muito Obrigada!

A todos os professores e funcionários do Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, pela responsabilidade na realização da docência e da pesquisa. Em especial à Dalva Maria da Mota, Noemi Porro e Livia Navegantes.

A todos os colegas de mestrado turma 2014, em especial Luiz Carlos, Laiane, Frank, Noemi, Rafaela, Genisson por compartilharem expectativas e experiências de nossa realidade social, que possamos contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

As representantes da CPT em Aricuru, especialmente Ir. Natércia.

A representante do STTR de Maracanã Ângela Moraes Tokumitsu, pela companhia agradável em alguns momentos da pesquisa de campo.

Aos representantes da APEAGA, CPP, AUREMAR.

Aos profissionais da SEMA-PA e do ICMBIO que atuam em Maracanã.

A todos os interlocutores participantes da pesquisa nas dez comunidades visitadas e na sede do município.

A dona Sandra, seu esposo Juscelino e seus filhos pela acolhida e bons momentos vividos na comunidade de Aricuru e a todos que forneceram dados, mapas, documentos, fotos e estiveram sempre dispostos a atender às solicitações referentes ao trabalho. Sem a ajuda dessas pessoas, a elaboração deste trabalho não seria possível.

RESUMO

A pesquisa apresentou a rara possibilidade de acompanhar o processo de criação de uma Unidade de Conservação. Foram analisadas as percepções dos atores locais em torno da proposta de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Campo das Mangabas, no município de Maracanã, Estado do Pará, com ênfase para as ações e posicionamentos em relação a essa proposta. Para elaborar o trabalho buscou-se a abordagem qualitativa, com a utilização de pesquisas teóricas e de campo, observações, entrevistas semiestruturadas e informais, nas dez comunidades que fazem parte da área, foram coletados dados também na sede do município e realizada duas entrevistas em Belém. Os resultados demonstraram que as mobilizações pela proteção dos recursos naturais do Campo da Mangaba começaram movidas pelas ameaças a biodiversidade local, por fatores como: queimadas e ocupação desordenada que geram conflitos pela posse da terra e pelo uso dos recursos naturais, entre outros problemas elencados na pesquisa e que colocam em risco a sobrevivência do ecossistema e das populações tradicionais que tem no extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) e do bacuri (*Platonia insignis*) uma importante atividade laborativa. A partir de 2007, quando o processo de criação começou oficialmente, ocorreram várias ações coletivas com encontros, reuniões e consulta pública, promovidas por organizações locais e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do estado do Pará. Constatou-se que a maioria dos entrevistados apoia a criação da reserva, embora existam conflitos em escala micro. Três posicionamentos emergiram em relação à proposta de criação dessa Unidade de Conservação: a favor, contra e sem opinião formada. Foram constatados também dificuldades de compreensão sobre o que é uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Se tratando das ações desenvolvidas pelas comunidades, verificou-se que houve um intervalo da consulta pública realizada em setembro de 2013 até o final dessa pesquisa, visto que, a decretação da Reserva depende apenas do governo estadual, já que, os tramites legais necessários foram cumpridos.

Palavras-chave: Extrativismo da mangaba. Mobilização. Conflito social. Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The study had the rare opportunity of following the process of creating a Conservation Unit. The perceptions of the local players surrounding the proposal of creating the Sustainable Development Reserve (RDS) Campo das Mangabas (Municipality of Maracanã, state of Pará) were evaluated focusing on the actions and positions with respect to the proposal. A qualitative approach was used in this study, using theoretical and field research, observations, and semi structured and informal interviews in the ten communities comprising the area. Data were also collected in the county seat and two interviews were carried out in the city of Belém. Results showed that the mobilizations for the protection of natural resources of Campo da Mangaba began due to threats to the local biodiversity. Factors such as burning and disorderly occupation create conflicts over land ownership and the use of natural resources, among other problems listed in the research study, and endanger the survival of the ecosystem and of traditional populations which have an important labor activity in extracting mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) and bacuri (*Platonia insignis*). The creation process officially began as of 2007, when several class actions with gatherings, meetings and public consultation occurred, promoted by local organizations and the Secretary of State for the Environment of the state of Pará. Most interviewees endorsed the creation of the reserve, although there are conflicts in micro scale. Three positions emerged regarding the proposal of creating the Conservation Unit: for, against and no opinion on the matter. Difficulties in understanding what is a Sustainable Development Reserve were also recorded. There was a time interval from the public consultation carried out by communities in September 2013 to the end of this research. The enactment of the Reserve depends only on the state government, given that the necessary legal formalities were fulfilled.

Keywords: Extraction of Mangaba. Mobilization. Social conflict. Sustainable Development Reserve.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Mangabeira e frutos.....	18
Figura 2:	Vias de acesso e localização do espaço da pesquisa.....	28
Figura 3:	Mapa de localização da área proposta para a RDS Campo da Mangaba.....	32
Figura 4:	Localização das comunidades.....	34
Figura 5:	Comunidade de Aricuru.....	39
Figura 6:	Comunidade Beira Mar.....	40
Figura 7:	Comunidade Campo Alegre.....	41
Figura 8:	Comunidade Espirito Santo.....	42
Figura 9:	Comunidade Martins Pinheiro.....	43
Figura 10:	Comunidade Nova Brasília.....	44
Figura 11:	Comunidade Passagem.....	45
Figura 12:	Comunidade São Sebastião do Itaquerê.....	46
Figura 13:	Comunidade São Tomé.....	47
Figura 14:	Comunidade Vista Alegre.....	47
Figura 15:	Campo da Mangaba após queimadas.....	72
Figura 16:	Paneirinho de guarumã.....	78
Figura 17:	Apresentação da proposta de criação da UC.....	93
Figura 18:	Votação da proposta de criação da UC e participantes da consulta pública....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Comunidades que fazem parte da área proposta para criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável.....	37
Quadro 2:	Pluriatividades realizadas simultaneamente pelos interlocutores entrevistados.....	64
Quadro 3:	Conflitos pelo uso e posse dos recursos e da terra no Campo da Mangaba.....	66
Quadro 4:	Manejo da Mangaba realizado nas comunidades.....	80
Quadro 5:	Etapas da consulta pública, RDS Campo das Mangabas em 26/09/2015.....	94
Quadro 6:	Síntese dos motivos que levaram os entrevistados a serem favoráveis a criação da RDS Campo das Mangabas.....	97
Quadro 7:	Principais ações relacionadas à proposta de criação da RDS.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Gênero dos interlocutores entrevistados nas comunidades.....	61
Gráfico 2:	Distribuição percentual dos interlocutores entrevistados nas comunidades....	61
Gráfico 3:	Escolaridade dos interlocutores entrevistados nas comunidades.....	62
Gráfico 4:	Estado civil dos interlocutores entrevistados nas comunidades.....	62
Gráfico 5:	Número de filhos dos interlocutores entrevistados nas comunidades.....	63

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APEAGA	Associação de Pescadores e Agricultores da Comunidade de Aricuru
AUREMAR	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DMA	Diretoria de Meio Ambiente
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GEOTEC	Gerência de Geotecnologia
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PGE	Procuradoria Geral do Estado
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
REM	Reserva Extrativista Marinha REM
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UC	Unidade de Conservação
ZA	Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PROBLEMATIZAÇÃO.....	18
2.1	QUESTÕES E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	23
2.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
2.3	A PESQUISA DE CAMPO.....	27
3	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	30
3.1	O MUNICÍPIO DE MARACANÃ.....	30
3.2	COMUNIDADES DA ÁREA PROPOSTA PARA RDS CAMPO DAS MANGABAS.....	33
3.2.1	Comunidade Aricuru.....	38
3.2.2	Comunidade Beira Mar.....	39
3.2.3	Comunidade Campo Alegre.....	40
3.2.4	Comunidade Espírito Santo.....	41
3.2.5	Comunidade Martins Pinheiro.....	42
3.2.6	Comunidade Nova Brasília.....	43
3.2.7	Comunidade Passagem.....	44
3.2.8	Comunidade São Sebastião do Itaquerê.....	45
3.2.9	Comunidade São Tomé.....	46
3.2.10	Comunidade Vista Alegre.....	47
4	SUPORTE TEÓRICO DA PESQUISA.....	48
4.1	MOBILIZAÇÃO E AÇÃO COLETIVA.....	48
4.2	USOS DE RECURSOS COMUNS.....	50
4.3	CONFLITO SOCIAL.....	52
4.4	REVISÃO SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E RDS.....	55
5	O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO EM TORNO DA CRIAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CAMPO DAS MANGABAS.....	60
5.1	PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	60
5.2	ANTECEDENTES E CONFLITOS PELO USO DOS RECURSOS COMUNS.....	64

5.3	AÇÕES COLETIVAS PELA CONSERVAÇÃO DO CAMPO DA MANGABA.....	73
5.3.1	Extrativismo da mangaba em Maracanã-Pará.....	75
5.3.2	O trabalho continua em casa.....	77
5.3.3	“A natureza cuida”, manejo da mangaba.....	79
5.4	MOBILIZAÇÕES PARA CRIAR A RDS.....	82
5.4.1	A percepção dos atores envolvidos	82
5.4.2	Atuação das organizações nas mobilizações.....	87
5.4.2.1	Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores de Aricuru.....	87
5.4.2.2	Comissão Pastoral da Terra.....	88
5.4.2.3	Conselho Pastoral dos Pescadores.....	90
5.4.2.4	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Maracanã.....	91
5.4.2.5	Secretaria de Estado de Meio Ambiente.....	92
5.4.3	Posicionamentos e conflitos por divergência de interesses.....	95
5.5	CENÁRIO DAS MOBILIZAÇÕES: AÇÕES E ENTRAVES.....	105
5.5.1	Ações.....	107
5.5.2	Entraves.....	110
6	CONSIDERAÇÕES.....	114
	REFERÊNCIAS.....	118
	ANEXOS.....	125
	ANEXO A – Edital convocação consulta pública criação da RDS Campo das Mangabas.....	126
	ANEXO B – Folder convocação consulta pública criação da RDS Campo das Mangabas.....	127

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata sobre o processo de mobilização e conflitos para a criação de uma Unidade de Conservação na categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no município de Maracanã-Pa.

Durante a realização do estudo buscou-se destacar o cenário das mobilizações, os conflitos e as estratégias de ação coletiva dos diferentes atores sociais, para a criação da área conhecida como Campo da Mangaba em RDS Campo das Mangabas¹. A pesquisa foi realizada no município de Maracanã Nordeste paraense.

A escolha desse tema de pesquisa ocorreu a partir do interesse em realizar o estudo em uma Unidade de Conservação ou em uma área que estivesse em processo de regularização e criação. Essa ideia inicial deu lugar ao interesse de descobrir uma realidade até então por mim desconhecida, que me fez lembrar uma passagem do texto de Gilberto Velho: Observando o familiar, trabalhado na disciplina de metodologia. Esse texto chama atenção para o distanciamento e disciplinamento do olhar, através da trajetória antropológica analisada por DaMatta, de transformar “o exótico em familiar e o familiar em exótico” (VELHO, 1978, p. 37).

Portanto, a construção das primeiras ideias dessa dissertação, a primeira entrada em campo no mês de agosto de 2014 e a segunda em fevereiro de 2015, bem como todo percurso até agora feito na academia, fortaleceu o interesse pela investigação ora empreendida através da pesquisa de como vem ocorrendo a mobilização pela criação de uma RDS.

Ao considerar a importância de pesquisar a emergência de novas identidades coletivas e o reconhecimento de uma diversidade social (ALMEIDA, 2009), que precisa ser analisada, a partir da realidade. Políticas homogeneizantes podem situar povos tradicionais, como se fossem parte da natureza e não tivessem suas peculiaridades culturais, sociais e econômicas e seu próprio modo de pensar e agir. Os Indivíduos biologizados emergem de uma situação de invisibilidade social, para questionar e assumir sua verdadeira condição de sujeitos (ALMEIDA, 2009).

Esse estudo pretendeu dar visibilidade e tratamento científico ao protagonismo de usuários² do entorno e do interior do Campo da Mangaba, através do estudo de suas

¹Nessa pesquisa utiliza-se o termo Campo da Mangaba quando faz referência a denominação da área e utiliza-se Campo das Mangabas por ser o nome atribuído para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

²O termo usuário utilizado nesse estudo considera os grupos humanos que usam os recursos naturais em alguns períodos do ano, ou seja, na época da safra de determinados produtos, como os coletores de frutos da área do Campo da Mangaba, em Maracanã-PA.

experiências de mobilizações para reivindicar, na perspectiva de conservar³ e proteger esse ecossistema que além da importância ambiental e econômica possibilita a reprodução social, os modos de vida e a conservação dos recursos naturais (MOTA, 2005).

Na construção da dissertação houve a necessidade de buscar um arcabouço teórico sobre a temática investigada, bem como relacionar essa base teórica a empiria.

Durante todo o percurso, o desafio maior enquanto pesquisadora foi aliar teoria e dados empíricos, tendo como ponto de partida a reconstrução de como começaram a surgir as mobilizações e suas primeiras manifestações, no sentido utilizado por Tilly (1981), ao enfatizar que não precisam estar obrigatoriamente contra a ordem política, econômica e social. Assim mobilizar pode ser uma movimentação de indivíduos que almejam alcançar ou chamar atenção para uma determinada situação que esteja incomodando o grupo, como a situação que é o tema desse estudo.

Para analisar a mobilização objeto dessa pesquisa, nos embasamos também na obra de Olson (1998) que trata sobre a ação coletiva, publicada originalmente em 1968. Nesse trabalho o autor enquadrou os movimentos sociais como grupos de interesse, sendo esse o mote e a principal causa para organizar os movimentos e motivar as mobilizações. Ou seja, a possibilidade de mobilizar é analisada racionalmente e considera os custos e benefícios de tal ação (OLSON, 1998).

A obra “O Poder em Movimento” de Sidney Tarrow (2009) influenciou as análises sobre ações coletivas ao buscar a identificação dos processos que dão início a essas ações bem como “a interseção desses processos com os tipos de mobilização, oportunidades e identidades” podem levar aos confrontos políticos e aos movimentos sociais (TARROW, 2009).

Sidney Tarrow (2009) ressalta que “há muitas formas de ação coletiva – do voto à filiação a grupos de interesse até torneios de bingo e jogos de futebol” (TARROW, 2009, p. 21).

As oportunidades políticas possibilitam ações coletivas, isso se justifica ao observar-se a possibilidade de “[...] dimensões sólidas da luta política que motivam as pessoas a se engajar no confronto político” (TARROW, 2009, p. 39).

³Segundo a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, conservar é: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000).

O enfoque dessa pesquisa considerou a possibilidade de acompanhar o processo de criação de uma Unidade de Conservação na categoria RDS, através da reconstrução das primeiras iniciativas e como vem ocorrendo a mobilização desde 2007, no município de Maracanã, Estado do Pará, como uma ação que está intrinsecamente ligada à busca pela igualdade de direitos e valorização da cidadania através de lutas que emergem em forma de ações empreendidas por atores coletivos para alcançarem um objetivo comum: a criação da RDS Campo das Mangabas, que abrange uma área de “7.062,02 ha, tendo em seu interior um ecossistema com características físico-naturais próprias, de rara ocorrência no Estado do Pará, conhecida como Campo da Mangaba, cuja superfície é de 2.839 ha, ou seja, 36,28% da RDS” (SEMA-PA, 2013, p. 98).

Desse pressuposto, emergiu o tema dessa pesquisa a partir de um recorte sobre a importância do extrativismo⁴ de recursos naturais para as comunidades⁵ que fazem parte da área, bem como dos conhecimentos tradicionais⁶, construídos no cotidiano que as pessoas envolvidas nesse trabalho detêm, compartilham e transmitem de geração a geração. Práticas que dependem da conservação do ecossistema Campo da Mangaba que garantirá a continuação da coleta de produtos naturais como: bacuri (*Platonia insignis*), muruci (*Byrsonima crassifolia*) e mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) uma fruta nativa dos tabuleiros, restingas, campos e cerrados do Brasil⁷.

Destaca-se que Reserva de Desenvolvimento Sustentável segundo a definição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no artigo 20 é compreendida como:

[...] uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham

⁴ “[...] exploração dos produtos nativos em ecossistemas diversos e voltados para diferentes mercados no conjunto de atividades desenvolvidas pelas denominadas populações tradicionais [...]” (MOTA et. al., 2007, p.1).

⁵ Utilizo o termo comunidade por ser a palavra usada pelos habitantes que residem na área de abrangência da pesquisa, no sentido expresso por Outhwaite e Bottomore (1996, p. 115) “[...] comunidade geralmente indica um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração. Não obstante, conjuntos de indivíduos vivendo e interagindo dentro de um mesmo território não constituem em si mesmo comunidades – particularmente se esses indivíduos não se consideram como tal. O que une uma comunidade não é a sua estrutura, mas um estado de espírito – um sentimento de comunidade [...]”.

⁶ Compreendidos como os modos de construir determinados saberes. Não se trata de um saber em si, considerando sua natureza dinâmica e as influências recebidas das relações dos grupos sociais com outros atores (CUNHA, 2007).

⁷ Sua coleta é realizada predominantemente por mulheres que colhem os frutos “[...] com as mãos – quando estão ao alcance ou quando são frutos ‘de caída’ – ou com a ajuda de um gancho. A coleta feita com o gancho é comum em todas as regiões do País, podendo ele ser de ferro acoplado a uma vara ou de madeira (vara em forma de gancho, retirada de árvores da região, que pode ser de pau-do-mangue, murucizeiro ou oque estiver disponível [...]” (SILVA JÚNIOR et al., 2011, p. 218).

um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (BRASIL, 2000).

A dissertação está estruturada em seis capítulos, distribuídos da seguinte forma: O primeiro faz uma abordagem introdutória sobre o tema de estudo.

O segundo capítulo apresenta a problematização, as questões norteadoras, os procedimentos metodológicos e o percurso realizado no transcorrer da pesquisa de campo.

No terceiro capítulo focaliza o município de Maracanã com seus aspectos: históricos, geográficos, demográficos, culturais e sua dinâmica econômica e social. Caracteriza as dez comunidades que fazem parte do Campo da Mangaba e que estão dentro da área proposta para ser criada a RDS Campo das Mangabas.

As bases teóricas do estudo são apresentadas no quarto capítulo, com a análise das categorias de orientação do estudo, entre elas as abordagens sobre mobilização, ação coletiva, uso dos recursos comuns, conflito e unidades de conservação na categoria RDS.

O quinto capítulo subdividido em cinco partes apresenta o perfil dos entrevistados; os antecedentes e conflitos pelo uso dos recursos comuns; as principais ações coletivas que foram realizadas em prol da conservação do Campo da Mangaba; as mobilizações pela criação da RDS e o cenário das mobilizações com suas ações e entraves.

O sexto capítulo trata das considerações e conclusões gerais do estudo, no qual são analisados e discutidos o processo de mobilização pela criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Campo da Mangaba, considerando os antecedentes que permeiam essa problemática e os conflitos tanto pelo uso dos recursos comuns, como em relação à proposta de criação da referida Unidade de Conservação.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

No município de Maracanã, onde foi realizada a pesquisa, o extrativismo da mangaba (Figura 1) é um importante componente alimentício que também agrega valor econômico o que vem trazer um acréscimo à renda das famílias que sobrevivem basicamente da agricultura familiar, pesca e do extrativismo vegetal que ocorre no ecossistema denominado Campo da Mangaba.

Figura 1–Mangabeira e frutos.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015.

Atualmente essa área é de livre acesso⁸, mas foi relatado e também consta na literatura que houve um período de conflito quando “[...] a partir de 1980, uma empresa de Belém promoveu a derrubada de todas as árvores com tratores e correntes para plantio de coqueiro [...]” (SCHMITZ et al., 2011, p. 264).

Fato que trouxe como consequência a diminuição dos produtos por um tempo, conforme relatou uma entrevistada: “Em 80 o campo foi destruído por uma empresa, para plantar coco, ficamos um tempo sem juntar a mangaba, com a derruba diminuiu, até a planta grelar e voltar à vegetação na área que foi devastada” (M.C., 50 anos, Moradora de Aricuru,).

Ressalta-se a importância do extrativismo de espécies vegetais, sendo uma prática muito utilizada entre os povos que habitam áreas rurais da região Amazônica e de outras regiões do Brasil, que ganhou destaque no mercado nacional a partir da década de 1980, com o aumento do consumo de frutas in natura ou de polpas para sucos (MOTA et al., 2011).

⁸“É a ausência de direitos de propriedade bem definidos. O acesso aos recursos não é regulado, sendo livre e aberto a qualquer pessoa” (FEENY et al., 2001, p. 20).

Em análises sobre extrativismo aparece a “evidência que a economia extrativa apresenta grandes limitações” (HOMMA, 2008, p. 30).

É possível observar nos argumentos construídos por Homma (2008, 1990), a fragilidade e a possibilidade de diminuição gradual do extrativismo, o que acarretaria problemas principalmente às comunidades que têm nesses recursos naturais uma importante fonte de subsistência.

Corroboram com essa tendência ao desaparecimento e/ou enfraquecimento do extrativismo a médio e longo prazo os argumentos do autor sobre a domesticação ou cultivo de espécies vegetais nativas, os produtos sintéticos criados industrialmente e que substituem gradativamente os provenientes das atividades extrativistas, a densidade demográfica, a expansão da fronteira agrícola e a utilização predatória dos recursos naturais (HOMMA, 1990).

De acordo com Homma (2008) os recursos extrativos podem ser extraídos de duas maneiras, através da coleta ou do aniquilamento.

Na coleta é preservada a integridade da planta-matriz responsável pela geração do recurso, esse tipo de extração encontra-se no “[...] extrativismo da seringueira (*Hevea brasiliensis* M. Arg.) e da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* HBK). Desde que a taxa de recuperação cubra a taxa de degradação, essa forma de extrativismo asseguraria uma extração *ad infinitum* [...]” (HOMMA, 2008, p. 15). Esse tipo de extrativismo conserva a floresta.

O extrativismo por extração ou aniquilamento é caracterizado pela “[...] destruição da planta-matriz objeto de interesse econômico. A extração madeireira, a do pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke) [...]” (HOMMA, 2008, p. 16), exemplificam esse tipo de extração que comprometem e colocam em risco a sobrevivência de espécies vegetais pela dificuldade de recuperação, o que pode resultar na extinção da mesma.

É importante frisar que algumas espécies passam pelos dois tipos de extração, dependendo da finalidade, como ocorre com o açaizeiro de onde podem ser extraídos: o vinho (coleta dos frutos) e o palmito (aniquilamento).

Os dois tipos de extrativismo podem ser destrutivos, pois, na maioria das vezes consideram o “aumento de produtividade imediata ou substituição por outras atividades mais competitivas” (HOMMA, 2008, p. 16).

Na Amazônia, o extrativismo passou por momentos de apogeu no contexto econômico e social da região, como também por fases de decadência e até períodos em que houve uma tendência de desaparecimento, devido à inserção de produtos industrializados (MOTA, 2011; HOMMA, 1994).

Historicamente, o movimento de penetração na região passou por várias fases, da entrada de exploradores franceses, ingleses e holandeses, que vinham em busca de metais preciosos e “drogas do sertão”⁹, exploração baseada no extrativismo e direcionada ao mercado capitalista, sem considerar o ator local do processo e detentor dos saberes e práticas construídos na estreita relação com a natureza e usos de seus recursos (MARTINS, 2009).

De acordo com Homma (2012), os produtos que mais tiveram destaque econômico, social e político para a Amazônia foram: “drogas do sertão”, cacau (*Theobroma cacao* L.), borracha (*Hevea brasiliensis* M. Arg.), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), açaí (*Euterpe oleracea*), madeira, entre outros produtos.

Mota, Silva Júnior e Schmitz (2011, p. 30) destacam que, com o passar dos anos, em alguns lugares o extrativismo realmente desapareceu e, em outros, resiste com muita dificuldade, “mas também persiste (castanha-do-brasil, mangaba, bacuri por exemplo) como uma das possibilidades de reprodução social de populações rurais que desenvolvem sistemas produtivos, nos quais caça, agricultura e pesca são componentes essenciais segundo arranjos variados e com técnicas de baixo impacto ambiental”.

Tentar amenizar os impactos ambientais é um dos maiores desafios enfrentados atualmente no planeta, frente aos problemas advindos do uso desordenado dos recursos naturais que colocam em risco não só a conservação de espécies animais e vegetais como também a sobrevivência futura da espécie humana.

Presencia-se constantemente a escassez de água, o aumento da temperatura, espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção, entre outros problemas, que vem se agravando gradativamente com exploração intensiva dos recursos naturais.

Desse contexto, emerge a necessidade de buscar formas capazes de suprir as necessidades das populações atuais sem exaurir os recursos naturais, para que estes por sua vez possam ser utilizados também pelas futuras gerações, nesse aspecto é imprescindível usar racionalmente os recursos que a natureza nos proporciona.

É necessário, para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, o resgate histórico-cultural das formas de relacionamento dos seres humanos entre si e com o meio ambiente nas diferentes sociedades como forma de definir o padrão de bem-estar adequado a estas (ASSIS, 2006, p. 81).

As unidades de conservação em suas diferentes categorias como: Reservas Extrativistas (RESEX) e RDS, entre outras, estariam entre as possíveis soluções adequadas

⁹Determinadas especiarias, produtos nativos como as ervas aromáticas, cacau, canela, baunilha, cravo, castanha e guaraná.

para os problemas ambientais. Essa concepção ganhou maior visibilidade no cenário brasileiro após o assassinato de Chico Mendes, ocorrido em 22 de dezembro de 1998. Essa visão preconiza que a criação de áreas de reservas seria uma maneira eficaz de frear o desmatamento e a devastação dos ecossistemas e da biodiversidade existente em seu interior.

No entanto, Homma (1994, p. 50) critica essa visão que enfatiza a criação de Reservas extrativistas como solução para os problemas ambientais, mas ressalta que o extrativismo foi e continua sendo importante e chama atenção para os aspectos futuros dessa atividade laborativa. “Se a região amazônica e, porque não o Brasil, quiser realmente atingir a sua autonomia ambiental e de procurar os caminhos do desenvolvimento autóctone, não se pode basear simplesmente no extrativismo vegetal e nas reservas extrativistas”.

Assim, partilhamos da concepção de que a transformação de uma realidade deve estar pautada em “[...] suas necessidades, valores culturais e lógicas econômicas, pontos de partida para uma mudança que, de fato lhes seja favorável, em um ambiente econômico e institucional que lhes é desfavorável” (MOTA; PEREIRA, 2008, p. 8).

O cenário de ocupação e expropriação afeta também a área do Campo da Mangaba e coloca em risco a conservação desse ecossistema. Um estudo técnico efetuado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-PA) para criação de unidades de conservação na categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável “Campo das Mangabas” no Município de Maracanã, constatou que:

[...] a ocupação desordenada, derrubada da vegetação nativa para plantio de espécies exóticas, queima constante na área na época de estiagem, etc. Tal preocupação tem por fundamento o fato de que a destruição daquele ecossistema, pouco comum em nossa região, além de ocasionar a perda da biodiversidade, afeta diretamente à situação econômica das populações ali residentes, uma vez que os recursos obtidos com a venda de frutos como mangaba, murici e bacuri, oriundos do extrativismo praticado na região, contribuem para a melhoria da renda familiar (SEMA-PA, 2013, p.13).

O documento demonstra a necessidade de buscar soluções para garantir a sobrevivência desse ecossistema e, conseqüentemente, o desafio de assegurar a conservação e sustentabilidade da diversidade biológica¹⁰ existente nessa área, ressaltando que o aspecto da sustentabilidade não está apenas no âmbito da conservação ambiental, mas que também engendra outras facetas como assegurar conhecimentos tradicionais, culturais e sociais das comunidades em questão.

¹⁰Segundo o artigo 2 da Convenção da Diversidade Biológica (1992), o termo significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

No município de Maracanã existe uma Reserva Extrativista Marinha (REM) criada em 2002, por ser uma reserva marinha estão incluídas áreas de manguezal e o mar.

Localizada no Estado do Pará. Criada em 2002, a reserva totaliza 30 mil hectares, sendo sua área composta por mata de terra firme, florestas secundárias, vegetação de várzea, manguezais e áreas alagadas sob influência marinha. A REM é constituída por 75 comunidades ribeirinhas, com cerca de 1500 famílias, sendo que mais de 5 mil usuários sobrevivem dos recursos naturais explorados tanto em áreas de mangue e marinhas quanto em áreas de terra firme (BARBOSA; SCHMITZ, 2010, p. 1).

De acordo com Barbosa (2011) o Campo da Mangaba “é um espaço de conflito entre diferentes atores. Além disso, o campo é caracterizado como uma área comum de livre acesso que, durante os anos de 1950, foi somente aproveitada para fins extrativistas” (BARBOSA, 2011, p. 20).

Nessa área ocorrem conflitos pela posse da terra e uso de recursos naturais, como o ocorrido na década de 1980 com o cercamento de partes da área por fazendeiros para impedir o acesso ao Campo da Mangaba (BARBOSA, 2011, p. 21).

Outros conflitos e problemas foram registrados em estudos realizados por outros pesquisadores e citados nas primeiras visitas exploratórias realizadas em agosto de 2014 e fevereiro de 2015, como a extração de seixo e areia, a produção de carvão, queimadas que ocorrem todos os anos no período de verão, que os moradores não sabem se são acidentais ou propositais (FERNANDES, 2011, p. 51).

Esses conflitos existentes no Campo da Mangaba, as ameaças de destruição a esse ecossistema e a imprecisão do que é a zona de amortecimento pelos moradores das comunidades do entorno da REM, resultou na intervenção da Comissão Pastoral da Terra (CPT) representadas por duas freiras na comunidade de Aricuru e da Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores de Aricuru (APEAGA) a encaminharem no ano de 2007 ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) uma solicitação para saber sobre a localização do Campo da Mangaba em relação REM.

Como resposta, o IBAMA “encaminhou um mapa identificando o Campo da Mangaba fora da área da Reserva Extrativista Marinha. Naquele mesmo ano a CPT e a APEAGA entraram com pedido ao IBAMA para regularização da área denominada Campo da Mangaba” (FERNANDES, 2011, p. 53).

Como a área é de jurisdição do Estado do Pará, o IBAMA encaminhou a solicitação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que repassou a solicitação

para a SEMA-PA, que realizou uma visita técnica para fazer o levantamento e elaborou um relatório sobre a área FERNANDES, 2011, p. 53).

[...] considerando a atividade extrativista desenvolvida pelas populações tradicionais e a necessidade de se preservar amostra representativa de ecossistema raro no Estado do Pará (Campo Cerrado), revela neste documento uma extensa fonte de informações sobre o local denominado Campo da Mangaba, no intuito de munir com informações a comunidade científica, empresários, sociedade e órgãos públicos, além de fornecer subsídios necessários à aplicação de técnicas mais adequadas a implantação de uma Unidade de Conservação, ora denominada “Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas” (SEMA-PA, 2013, p. 11).

A mobilização pela criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável surgiu como uma tentativa de proteger a área da devastação ambiental que compromete a vegetação nativa para inserir outras culturas; para garantir o uso dos recursos naturais pelas comunidades da área através da atividade extrativista, evitar queimadas que ocorrem todos os anos no período de estiagem e impedir empreendimentos imobiliários que descaracterizam e destroem esse ecossistema (SEMA-PA, 2013).

A partir desse pressuposto e da importância da atividade extrativista para a população residente na área denominada Campo da Mangaba e em seu entorno, elencadas durante o estudo teórico e as visitas de campo preliminares realizadas em agosto de 2014 e fevereiro de 2015 emergiu a problemática dessa pesquisa que visou analisar a mobilização para a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Campo das Mangabas.

Assim, a questão que norteou a pesquisa e a construção da dissertação foi: como ocorre a mobilização social para a criação de uma reserva de desenvolvimento sustentável no Campo da Mangaba em Maracanã - PA?

2.1 QUESTÕES E OBJETIVOS DA PESQUISA

A investigação aqui empreendida priorizou as opiniões dos atores sociais sobre a proposta de criação da RDS Campo das Mangabas, coletadas nas comunidades e na sede municipal. Para tanto, foram elaborados questionamentos específicos, necessários a construção de uma visão geral da realidade local que permeou a problemática estudada:

1. Como surgiram as mobilizações para a criação da RDS?
2. Como os atores envolvidos organizam suas estratégias de mobilização?
3. Quais os conflitos ocorridos em relação a proposta de criação da RDS no Campo da Mangaba?

Objetivo geral:

Analisar o processo de mobilização para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Campo das Mangabas no município de Maracanã-PA.

Para a compreensão do fenômeno estudado, foram elencados objetivos específicos, detalhados a seguir:

- a. Analisar a emergência das mobilizações;
- b. Explicar os conflitos nas comunidades locais em torno da criação da RDS;
- c. Analisar as mobilizações relacionadas ao processo de criação da RDS.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o tema e os objetivos propostos para essa pesquisa recorreu-se a abordagens com enfoque qualitativo prioritariamente e quantitativo, na perspectiva de analisar as mobilizações a partir do posicionamento dos atores da área em questão e que possibilite ao pesquisador:

[...] observar a realidade como um processo em construção e permeável às ações dos diferentes atores porque possibilita a flexibilização dos procedimentos metodológicos e das reflexões teóricas no curso mesmo da pesquisa, além da consideração das representações que as pessoas têm sobre esses processos (MOTA, 2005, p. 35).

A abordagem qualitativa foi a mais indicada nessa pesquisa, ao considerar as proposições do processo de mobilização pelo uso e proteção de recursos comuns no Campo da Mangaba, essa percepção parte do entendimento segundo Minayo (1996) de que a pesquisa de cunho social:

[...] trabalha com gente, com atores sociais em relação, com grupos específicos. Esses sujeitos de investigação, primeiramente, são constituídos teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo. No campo, fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando um produto novo [...] (MINAYO, 1996, p. 105).

A realização dessa pesquisa foi dividida em quatro etapas com relação entre si: revisão bibliográfica, pré campo, campo, tabulação e organização dos dados.

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico e documental sobre a área de estudo e de pesquisas feitas anteriormente, com o objetivo ter contato inicial com o tema que foi abordado.

Foram acessadas literaturas relacionadas à mobilização, à ação coletiva, ao conflito, a unidades de conservação e RDS.

Foi realizado o levantamento de estudos relacionados ao tema na Amazônia e especificamente na área onde será desenvolvida a pesquisa como dissertações, teses, artigos, estudos técnicos para criação de Unidade de Conservação na categoria RDS no Campo da Mangaba no município de Maracanã/PA e outras publicações sobre o litoral paraense.

A inserção na literatura possibilitou conhecer teoricamente o foco da pesquisa e sua importância para aquele contexto social. Foram observadas duas regras na escolha do tema que foram: “De um lado ser realizável na prática. De outro lado, estar apoiado em questões prévias ou numa ‘problemática’ provisória inicial, brotada das primeiras leituras” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 24).

Essa fase também contemplou a elaboração do projeto de qualificação.

Na segunda etapa ocorreram as primeiras inserções no universo da pesquisa, com o objetivo de compreender como poderia ser viabilizada a investigação do tema proposto.

Esse levantamento preliminar em campo foi realizado nos meses de agosto de 2014 e fevereiro de 2015, com duas visitas exploratórias pela área da pesquisa, esses momentos possibilitaram o contato inicial com os atores sociais e lideranças locais, analisar a viabilidade da pesquisa e a delimitação da mesma.

Na terceira etapa houve a imersão em campo, ocorrida nos meses de maio, junho, agosto e novembro de 2015. Nesses períodos foram realizadas as coletas dos dados primários através de diferentes procedimentos, como observação *in loco*, entrevistas não diretivas como proposto por Michelat (1987) e semiestruturadas com roteiros.

Os registros das informações foram através de anotações em caderno de campo, fotografias e gravações.

As entrevistas permitiram a coleta de visões individuais sobre as práticas coletivas, pois as perguntas foram abertas para permitir à expressão subjetiva dos entrevistados.

Nesse sentido, foram utilizadas as entrevistas informais, caracterizadas como aquelas onde o entrevistador, tendo iniciado a entrevista sobre um tema específico, permite ao informante expor outras informações. O entrevistador pode fazer algumas provocações que estimulem o entrevistado a falar, mas fora isso ele se limita a ouvir (MANN, 1973).

A fase de levantamento de dados primários é definida por Brumer et al. (2008, p. 138) como sendo: “[...] aqueles construídos pelo próprio pesquisador no seu trabalho de investigação, os quais podem ser obtidos por meio de observações, questionários, entrevistas, nas suas diversas modalidades”.

A amostra foi dirigida aos diferentes atores das dez comunidades que fazem parte da área proposta para a criação da referida reserva, para que fossem analisados seus

posicionamentos em relação à temática abordada. Inseridos nesse universo estavam os usuários e outros atores externos.

A execução da pesquisa empírica ocorreu com a coleta de dados em campo (dados primários), em dez comunidades que fazem parte do Campo da Mangaba e na sede do município de Maracanã.

A importância de ouvir interlocutores em todas as comunidades e na sede do município considerou a possibilidade de acessar um rol de depoimentos que possibilitassem a análise de diferentes posicionamentos (a favor, contra ou sem opinião formada) sobre a proposta de criação da RDS no Campo da Mangaba.

Essa escolha não foi necessariamente em uma escala geográfica, pois a prioridade para a coleta de dados primários nesse estudo considerou a escala social onde ocorreram e ocorrem as mobilizações, na perspectiva de conseguir demonstrar um resultado que possibilitasse analisar a realidade.

Essa escolha (amostra dos entrevistados) considerou aqueles que participaram ou possuem os atributos referentes às mobilizações pesquisadas.

Dessa forma, foram entrevistados 40 informantes (homens, mulheres, jovens, idosos) direta ou indiretamente ligados e não ligados às mobilizações como: usuários internos (aqueles que moram no campo, no entorno ou em áreas próximas e praticam o extrativismo na área) e externos (pessoas que não residem no campo, no seu entorno ou em áreas próximas e que não trabalham com extrativismo), instituições participantes (Sindicatos, Associações, CPT, representantes políticos e de Igrejas, entre outros).

A diversificação na seleção dos entrevistados visou observar e analisar os diferentes posicionamentos e interesses motivacionais referentes às mobilizações e seus desdobramentos. Através das entrevistas foi possível coletar dados empíricos sobre o processo de mobilização para a criação da RDS no Campo da Mangaba

Durante o contato com os informantes foi priorizado o olhar, o ouvir e o escrever na perspectiva analisada por Oliveira (2000), como a possibilidade do pesquisador ter contato com o mundo particular e subjetivo do entrevistado, ouvindo relatos impregnados de um conjunto de ideias que demonstraram uma visão de mundo particular. Assim, a postura proposta para essa pesquisa foi de mediar o processo através da utilização de:

[...] entrevistas e observações em diferentes modalidades, mas cuja característica recorrente é sua menor rigidez, em comparação com o questionário padronizado, pois permite ao informante maior liberdade de manifestação e, ao pesquisador, identificar e compreender dimensões subjetivas da ação humana [...]. (BRUMER et al., 2008, p. 137).

Corroborando com essa percepção Minayo (2004, p. 57), enfatiza que a utilização da entrevista “é o procedimento mais usual no trabalho de campo em pesquisa qualitativa. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais”.

Na coleta de dados foram utilizados recursos como diário de campo e gravador digital, que captou os mínimos detalhes dos depoimentos que foram o objeto principal das análises realizadas nesse estudo (sempre com a permissão do entrevistado) e câmera fotográfica.

Nessa fase também foi importante o levantamento de outros documentos (disponibilizados), entre eles relatórios e imagens que permitiram o levantamento do histórico de como ocorreu empiricamente o início das mobilizações e quais foram seus desdobramentos em relação às ações e entraves ocorridos durante as movimentações pela criação da RDS no Campo da Mangaba.

Beaud e Weber (2007) ressaltam que o pesquisador deve dispensar um cuidado especial ao diário de campo, para saber organizar a posteriori os dados coletados e colocar em ordem as informações que possibilitarão a elaboração dos relatórios, através das narrativas que farão a interligação entre os dados coletados em campo com a teoria pertinente a temática de estudo.

A última fase da pesquisa consistiu na transcrição, organização e análise dos dados coletados. As entrevistas e observações foram transcritas e analisadas com base nas abordagens referentes à problemática. Em seguida foi construída a redação final em forma de dissertação.

Entre essas etapas expostas anteriormente ocorreram concomitantemente com a busca de fontes secundárias como: mais bibliografias sobre o tema mobilização, trabalhos acadêmicos como: artigos científicos, dissertações, teses e sites governamentais. De suma importância foram as orientações e contribuições em todas as fases desse trabalho de meu orientador.

2.3 A PESQUISA DE CAMPO

A primeira inserção em campo ocorreu no mês de agosto de 2014, com dois objetivos. O primeiro referente à disciplina Saberes locais e diálogo entre saberes, na qual foi solicitada como parte das avaliações a elaboração de um ensaio, a professora Noemi Porro ministrante da referida disciplina sugeriu que fizéssemos a coleta de dados para esse trabalho já no local onde pretendíamos desenvolver as pesquisas para a dissertação. Assim

o segundo objetivo foi conhecer a área, delimitar o campo e fazer alguns contatos iniciais (Figura 2).

Figura 2: Vias de acessos e localização do espaço da pesquisa.



Fonte: SEMA-PA (2013).

Esse primeiro momento foi crucial para a elaboração do projeto e dos próximos passos em campo. Realizei observações, visitei a comunidade de Aricuru, onde realizei cinco entrevistas semiestruturadas, consegui várias informações nas conversas informais, que foram muito úteis tanto para a elaboração do ensaio quanto para definir meu objeto de estudo.

Em fevereiro de 2015 retornei para realizar mais um pré campo antes da qualificação. Nesse momento conheci algumas lideranças na sede do município, retornei a Aricuru, agora com foco na temática da dissertação, reuni com três lideranças da comunidade e expliquei sobre o trabalho que pretendia realizar, solicitei a colaboração dos mesmos, que foram muito receptivos. Durante essa viagem fui conhecer a comunidade de São Tomé, com o objetivo de fazer contato com possíveis interlocutores e coletar mais informações para a conclusão do projeto de pesquisa.

A terceira inserção em campo ocorreu no início do mês de maio, nessa fase foram realizadas visitas, observações e coletas de dados (entrevistas) nas comunidades de: Campo Alegre, Passagem, Martins Pinheiro, Nova Brasília, Vista Alegre, Beira Mar, Espírito Santo.

Ainda no mês de maio, houve a 4ª inserção para concluir a coleta de dados nas comunidades de Espírito Santo e Martins Pinheiro. Durante essa inserção fui à comunidade São Sebastião do Itaquerê para realizar as observações e entrevistas.

A quinta entrada em campo foi realizada no mês de junho, nessa fase houve o retorno às comunidades de Aricuru e São Tomé para realizar observações e entrevistas. Nessa mesma viagem foi realizada uma visita à Prefeitura Municipal de Maracanã para marcar uma entrevista com a prefeita do município e com o secretário de meio de meio ambiente, o que não foi possível por não encontrá-los no local.

A sexta inserção em campo ocorreu no mês de agosto, o objetivo dessa viagem foi realizar entrevistas na sede do município, retornar Aricuru onde foram feitas entrevistas com três lideranças do local (APEAGA, CPP).

A sétima inserção em novembro de 2015, foi para concluir as entrevistas na sede do município com lideranças, nesse mesmo mês foi realizada uma entrevista em Belém com um dos diretores do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 O MUNICÍPIO DE MARACANÃ

O território onde está localizado o município de Maracanã foi ocupado por portugueses no século XVII, com o objetivo de catequizar através da ação dos padres da Companhia de Jesus as aldeias dos povos indígenas maracanãs.

Em 1700, foi elevada a Freguesia, para em 1755 passar a categoria de Vila, pelas determinações emanadas da lei Pombalina, por Carta Régia de 06/06/1755, com o nome de Cintra.

Cintra foi elevada à categoria de município em 1833, após dois anos recebeu foros de cidade. Com a implantação do Conselho de Intendência Municipal foi empossado o primeiro intendente o Sr. Benjamin Ardasse Pinto Carrera foi empossado após o advento da República e a extinção das Câmaras Municipais. Em 1897, retornou ao nome Maracanã (IBGE, 2010).

O município de Maracanã localiza-se no Nordeste do Estado do Pará, a 170 quilômetros da capital, a margem esquerda do Rio Maracanã, na zona fisiográfica do Salgado. Suas coordenadas geográficas são: 00° 46' 03 de latitude Sul e 47° 27' 12 de longitude. É composto pela sede e pelos distritos de Boa Esperança e São Roberto (IBGE, 2010).

Seus limites são: ao Norte com o Oceano Atlântico; a Leste com os municípios de Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas; ao Sul com o Município de Igarapé-Açu e a Oeste com os municípios de Marapanim e Magalhães Barata.

O acesso via terrestre ocorre pela rodovia BR-316. A área territorial do município é de 781 km² e a população estimada em 2010 foi de 28.656 habitantes (IBGE, 2010).

A rede hidrográfica do município é marcada principalmente pelo rio Maracanã, com nascente em Santa Maria do Pará, tem como afluente a esquerda o rio Caripi. O Oceano Atlântico banha o litoral, onde existem as ilhas de Maiandeuá, Marco, Curuaru e Algodal, locais que agregam funções turísticas e instalações temporárias para pescadores locais (IBGE, 2010).

A Ilha de Algodal possui uma biodiversidade rica, fato que contribuiu que na área fosse criada uma Área de Proteção Ambiental (APA) através da Lei nº 5621 de dezembro de 1990, com objetivo equilibrar as atividades humanas com a conservação da vida silvestre,

proteção dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população (SEMA-PA, 2013).

É uma cidade de pequeno porte, no centro encontram-se a Igreja Católica com a praça principal, feira, prefeitura. Conta também com serviços de saúde pública, escolas de ensino fundamental e médio, correios, telefonia pública e particular, rede de água e transporte de pequenos barcos que fazem a linha para as comunidades que também contam com o transporte de vans e ônibus.

No município incluindo as comunidades do Campo da Mangaba (Figura 3), praticam-se atividades como a pesca, o extrativismo do mexilhão, caranguejo e de espécies nativas vegetais como mangaba, muruci, bacuri, cultivo das lavouras de arroz, mandioca, milho e feijão, praticadas em pequenas áreas baseadas na agricultura de subsistência (IBGE, 2010).

Essa dinâmica econômica tanto da sede do município como das comunidades demonstra a importância de assegurar a proteção dos recursos naturais através da proteção ambiental, ressalta-se que já existe uma reserva marinha que visa resguardar e controlar o uso da biodiversidade marinha.

As atividades econômicas mais importantes respectivamente são a pesca, a agricultura de subsistência e o extrativismo vegetal em pequenas propriedades que predominam na estrutura fundiária do município (SEMA-PA, 2013).

A pesca é praticada principalmente por pessoas que residem nas comunidades mais próximas do Rio Maracanã. Realizam essa atividade através da chamada pesca de “curral”¹¹, de anzol e da pesca em alto mar.

A agricultura é praticada no roçado, no qual é realizado o cultivo dos produtos. A roça¹² é preparada através de cortes da vegetação, que depois de alguns dias secando é queimada, as sobras de madeira que resistem ao fogo são empilhadas e em certos casos queimadas novamente, essa atividade é chamada de “coivara”, nessa fase o terreno fica sem vegetação e pronto para receber o plantio das espécies selecionadas.

As atividades de extrativismo vegetal são realizadas de forma tradicional, com a utilização de instrumentos fabricados pelos próprios extrativistas como: paneiros e ganchos.

¹¹ “[...] é uma engenhosa armadilha feita artesanalmente com madeira de bambu, cordas e/ou cipó e pregos, montada à beira mar prevendo a enchente e vazante da maré. Na cheia a maré traz os peixes e mariscos que ficam presos no curral quando a maré vaza” (FERNANDES, 2011, p. 89). Na realidade pesquisada esses currais também são construídos com troncos de árvores.

¹² “Consiste no apoio predominantemente da agricultura itinerante, onde uma área de mata derrubada é queimada e, posteriormente, cultivada em um espaço de tempo que pode durar até três anos, ou um pouco mais, após o que a área é abandonada ao descanso, isto é, fase chamada de pousio, o qual consiste no período em que a vegetação natural se reconstitui tendendo, ao longo do tempo, transformar-se em mata, caso não seja reutilizada antes. Este sistema de cultivo é conhecido como roçado” (D’INCAO; COTTA JUNIOR, 2001, p. 58).

Figura 3: Mapa de localização da área proposta para a RDS no Campo da Mangaba.



Fonte: SEMA-PA (2013).

Segundo informações dos próprios moradores das comunidades visitadas durante a pesquisa de campo em 2015, o produto desse trabalho é utilizado para a subsistência familiar e para ser comercializado, geralmente na feira da sede do município de Maracanã e estão como uma das principais fontes de renda da população.

Os relatos demonstraram a preocupação das pessoas que utilizam os recursos naturais tanto do rio Maracanã quanto do Campo da Mangaba, com as agressões que esses ambientes têm sofrido por conta da pesca predatória que ainda ocorre apesar de existir a Reserva Marinha.

Outra preocupação expressa pelos entrevistados foi quanto à questão da ocupação desordenada, queimadas e outros problemas existentes no ecossistema do Campo da Mangaba que ao longo dos anos vem impactando e ameaçando a sobrevivência tanto dos recursos naturais como das próprias famílias que dependem desses produtos para a sua manutenção.

Na cultura do município destacam-se as festas religiosas de santos com procissões, arraiais e novenas, são festejados: São Miguel Arcanjo (de 19 a 27 de setembro), Nossa Senhora de Nazaré (2º domingo de novembro), São Benedito (de 26 a 28 de dezembro).

Nas comunidades também são realizadas festividades de santos e outras festas, entre elas: a festa do bacuri realizada na comunidade de Espírito Santo; a festa da mangaba realizada na Comunidade de São Miguel do Itaquerê; além de torneios de futebol.

As danças também fazem parte do universo cultural do município, principalmente o carimbó e o boi-bumbá que no mês de junho por ocasião das festas juninas.

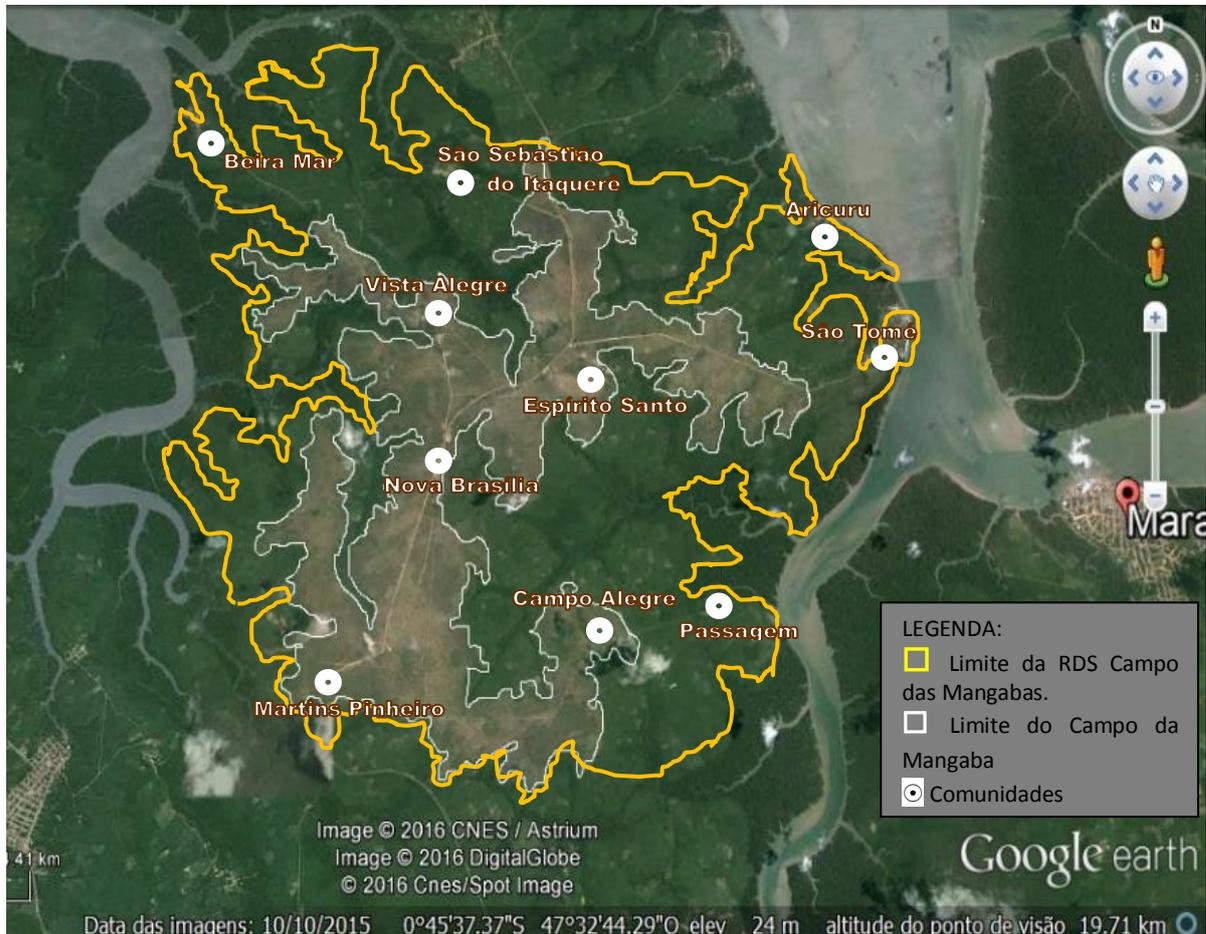
3.2 COMUNIDADES DA ÁREA PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DA RDS NO CAMPO DA MANGABA

O Campo da Mangaba está localizado na zona rural do município de Maracanã, Nordeste paraense, com extensão de 2.839,00 ha, dentro e em seu entorno existem comunidades (Figura 4), que utilizam a pesca, agricultura familiar¹³ e o extrativismo de

¹³O modo de vida camponês caracterizado fundamenta-se em uma microeconomia representada pela unidade de produção camponesa, que objetiva o equilíbrio entre satisfação das necessidades de consumo da unidade familiar e a porosidade do trabalho, como elementos cruciais de sobrevivência, sem considerar elementos que são próprios do capitalismo são em alguns casos utilizados como justificativa para os discursos que pretendem homogeneizar toda e qualquer sociedade a uma forma única de “desenvolvimento” que é tida como progresso para grupos específicos e como destruição de formas de vida tradicionalmente construídas para outros que não estão inseridos na lógica capitalista do lucro através da exploração da força de trabalho através da mais valia (CHAYANOV, 1981).

espécies animais e vegetais para complementar a subsistência e a renda monetária de suas famílias.

Figura 4- Localização das comunidades no Campo da Mangaba.



Fonte: Google Earth. Acesso: janeiro de 2016. Modificado pela autora, 2016.

Os depoimentos dos entrevistados e a literatura sobre a área confirmam a predominância da pesca e do extrativismo marinho com a coleta do mexilhão, caranguejo, siri, ostra e sarnambi, seguido pela agricultura com cultivos familiares de mandioca, milho, arroz, feijão entre outros produzidos em pequena escala, a terceira atividade mais importante é o extrativismo vegetal da mangaba, bacuri e outros frutos.

A pesca, o extrativismo com a coleta de produtos de origem animal e vegetal, praticados com as técnicas tradicionais. Representam uma importante fonte de renda, que ao longo dos anos vem sofrendo alterações ocasionadas por vários fatores como confirmado no trecho a seguir:

[...] Os habitantes no litoral do Município vêm desenvolvendo ao longo dos anos o extrativismo marinho e vegetal de forma tradicional, dependentes da

fabricação artesanal de apetrechos que em geral estão relacionados com o tipo de atividade que exercem (redes, espinhéis, currais, armadilhas, etc.). A comercialização dos produtos da atividade extrativista marinha representa uma das principais fontes de renda. [...] (FERNANDES, 2011, p.47).

Cada uma dessas três atividades realizadas em maior ou menor grau em cada uma das dez comunidades aqui pesquisadas. Essa dinâmica ocorre segundo dados empíricos em grande parte pela localização (ver mapa de localização das comunidades), por estarem mais próximas do litoral ou mais no centro do Campo da Mangaba.

A agricultura foi citada como uma das atividades produtivas em todas as comunidades, os informantes ao serem perguntados sobre seu trabalho ressaltaram quase sempre que as outras atividades são complementares.

Essas comunidades localizam-se no entorno da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã criada em 2002.

A criação dessa reserva foi instituída pelo decreto de 13 de dezembro de 2002, onde está expresso no artigo 1º:

Fica criada a Reserva Extrativista Maracanã, no Município de Maracanã, no Estado do Pará, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local (BRASIL, 2002).

É uma reserva marinha, geograficamente inclui em sua área o manguezal e o mar. “As comunidades e o Campo da Mangaba estão na área de entorno e/ou amortecimento da Reserva” (FERNANDES, 2011, p. 33).

No entanto, segundo informações repassadas pelo gestor da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, o plano de manejo da reserva ainda não foi construído e dessa forma ainda não foi possível definir a zona de amortecimento.

Pela ausência do plano de manejo e conseqüentemente da zona de amortecimento, a área do entorno da REM de Maracanã é tratada como sendo área circundante.

Nesse sentido, compreende-se que zonas de amortecimento e áreas circundantes segundo o ordenamento jurídico do Brasil, servem como instrumentos que visam auxiliar a proteção de unidades de conservação.

As áreas circundantes foram instituídas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) através da resolução nº 13, de 06 de dezembro de 1990, artigo 2º, na qual define que: “nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros,

qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente”.

As zonas de amortecimento segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) instituído pela Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, são o entorno de uma unidade de conservação, no qual as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Art. 2, XVIII da Lei 9.985/2000).

É uma área do território próxima à unidade de conservação. Nesse espaço geográfico, existem restrições que visam diminuir impactos que possam ser originados fora dos limites da unidade, expressos no Art. 2º (BRASIL, 2000).

A mesma lei determina no Artigo nº 25 que toda unidade de conservação deva possuir uma zona de amortecimento, com exceção das Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) (BRASIL, 2000).

Art. 25. As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.

§1º O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.

§2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente (BRASIL, 2000, p. 10).

Em 17/12/2010 houve a homologação da resolução nº 428 do CONAMA, instituindo o regulamento sobre licenciamento ambiental de empreendimentos.

Reduziu a área que visa atenuar os impactos nas unidades de conservação sem plano de manejo para: 3.000 metros nos casos de empreendimentos de significativo impacto ambiental e 2.000 metros nos casos de empreendimentos não sujeitos a estudo e relatório de impacto ambiental (BRASIL, 2010).

§2º Durante o prazo de 5 anos, contados a partir da publicação desta Resolução, o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, localizados numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no *caput*, com exceção de RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas.

Art. 5º Nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA o órgão ambiental licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da UC, quando o empreendimento:
[...]

III – estiver localizado no limite de até 2 mil metros da UC cuja ZA não tenha sido estabelecida no prazo de até 5 anos a partir da data da publicação desta resolução (BRASIL, 2010, p. 1).

As dez comunidades (Quadro 1) que estão dentro ou no entorno da área proposta para ser criada a RDS Campo das Mangabas, estão também na zona de amortecimento¹⁴ REM de Maracanã.

Quadro 1 - Comunidades que fazem parte da área proposta para criação da RDS Campo das Mangabas.

Nº	COMUNIDADE	LOCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO CAMPO DA MANGABA	POPULAÇÃO ESTIMADA
1	Aricuru	As margens do rio Maracanã	160 pessoas 34 famílias
2	Beira Mar	Fora do campo	150 pessoas 37 famílias
3	Campo Alegre	Dentro do campo	50 pessoas 10 famílias
4	Espírito Santo	Dentro do campo	60 pessoas 13 famílias
5	Martins Pinheiro	Dentro do campo	600 pessoas 120 famílias
6	Nova Brasília	Dentro do campo	120 pessoas 40 famílias
7	Passagem	Fora do campo	50 pessoas 10 famílias
8	São Sebastião do Itaquerê	Fora do campo	163 pessoas 34 famílias
9	São Tomé	As margens do rio Maracanã	250 pessoas 80 famílias
10	Vista Alegre	Dentro do campo	150 pessoas 40 famílias
TOTAL DE PESSOAS (APROXIMADO)			1.753 pessoas
TOTAL DE FAMÍLIAS (APROXIMADO)			418 famílias

Fonte: SEMA-PA (2013). Elaborado pela autora, 2015.

Barbosa (2011, p, 20) enfatiza que o Campo da Mangaba “é um espaço de conflito entre diferentes atores. Além disso, o campo é caracterizado como uma área comum de livre acesso que, durante os anos de 1950, foi somente aproveitada para fins extrativistas”.

Essa população tem maneiras de viver cotidianamente, diferentes das populações de áreas urbanas, especificidade que, pode ser observada na forma como se relacionam com a

¹⁴Termo utilizado por uma parte dos entrevistados para explicarem sobre a área de entorno da UC. Segundo informações coletadas em entrevista realizada com o gestor da REM Maracanã, no dia 05/11/2015: “A zona de amortecimento da REM de Maracanã não esta definida por não existir ainda o plano de manejo”.

natureza, nas atividades que praticam para manter o sustento de suas famílias e nos relacionamentos entre membros da família e vizinhos, bem como as atividades que tem como base recursos de uso comum.

Esses atores sociais são detentores de um conhecimento que está relacionado às atividades que são praticadas ao longo de muitos anos e transmitidas por seus antepassados através da oralidade e de experiências, que de certa forma são estratégias de sobrevivência e de permanências nos seus lugares de origem.

3.2.1 Comunidade de Aricuru

Aricuru está localizada no interior da unidade proposta, às margens do Rio Maracanã. Suas coordenadas geográficas são 00°43'41.5" de latitude sul e 47°29'33.1" de longitude oeste.

Existem duas versões para o surgimento do nome da comunidade. A primeira seria o resultado da junção dos nomes de duas tribos indígenas que viveram há muitos anos na região, com os nomes respectivos de “ari” e “uru”. A segunda versão para o nome é de que na região havia predominância de uma planta chamada “uricuri” e que originou a palavra Aricuru (SEMA-PA, 2013).

Na comunidade existe energia elétrica, água encanada, campo de futebol, escola de ensino fundamental, espaço de reforço escolar para as crianças com o nome “Paulo Freire”, Igreja Católica, Associação de Pescadores e Agricultores de Aricuru (APEAGA) e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). A organização da comunidade parte da coordenação comunitária fundada pelos moradores e duas freiras.

Durante a visita *in loco*, não foram vistas cercas entre os quintais, percebeu-se o trânsito das pessoas nos caminhos que vão se formando pelo andar constante, são caminhos alternativos para ir e vir de um local para outro. No entanto, os moradores sabem exatamente os limites de cada propriedade, através de demarcações com plantas esteios.

Alguns espaços privados são disponibilizados para uso coletivo como as casas de fazer farinha que são compartilhados com os vizinhos que não tem esse recurso próximo de sua residência e usam o espaço do morador mais próximo ou parente.

A atividade principal, segundo os informantes, é a pesca, seguida da roça. O extrativismo da mangaba nesse caso é uma atividade complementar realizada durante a safra, para ajudar na alimentação e agregar renda às famílias que apanham mangaba com o objetivo ajudar na subsistência familiar e vender (Figura 5).

Na primeira quinzena do mês de dezembro a comunidade realiza a Festividade de São Benedito, durante esse evento ocorre a procissão, o mastro e realização das novenas (nove noites com diferentes temas organizados por equipes), o arraial no salão São Benedito, onde acontecem vendas de comidas típicas e bingos.

Figura 5 – Comunidade Aricuru.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015.

No encerramento da festividade de São Benedito ocorre uma regata de canoa à vela no rio Maracanã.

3.2.2 Comunidade Beira Mar

Localizada dentro da unidade proposta, coordenadas geográficas de 00°42'58.0" de latitude sul e 47°34'57.0" de longitude oeste.

Segundo o relatório técnico da SEMA-PA (2013) e relatos de moradores essa denominação está relacionada à localização da comunidade, que fica a margem do rio (Figura 6).

Durante a pesquisa de campo constatamos que nessa comunidade existe energia elétrica. Os moradores tem água encanada proveniente de poço; existe escola de Ensino Fundamental, que funciona do 1º ao 5º ano.

Para continuarem os estudos os alunos deslocam-se para outras comunidades, como Quatro Bocas. Existe uma Igreja Católica, um campo de futebol e um grupo de jovens.

Quanto às manifestações religiosas e culturais, é realizado no mês de dezembro a Festividade de Nossa Senhora da Conceição e no mês de setembro o Festival do Camarão, que objetiva apresentar vários tipos de pratos culinários feitos com esse marisco (SEMA-PA, 2013).

Figura 6 – Comunidade Beira Mar.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015.

A comunidade tem um time de futebol chamado Beira Rio e um dos principais meios de lazer são os torneios masculino e feminino.

3.2.3 Comunidade Campo Alegre

Essa comunidade está localizada dentro da unidade proposta. Com coordenadas geográficas 00°46'20.0" de latitude sul e 47°32'00.2" de longitude oeste (SEMA-PA).

Campo Alegre recebe fornecimento de energia elétrica, conta com sistema de abastecimento de água, proveniente de poço (Figura 7).

A atividade mais praticada segundo os informantes é a agricultura, principalmente da mandioca, seguida do extrativismo vegetal.

No mês de junho, os comunitários festejam Santo Antônio, a festa começa com uma procissão seguida de arraial. Os torneios de futebol fazem parte do lazer, com a realização de torneios masculinos e femininos.

Figura 7 – Comunidade Campo Alegre



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015.

3.2.4 Comunidade Espírito Santo

Localiza-se dentro da área proposta para a UC, entre as coordenadas geográficas 00°44'50.2" de latitude sul e 47°31'27.8" de longitude oeste (SEMA-PA, 2013).

Os entrevistados informaram que a comunidade recebeu o nome Espírito Santo por que é o santo padroeiro do lugar e também é conhecida como Mangueirão, em referência ao campo de futebol da comunidade que tem a mesma denominação (Figura 8).

Na comunidade, o abastecimento de água é realizado por meio de um poço artesiano localizado no centro da comunidade.

Desde 2007 existe rede de energia elétrica. Existe uma escola municipal de ensino fundamental do 1° ao 5° ano. Como ocorre em outras comunidades, os alunos precisam se deslocar até a sede do município ou ir para a Vila de Quatro Bocas para continuarem seus estudos.

Existe uma Igreja Católica e está em construção uma Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Segundo os entrevistados não existem organizações sociais no local, como associações, grupo de jovens e outros.

Figura 8 – Comunidade Espirito Santo.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015.

A forma de divertimento mais comum são os torneios de futebol masculino e feminino que são realizados entre os times das comunidades. Esses torneios são realizados no campo da comunidade, conhecido popularmente como Mangueirão.

Segundo os informantes, nessa comunidade pratica-se principalmente a agricultura e o extrativismo vegetal, a pesca é realizada por um número menor de pessoas.

3.2.5 Comunidade Martins Pinheiro

Localizada no interior da unidade proposta, dentro do Campo Cerrado. Suas coordenadas geográficas são 00°47'28.6" latitude sul e a 47°33'55.0" longitude oeste.

Essa localização coloca a comunidade em posição de destaque, pois é a porta de entrada para o Campo da Mangaba e para a REM de Maracanã por via terrestre (Figura 9).

Segundo as informações acessadas na literatura e durante as entrevistas a comunidade já foi denominada "Vila Chata" e depois foi substituído pelo nome atual, que é a junção dos sobrenomes de dois senhores da região, João Martins e o tabelião Antônio Pinheiro (SEMA-PA, 2013).

Na comunidade existe energia elétrica, água encanada, campo de futebol, escola de ensino fundamental e médio que funciona nos três turnos, duas igrejas uma Católica e outra Evangélica, Associação de agricultores, clube de futebol e grupo de jovens.

Figura 9 – Comunidade Martins Pinheiro.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015.

O padroeiro da comunidade é São Benedito e o cívico ocorre no segundo domingo de dezembro, a festividade prossegue durante alguns dias com novena e arraial.

As atividades praticadas na comunidade são a agricultura, o extrativismo vegetal (mangaba, muruci, bacuri) e a pesca.

3.2.6 Comunidade Nova Brasília

Localizada no Campo Cerrado, dentro da área proposta. Com coordenadas geográficas de 00°45'32.9" de latitude sul e 47°32'50.7" de longitude oeste (SEMA-PA, 2013).

A comunidade recebeu esse nome de seu fundador João Aleixo, quando veio morar no local, por este ter sido trabalhador na época em foi construída a Rodovia Belém-Brasília, há mais de 40 anos (SEMA-PA, 2013).

A comunidade recebe fornecimento de energia elétrica. O abastecimento de água é proveniente de poço artesiano (Figura 10).

Existe uma escola municipal que atende alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Mesmo não tendo uma Igreja Católica, a comunidade festeja Santo Expedido no mês de outubro. Existe uma Igreja Evangélica. Segundo os informantes não existem organizações sociais como associações, grupo de jovens ou clube de futebol.

Figura 10 – Comunidade Nova Brasília.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015.

As pessoas do local trabalham na agricultura: cultivam milho e mandioca e no extrativismo, principalmente da mangaba.

3.2.7 Comunidade Passagem

Localizada dentro da unidade proposta. Suas coordenadas geográficas são 00°40'40.3" de latitude sul e 47°30'12.1" de longitude oeste (SEMA-PA, 2013).

De acordo com dados coletados durante a pesquisa de campo, a comunidade recebeu esse nome por servir de caminho, de passagem de outras localidades para Maracanã (Figura 11).

A comunidade recebe energia elétrica, no entanto, as casas que ficam nas margens do rio ainda estão sem esse serviço e alguns moradores tentaram resolver o problema fazendo eles mesmos ligações, mas dessa forma a energia chega muito fraca e não é possível colocar em funcionamento televisão e geladeiras.

O abastecimento de água também é insuficiente e não chega às residências próximas ao rio; essas famílias carregam água em baldes ou no inverno utilizam o recurso de um olho de água que fica localizado as margens do rio.

Existe uma escola que funciona até o quinto ano do ensino fundamental os alunos, a partir do 6º ano, deslocam-se nos barcos que prestam serviços para o transporte escolar para estudarem nas escolas de Maracanã.

Figura 11 – Comunidade Passagem.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo realizada em 2014 e 2015.

Na comunidade existe uma Igreja Católica onde é festejado São Raimundo, no mês de setembro. Os torneios de futebol são uma das formas mais comuns de divertimento.

3.2.8 Comunidade São Sebastião do Itaquerê

Localizado entre as coordenadas geográficas 00°43'19.0" de latitude sul e 47°32'49.8" de longitude oeste (SEMA-PA, 2013).

Recebeu o nome de São Sebastião pelo fato da comunidade ter o santo de mesmo nome como padroeiro e Itaquerê por ser o nome de um pássaro muito encontrado na comunidade (Figura 12).

A festividade do padroeiro São Sebastião do Itaquerê acontece no mês de janeiro.

Essa comunidade tem fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água que vem de poço artesiano e uma Igreja Católica.

Quanto à educação formal, os estudantes contam com uma escola de ensino fundamental, atendendo alunos até o 5º ano.

Os moradores dessa localidade trabalham com agricultura, extrativismo vegetal, principalmente da mangaba, coleta de caranguejo e pesca.

Figura 12 – Comunidade São Sebastião do Itaquerê.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo realizada em 2014 e 2015.

3.2.9 Comunidade São Tomé

A comunidade de São Tomé está localizada dentro do Campo da Mangaba. Coordenadas geográficas são 00°44'33.86" de latitude sul e 47°28'56,24" de longitude oeste (SEMA-PA, 2015).

São Tomé nomeia a comunidade e é o santo padroeiro, cuja festividade acontece no mês de julho, com missa, procissão, mastro e arraial (Figura 13).

Na comunidade ocorre o evento chamado Festa dos Veteranos, no mês de maio.

A comunidade possui de energia elétrica. O abastecimento de água é através de poço artesiano, mas ainda existem famílias que utilizam água de igarapé e poços particulares. Existe escola uma com as séries iniciais, até o 5º ano.

A comunidade conta com uma Igreja Católica e uma evangélica, possui um campo de futebol e pequenos comércios. Quanto a organizações sociais, a informação repassada durante a pesquisa é que não existem associações ou outros grupos organizados de moradores.

Os comunitários informaram que trabalham com pesca, coleta de caranguejo, siri, extrativismo vegetal de mangaba e bacuri, além de atividades na lavoura.

Figura 13 – Comunidade São Tomé.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo realizada em 2014 e 2015.

3.2.10 Comunidade Vista Alegre

Localizada no entorno do Campo da Mangaba. Suas coordenadas geográficas são 00° 44'25.4" à latitude sul e a 47°32' 56.9" longitude oeste (SEMA-PA, 2013).

Essa comunidade foi fundada pela mesma pessoa que fundou Nova Brasília, o senhor, João Aleixo, mas os informantes não souberam informar a origem desse nome (Figura 14).

Figura 14 – Comunidade Vista Alegre.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo realizada em 2014 e 2015.

Segundo os entrevistados as atividades que mais praticam no lugar é a agricultura, o extrativismo vegetal, a pesca de mariscos e a coleta de caranguejo.

4 SUPORTE TEÓRICO DA PESQUISA

O embasamento teórico está subsidiado nas abordagens sobre mobilização e ação coletiva a partir da visão de Melucci (1996), Olson (1998), Tilly (1981), Tarrow (2009); Alonso (2009); análises sobre conflito em Simmel (1983); teoria da gestão de bens comuns de Hardin (2002), Feeny et al. (2001), McKean e Ostrom (2001); gestão de recursos naturais no extrativismo da mangaba no Norte e Nordeste do Brasil, fundamentado nas obras de Schmitz et al. (2005, 2011, 2009), Mota et al. (2011); unidades de conservação na categoria RDS tendo como suporte teórico a Lei 9.985/2000, Macedo (2008), Diegues (2001), Milano (2001), Queiroz (2005).

Também foram utilizados como referências trabalhos realizados no mesmo local com temas relacionados ao que foi desenvolvido nesse estudo e que contribuíram com a compreensão do fenômeno social objeto dessa pesquisa como os trabalhos de Mota et al. (2011); Fernandes (2011); Barbosa (2011), publicações da SEMA-PA (2013) do IBGE, entre outras fontes.

4.1 MOBILIZAÇÃO E AÇÃO COLETIVA

A mobilização é compreendida, segundo Melucci (1996) como "[...] o processo pelo qual um ator coletivo reúne e organiza os seus recursos para a promoção de um objetivo comum contra a resistência de grupos contrários a esse objetivo"¹⁵ (MELUCCI, 1996, p. 289).

Essa abordagem demonstra que a mobilização é uma maneira de resistir aos interesses de outros grupos que almejam interesses diferentes, o que resulta quase sempre em conflitos, que podem ocorrer nos eventos cotidianos, desde que os interesses estejam em direções opostas e não haja consenso em lutar por um objetivo comum entre as partes envolvidas, ou seja, não ocorra uma ação coletiva dos grupos de interesse (MELUCCI, 1996).

Melucci, em sua análise sobre os movimentos sociais, baseia-se na teoria da atuação coletiva, dessa forma considera que ação coletiva é movida pela interação entre as pessoas, com vistas a um objetivo comum, esse fator é que direciona o sentido das ações dos grupos (MELUCCI apud GOHN, 2008).

Para Tarrow (2009), as ações coletivas são empreendidas por pessoas que não tem relação ou acesso às instituições e buscam alcançar reivindicações junto a outros indivíduos ou autoridades (TARROW, 2009).

¹⁵Tradução segundo Schmitz (2014).

As mobilizações podem emergir das necessidades que extrapolam a esfera material, tem nesse caso, motivações de ordem simbólica e como foco a possibilidade de terem reconhecidos suas identidades enquanto sujeitos coletivos.

Para Alonso (2009) “seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas” (ALONSO, 2009, p. 64).

Mancur Olson (1998) em “A Lógica da Ação Coletiva”, originalmente publicado em 1965, propôs o estudo do comportamento racional das pessoas, isto é, a análise comportamental de indivíduos que participam de grupos com o objetivo de conseguir alcançar um benefício coletivo, que se transformará em uma conveniência pessoal. Para esse autor, a ação coletiva surge em detrimento da ação individual, quando os custos desta última forem superiores aos da primeira (OLSON, 1998).

Essa teoria se enquadra na teoria da escolha racional, seu pressuposto é, que quando um bem ou benefício coletivo ao ser acessado por um grupo, não pode ser negado a nenhum de seus membros, mesmo que esse indivíduo não tenha se mobilizado na causa em prol da obtenção de tais benefícios (OLSON, 1998).

Na perspectiva analisada por Olson (1998), o indivíduo decide racionalmente se deverá contribuir ou não, para a obtenção de um benefício coletivo. Se decidir contribuir, irá considerar o volume da sua contribuição, através de um cálculo, onde analisará o custo de fornecer o benefício coletivo; o benefício oriundo do fornecimento do benefício coletivo e a quantidade do benefício coletivo já fornecido.

A análise apresentada na Lógica da Ação Coletiva enfatiza que na maioria das vezes os integrantes de grupos de interesses não irão promover objetivos comuns por livre vontade. É preciso, algum tipo de convencimento: físico ou financeiro. O autor admite que até a coerção seja necessária e mesmo em situações onde exista unanimidade dentro do grupo sobre os caminhos a serem percorridos para atingir o objetivo proposto (OLSON, 1998).

Esse comportamento chamado de *free rider*, é compreendido como a forma de agir de um indivíduo que tem conhecimento de que receberá certas vantagens, independente de sua participação, ou seja, aproveitar-se-á da ação empreendida por outras pessoas.

Esse comportamento implica em se beneficiar dos ganhos do grupo sem pagar os custos e sem contribuir para o bem coletivo. O problema do *free rider* permeia toda a análise da ação coletiva, sendo um dos seus dilemas (OLSON, 1998). Nessa análise teórica da lógica da ação coletiva, o bem comum, coletivo ou público é definido como o bem que, “uma vez

consumido por uma pessoa X_i , num grupo $X_1, \dots, X_i, \dots, X_n$, não é passível de ser negado a outras pessoas desse grupo" (OLSON, 1998, p. 13).

Para esse estudo será utilizado a definição de ação coletiva segundo Tilly (1981) como sendo: “Ação coletiva, para os nossos propósitos, consiste em todas as ocasiões em que grupos de pessoas mobilizam recursos, incluindo seus próprios esforços, para alcançar objetivos comuns”¹⁶ (TILLY, 1981, p. 17).

4.2 USOS DE RECURSOS COMUNS

Outra importante contribuição para a compreensão da contradição entre racionalidade individual e coletiva baseada nos dilemas existentes na ação coletiva são as análises sobre a “tragédia dos comuns”, de Garret Hardin (2002), escritas na década de 1960.

Hardin (2002) relaciona o aumento populacional com o decréscimo na produção de alimentos, em uma perspectiva um tanto pessimista em relação à gestão dos recursos comuns. Nesse enfoque a solução apontada seria privatizar ou estatizar, pois ao continuarem sendo utilizados em áreas de livre acesso, os recursos naturais tenderiam a diminuir cada vez mais, para esse autor seria necessária uma intervenção estatal para conter o uso intensivo de recurso de uso comum, que segundo esse autor seriam bens comuns de livre acesso, que não tem definidos os direitos de propriedade.

Para exemplificar a teoria da “tragédia dos comuns”, Hardin (2002) demonstra o problema com a utilização simultânea de um pasto:

La tragedia de los bienes desarrolla em este sentido. Imaginemos un pastizal al alcance de todos. Es de esperar que cada pastor trate de alimentar la mayor cantidad posible de animales con esa postura colectiva. Tal acuerdo puede funcionar más o menos bien durante siglos, ya que las guerras, los hurtos de caza em terreno vedado y las enfermedades mantienen el número de bestias y hombres muy por debajo del limite de saturación de la tierra. Sin embargo, a la larga llega el momento del ajuste de cuentas, es decir, cuando la tan ansiada meta de alcanzar una estabilidad social se convierte em una realidad. En este punto, la lógica inherente de los bienes comunes genera, implacable, la tragedia (HARDIN, 2002, p. 37)

Na concepção elencada por Hardin (2002), a possibilidade de existir uma ação coletiva, por um longo período, seria quase impossível, considerando os interesses de cada ator envolvido no uso racional do recurso natural, o que demandaria a máxima utilização do

¹⁶Tradução segundo Schmitz (2014). "Collective action, for our purposes, consists of all occasion on which sets of people commit pooled resources, including their own efforts, to common ends". (TILLY, 1981, p.17)

pasto e com isso ocorreria a deteriorização desse recurso pelo aumento de animais que fazem uso dele (HARDIN, 2002).

Feeny et al. (2001, p. 31) contrapõe-se às concepções expostas na teoria sobre a “tragédia dos comuns” de Hardin (2002), chamando atenção para o modelo exposto pelo autor, considerando-o incompleto, pois preconizava uma tragédia que não poderia ser evitada, baseado em “seus pressupostos sobre livre acesso, ausência de restrições aos comportamentos individuais, condições pelas quais demandas excedem ofertas e sobre usuários de recursos incapazes de alterar as regras”.

Ressaltam ainda que:

A teoria deverá ser capaz de acomodar a auto-organização dos usuários ou sua ausência. Tal modelo poderá explicar melhor se, e sob quais condições, o manejo sustentável dos recursos ocorrerá, em vez de simplesmente prever o desaparecimento de todos os recursos comuns (FEENY et al., 2001, p. 34).

Feeny et al. (2001, p. 34) argumentam a necessidade de teorias que analisem os recursos de propriedade comum¹⁷ considerando “o manejo sustentável de recursos sob regimes de propriedade comunal” .

McKean e Ostrom (2001) apresentam em suas análises uma concepção oposta às apresentadas por Hardin e Olson e demonstram a existência de experiências bem sucedidas¹⁸ em relação à gestão coletiva de bens comuns. Assim afirmam que:

Diversas justificativas foram apresentadas para a eliminação da propriedade comunitária de florestas, entre as quais o argumento de que a propriedade individual ou pública aumentaria a eficiência do uso e da proteção de longo prazo de recursos naturais. No entanto, em vários exemplos é aparente que os novos arranjos que vieram a substituir os regimes de propriedade comum não tem sido efetivos em promover manejos sustentáveis de recursos. Em muitos casos, a transferência dos direitos de propriedade de grupos tradicionais para outros grupos de usuários de recursos eliminou incentivos de monitoramento e restrição nos sistemas de exploração, convertendo proprietários conscientes em caçadores ilegais e ampliando a degradação que se pretendia prevenir (MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 80).

Para McKean e Ostrom (2001), ao transferir direitos de propriedade de recursos naturais de grupos tradicionais para outros grupos de usuários, assume-se o risco de alterar

¹⁷[...] uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração (BERKES, et al., 1989, p, 89 citado por FEENY et al., 2001, p. 20).

¹⁸Törbel (Suiça): Documentos escritos no ano 1224 informam sobre tipos de posse de terra e regras relativas a cinco tipos de propriedade comuns: os pastos alpinos; as florestas; as terras não cultivadas ou em pousio; os sistemas de irrigação e; as trilhas e estradas que conectam as propriedades particulares e comuns (parte do material das aulas de Ação Coletiva no Espaço Rural, sob a responsabilidade do professor Dr. Heribert Schmitz, em 09/2014).

arranjos institucionais, ocasionando um quadro de consequências negativas para grupos tradicionais como a diminuição na eficácia do manejo, que esses grupos praticavam antes.

Ao utilizarem o termo “[...] ‘Propriedade comum’ ou ‘regime de propriedade comum’ referem-se aos arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos [...]” (MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 80) ¹⁹.

E ainda, chamam a atenção para o fato de “em vez de se criar e se destruir instituições de maneira vacilante, há necessidade de um contínuo esforço para se ampliar o corpo de conhecimento na base das experiências voltadas à redução das taxas de desmatamento e de empobrecimento da biodiversidade global” (MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 92).

4.3 CONFLITO SOCIAL

Diferentes pontos de vista sobre determinados assuntos, comportamentos, costumes e usos de recursos naturais, principalmente na conjuntura atual, de aumento de problemas relacionados há usos desordenados desses recursos advindos da natureza, tem levado a um quadro de escassez, poluição e degradação ambiental, o que pode resultar em conflitos por parte de usuários internos e externos, com interesses que estão entre uso desordenado desses recursos naturais e a sustentabilidades de ecossistemas.

Para Simmel (1983), o conflito pode produzir resultados através do encontro social, sendo uma de suas dimensões.

[...] resolve a tensão entre contrastes [...] a síntese de elementos que trabalham juntos, tanto um contra o outro, quanto um para o outro. [...] Essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas relação – a anti-tética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. Caso implique na rejeição ou no fim da sociação, a indiferença é puramente negativa; em contraste com esta negatividade pura, o conflito contém algo de positivo. Todavia, seus aspectos positivos e negativos são integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente (SIMMEL, 1993, p.123).

Podemos situar os conflitos como sendo a possibilidade de estimular elos de relações sociais que resultam em agregações ou desagregações e podem enfrentar-se por não identificarem-se como similares em certos momentos (SIMMEL, 1983).

O conflito ocorre muitas vezes, porque diferenças de opiniões e concepções sobre temas e iniciativas entre grupos e pessoas não são tratados devidamente. O conflito,

¹⁹ McKean e Ostrom (2001, p. 80), utilizam o termo “regime de propriedade comum”, enquanto outros autores como Feeny et al. (2001) utilizam o termo “propriedade comunal”.

no entanto, é um fenômeno muito mais abrangente e se evidencia nas esferas micro e macro. Surge entre indivíduos (por exemplo, no casamento), entre organizações (por exemplo, sindicato e empresa) ou entre países. O conflito pode se evidenciar a partir de várias formas de aparência e de expressão como tensão, diferença, concorrência, rivalidade, estranhamento, crítica, intolerância, intriga, perseguição, luta, ataque e defesa, violência, disputa pelo poder, destruição, eliminação, inimizade, ciúme, inveja, ódio, desconfiança, aversão, guerra (SCHMITZ et al., 2011, p. 253).

Os conflitos são parte das relações sociais e estão presentes desde os primórdios da humanidade. O arcabouço teórico sobre a categoria conflito está presente nas Ciências Sociais desde as concepções de filósofos como Platão e Sócrates²⁰ (BRITO, 2010).

Marx e os chamados conflitualistas também elaboraram análises sobre a categoria conflito no século XIX, essas teorias emergiram em plena sociedade industrial para tentar explicar aquele contexto e seu desenrolar frente às transformações da época, baseadas nas contradições entre classes opostas, ou em uma linguagem marxista: burgueses e proletários (BRITO, 2010).

Para os teóricos marxistas, os conflitos são intrínsecos às sociedades humanas e têm como principal fonte as contradições entre a burguesia (proprietários dos meios de produção) e o proletariado (operários), ou seja, entre aqueles que controlam os meios de produção e aqueles que disponibilizam a mão-de-obra para a produção. No pensamento marxista o conflito social é representado por incompatíveis interesses de classes da sociedade capitalista e está vinculado a produção de mais-valia relativa, que é inerente ao sistema (BRITO, 2010, p. 33).

Outros autores construíram análises tendo como pressuposto a dinâmica existente na sociedade, os comportamentos dos indivíduos e suas formas de interação. Fazem parte dessa corrente entre outros, Weber e Simmel (BRITO, 2010).

Para o objetivo que propõe o presente estudo, utilizaremos a concepção de Georg Simmel (1983) a quem “é atribuído o mérito de ter tratado o conflito na sua multiplicidade” considerando-o como acontecimento que faz parte das relações entre as pessoas, como “um elemento do regulamento social, e não como um acidente na vida das sociedades” (SCHMITZ et al., 2011, p. 253).

O conflito é uma das formas mais ativas da socialização. Quando ocorre um conflito acontece “um dualismo e leva a um modo de coesão, mesmo que isso cause a destruição de um dos envolvidos. A disputa unifica os adversários em torno de um objeto comum” (SCHMITZ et al., 2011, p. 253).

²⁰ “[...] onde se observa que a consciência moral, a ponderação e a razão embasam as discussões sobre os conflitos sociais e as soluções encontradas por estes para mediar às crises vividas pelo corpo social [...]” (BRITO, 2010, p. 30).

Em suas análises, Simmel (1983) explica que quando ocorre um conflito há uma interação e uma associação, sendo que suas causas (inveja, ódio, necessidade e desejo) serão os elementos que influenciam e/ou contribuem com a dissociação e conseqüentemente com as causas do conflito. Ou seja:

[...] Se toda interação entre homens é uma sociação, o conflito - afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas - deve certamente ser considerado uma sociação [...] o conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes[...] (SIMMEL, 1983, p.121).

O conflito teria a capacidade de construir importantes momentos de interações consideradas por Simmel (1983) como propulsores para desencadear transformações na sociedade, ao ocasionar em determinadas situações a coesão de pessoas e grupos em torno de um interesse ou objeto em comum ou a divergência, como exposto abaixo:

A mistura de relações harmoniosas e hostis, todavia, apresenta um caso nos quais as séries sociológica e ética coincidem. Começa com a ação de A em benefício de B, desloca-se para o benefício do próprio A sem beneficiar B, mas também sem prejudicá-lo, e finalmente torna-se uma ação egoísta de A a custa de B. Na medida em que tudo isso é repetido por B, embora dificilmente do mesmo modo e nas mesmas proporções, surgem as combinações inumeráveis de convergência e divergência nas relações humanas (SIMMEL, 1983, p.132).

Dessa forma, “um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma união pura não é só empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real” (SIMMEL, 1983, p.124).

De acordo com a teoria de Simmel (1983) existe a relação entre o desenvolvimento e mudanças na sociedade com divergências, diferentes concepções e conflitos.

Para o autor os diferentes posicionamentos e insatisfações, proporcionam aos indivíduos ou grupos a capacidade de não tornarem-se meros objetos oprimidos, onde há o enfrentamento das partes, sem situar semelhanças entre si, havendo a incompatibilidade de pensamentos com um ou mais atores envolvidos. Essa concepção será utilizada como embasamento para as análises pretendidas nessa pesquisa.

Nascimento (2001) concebe a noção de conflito social a partir perspectiva analisada por Simmel (1983) que os considera do ponto de vista positivo, de tensões que podem possibilitar através da interação social uma unidade.

Considera que no Brasil as análises sobre conflito social deve ter um objeto em disputa para existir, geralmente esses objetos são bens, recursos escassos, posições de poder e ideias.

Outra contribuição de Nascimento (2001) sobre conflito está em distinguir seus principais elementos: sua natureza, atores sociais, campo, objeto em disputa, dinâmica da evolução, mediadores e a tipologia.

Na perspectiva analisada por Little (2001, p. 107), conflitos existem em todas as “esferas da vida humana – psicológica, política, econômica, religiosa, social, cultural – e entre todos os tipos de relações humanas – interpessoais, conjugais, trabalhistas, étnicas, internacionais”.

Assim, conflitos podem surgir a partir de questões ambientais, pelo uso da terra, pelo acesso e uso de recursos naturais. Sua ocorrência caracteriza-se por “disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural” (LITTLE, 2001, p, 107).

A partir desse conceito o autor propôs uma tipologia desses conflitos: “1) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, 2) os conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural, e 3) os conflitos em do uso dos conhecimentos ambientais”. Essa classificação pode ser útil para as análises desse fenômeno social, se utilizadas como um embasamento flexível (LITTLE, 2001, p. 108).

De acordo com Glasl (1997 citado por SCHMITZ et al., 2011), o conflito o ocorre não apenas por um fator isolado, ou seja, é desencadeado por várias causas. Ressalta ainda que, é quase impossível reduzir a o conflito a uma única causa.

Na percepção desse autor o conflito é conceituado “como uma interação entre atores na qual pelo menos um deles vivencia incompatibilidades no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com outro ator, assim, a ação de um ator social sofre algum impedimento a partir da ação de outro ator social” (GLASL, 1997, citado por SCHMITZ et al., 2011, p. 257).

As análises realizadas por Schmitz et al. (2011) confirmaram conflitos provenientes de questões ambientais em áreas remanescentes de mangabeiras, nos estados do Norte e Nordeste do Brasil, em áreas nas quais existem remanescentes de mangabeiras.

4.4 REVISÃO SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E RDS

A ideia sobre a proteção dos recursos naturais começou na Idade Média europeia com a intenção de manter e conservar animais silvestres, para que a realeza e aristocracia da época tivessem onde praticar a caça (MACEDO, 2008). Foi a partir da criação de Yellowstone National Park em 1872 nos Estados Unidos que surgiu o marco moderno da proteção de áreas

naturais contra ações antrópicas, em uma perspectiva que dissociava o homem da natureza (MILANO, 2001).

Diegues (2001) enfatiza que a utilização “modelo Yellowstone” de criar os parques sem que estes tivessem moradores em seu interior, ideia esta vinda dos países considerados industrializados para países do Terceiro Mundo, “cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas” (DIEGUES, 2001, p.37).

No Brasil houve a criação do Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro em 1937, embasado no Código Florestal de 1934 que criou três categorias de Unidade de Conservação: os Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Florestas Protetoras. Na década de 1960, foi promulgado o Código Florestal através da Lei 4771/1965 (MACEDO, 2008).

Com a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1967, e da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, foi instituído na esfera do poder público, debates e estratégias que visavam criar e implementar em diferentes categorias as Unidades de Conservação.

Leis como a 6938/1981, que instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); a Constituição Federal de 1988, com um capítulo sobre a temática ambiental; o Decreto 99.274/1990, que regulamentou a Política Nacional do Meio Ambiente; o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente criado em 1985; o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) criado em 1989, em resposta as pressões internacionais e aos crescentes conflitos, decorrentes devido o desmatamento da Floresta Amazônica (MACEDO, 2008).

A criação das Unidades de Conservação para o uso sustentável foi formalizado no Brasil através da Lei 9.985/2000 que implementou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e as considera como:

O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 1).

O Ministério do Meio Ambiente caracteriza como Unidades de Conservação espaços do território que possuam diversidade de recursos ambientais, essas áreas são instituídas

legalmente através do poder público, o principal objetivo é a conservação dos recursos naturais, outra característica das UCs é a definição de limites sob uma administração que garanta a aplicação da proteção de acordo com a categoria de manejo (BRASIL, 2000).

As Unidades de Conservação foram divididas entre as de proteção integral e as de uso sustentável.

Fazem parte do primeiro grupo: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Tem o objetivo de proteção da natureza, com uso restrito de seus recursos naturais, como visitas, pesquisas de cunho científico e educação ambiental (BRASIL, 2000).

No segundo grupo estão as UCs de uso sustentável, divididas em sete categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. As UCs de uso sustentável têm o objetivo de combinar conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais, através de práticas extrativistas de coleta e manejo (BRASIL, 2000).

O uso sustentável pressupõe a “Exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.” (BRASIL, 2000).

Nesse estudo nos deteremos sobre a fundamentação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que o foco dessa pesquisa é analisar a mobilização social para criar uma RDS, compreendida como área natural onde estão inseridas dez comunidades tradicionais²¹ que utilizam o extrativismo, a agricultura de subsistência e outras atividades como a pesca e a criação de animais para a subsistência de suas famílias.

Nas RDS as atividades devem obedecer algumas condições de acordo com a lei:

I - É permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela

²¹O Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, Art. 3, Inc. I, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, compreende como detentores dos conhecimentos tradicionais: Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. (BRASI, 2007).

administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área (BRASIL, 2000).

O artigo 23 regula o uso e posse dessas áreas “A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei” (BRASIL, 2000).

Benatti (2011) explica a partir da Lei 9.985/2000, nos artigos 18 e 19 que:

No Brasil, a titularidade das áreas ocupadas pelas populações tradicionais está ligada a origem das mesmas, se é um bem público ou privado. No primeiro caso, o uso e o manejo dos recursos naturais pertencem exclusivamente às comunidades locais, mas com administração compartilhada entre a comunidade local e o poder público. Podemos citar como exemplos as reservas extrativistas, as reservas de desenvolvimento sustentável e os assentamentos agroextrativistas, sendo que nestas três situações a lei determina que as terras destas unidades de conservação e assentamentos são de domínio público, com o usufruto da terra e dos recursos naturais renováveis concedidos às populações tradicionais. As unidades de conservação serão geridas por conselhos deliberativos, compostos por representantes das populações tradicionais, do órgão público responsável por sua administração e organizações da sociedade civil (BENATTI, 2011, p. 104).

Em 09 de março de 1990 o Decreto 12. 836 criou a Estação Ecológica Mamirauá no Estado do Amazonas. Essa categoria foi alterada para RDS Mamirauá²² em 1996, foi a primeira RDS no Brasil.

Esse tipo de área protegida com uso sustentado foi desenvolvida a partir da necessidade de promover a conservação da biodiversidade, bem com garantir condições de sobrevivência e reprodução social com a exploração racional de recursos naturais por seus usuários (BRASIL, 2000).

Sua criação é resultado direto de uma solicitação encaminhada em 1985 pelo biólogo José Márcio Ayres e pelo fotógrafo Luis Cláudio Marigo ao governo federal (na época o órgão responsável era a Sema – Secretaria Especial de Meio Ambiente),

²²A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) (correspondente à Categoria VI no sistema de classificação da IUCN) está situada na região do médio Solimões, na confluência dos rios Solimões e Japurá, entre as bacias do rio Solimões e Negro. Sua porção mais a leste fica nas proximidades da cidade de Tefé, no estado do Amazonas. Esta é a maior reserva existente dedicada exclusivamente a proteger a várzea amazônica. Considerada uma área alagada de importância internacional, ela é inscrita como um dos sítios brasileiros da Convenção Ramsar, das Nações Unidas (QUEIROZ, 2005, p.187).

para a criação de uma área protegida de cerca de 200 mil hectares, especialmente em função da presença do primata Uacari-branco (*Cacajao calvus calvus*), que na época já constava na lista das espécies ameaçadas de extinção oficial do Brasil, bem como da IUCN (International Union for the Conservation of Nature) (Ayres, 1986). Atendendo à proposta do biólogo, a Sema criou a Estação Ecológica Mamirauá (EEM) em 1986, e a mesma foi transferida para a administração do governo do estado do Amazonas, que a recebeu por meio do decreto nº 12.836 de 9 de março de 1990. Neste mesmo ato, a área foi expandida até seus limites atuais. Aquela nova unidade estadual passou a ser limitada pelos rios Solimões e Japurá e pelo canal Uati-Paraná, numa superfície total de 1,124 mil ha (QUEIROZ, 2005, p.184).

Queiroz (2005) analisa a criação de unidades de conservação na categoria RDS como uma alternativa viável ao considerar que:

[...] Nos últimos quinze anos exemplifica de forma bastante enfática que o sucesso das intervenções ambientalistas na Amazônia brasileira visando à conservação *in situ* da biodiversidade está definitivamente dependente da capacidade de se identificar e envolver eficientemente as populações humanas diretamente ligadas ao local a ser conservado (QUEIROZ, 2005, p. 199).

O reconhecimento da relevância da atividade extrativista pelos próprios usuários do Campo da Mangaba, bem como as ameaças de destruição do ecossistema por fatores como a ocupação desordenada, derrubada da vegetação nativa para plantio de espécies exóticas, queima constante na área na época de estiagem, etc. (SEMA-PA, 2013) confirmado também pelos informantes do local, foi o mote para despontar as mobilizações e ações coletivas de tentar conservar as espécies vegetais existentes na área onde será realizada essa pesquisa.

Almeida (2009) enfatiza que a partir de 1988, começaram a ocorrer mudanças em relação aos atores sociais com a “a categoria povos da floresta, que emerge em 1988 a partir de mobilizações políticas que agrupam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu e povos indígenas, sintetizam esse momento” (ALMEIDA, 2009, p.74).

Nesse sentido, o surgimento dessas “novas identidades coletivas e sua objetivação em movimentos sociais, apoiados na força mobilizatória de produtores diretos com consciência ambiental aguçada, recolocam o significado de natureza” (ALMEIDA, 2009, p.74).

Nessa perspectiva os moradores, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores da Comunidade de Aricuru (APEAGA) buscaram soluções para conter as agressões ao Campo da Mangaba, através da mobilização pela criação de uma RDS no Campo da Mangaba, que vem sendo empreendida desde 2007. Essa mobilização pela criação no RDS nessa área é o tema que esse projeto propõe pesquisar.

5. O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO EM TORNO DA CRIAÇÃO DA RDS NO CAMPO DA MANGABA

Esse capítulo apresenta as movimentações através da mobilização em torno da criação da RDS no Campo da Mangaba no município de Maracanã a partir dos depoimentos de diferentes atores sociais como moradores das dez comunidades da área proposta para ser Unidade de Conservação e usuários internos e externos, lideranças locais, igreja e organizações sociais.

A proposta focalizou a análise das diferentes opiniões e posicionamentos dos atores envolvidos direta ou indiretamente, visando responder as questões norteadoras e objetivos propostos nessa pesquisa. Assim, é imprescindível em primeiro plano caracterizar a área e os protagonistas envolvidos nesse processo de mobilização.

A construção teórica pretendida partiu cronologicamente da década de 1980 até os dias atuais. Tal delimitação temporal justifica-se pelos relatos da ocorrência de conflitos na área objeto desse estudo.

Registrar essa experiência coletiva vem sendo um esforço e exercício de conhecer os diferentes discursos e interesses sobre a proposta de criação de uma Unidade de conservação, como uma maneira de dar tratamento e visibilidade científica às experiências de mobilização em torno do tema de estudo.

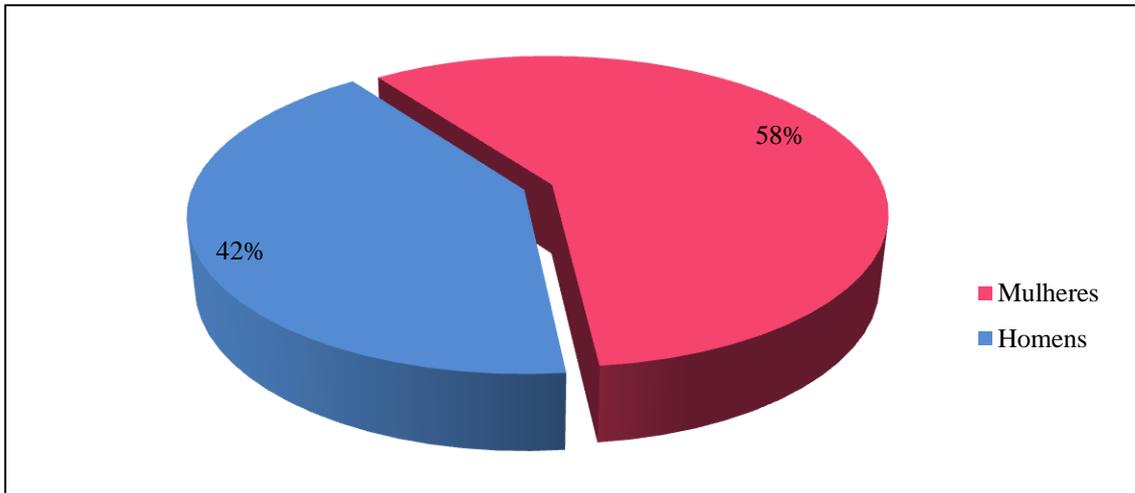
5.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Para balizar o perfil dos entrevistados, foi elaborado um roteiro de entrevista com perguntas sobre gênero, idade, estado civil, naturalidade, quanto tempo reside no local, composição familiar, grau de escolaridade, tipo de trabalho, qual a principal atividade, se utiliza recursos do rio Maracanã e do Campo da Mangaba, qual o destino desses produtos (se para a subsistência da família ou para venda) e quem desempenha as atividades na família.

Durante as pesquisas de campo em dez comunidades do Campo da Mangaba, foram realizadas 36 entrevistas, das quais 21 informantes são mulheres e 15 são homens.

Houve a tentativa de equilibrar a participação dos dois gêneros durante a coleta de dados, com o objetivo de ter acesso aos depoimentos de representantes do sexo masculino e do sexo feminino (gráfico 1).

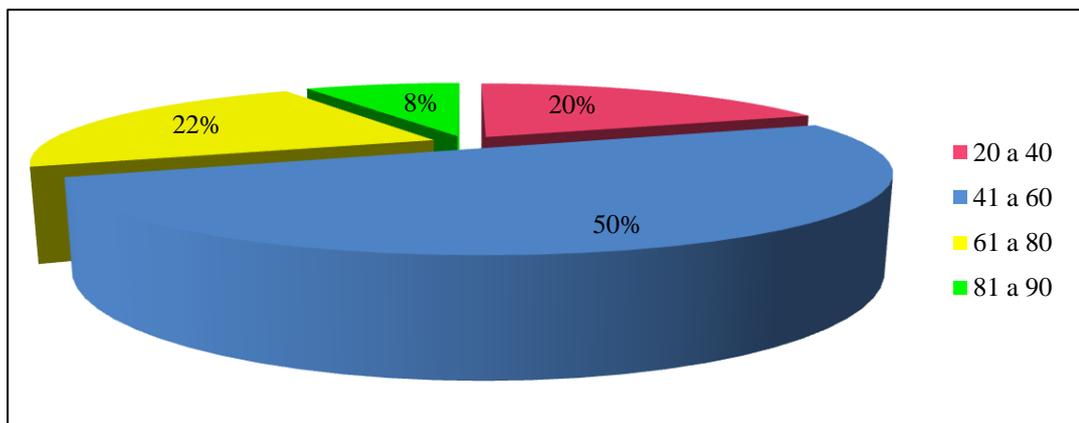
Gráfico 1- Gênero dos interlocutores entrevistados nas comunidades.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015. Gráfico elaborado pela autora.

Foram entrevistadas pessoas entre 20 a 87 anos, a maior parte (50%) tem idade entre 41 a 60 anos, em segundo lugar com 22% está o contingente de 61 a 80 anos, 20% da amostra representou a faixa etária de 20 a 40 anos, e 8% dos interlocutores foram os moradores mais antigos entre 81 a 90 anos (Gráfico 2).

Gráfico 2- Distribuição percentual dos interlocutores entrevistados nas Comunidades quanto à idade.

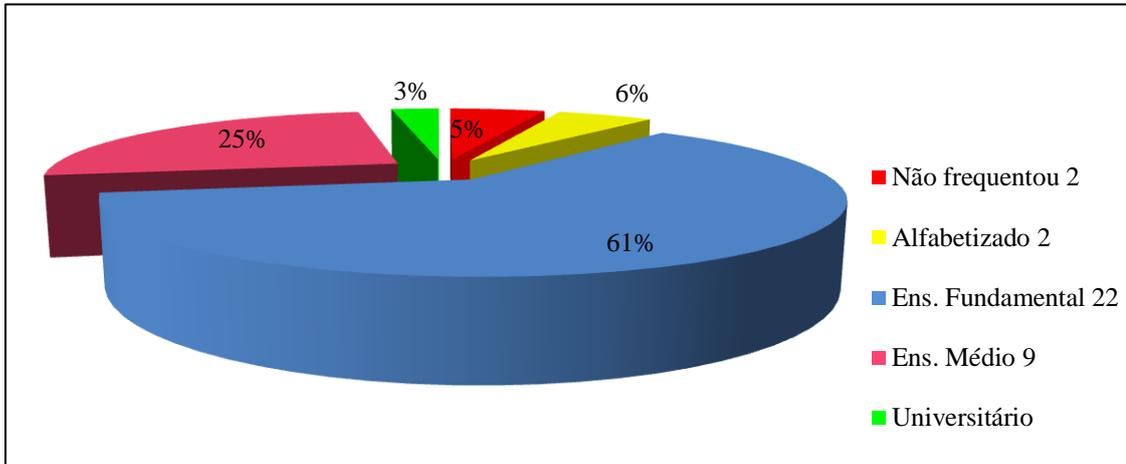


Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015. Gráfico elaborado pela autora.

Dados coletados sobre o nível de escolaridade dos moradores da área pesquisada demonstraram que a maioria dos 36 entrevistados (61%) cursaram o ensino fundamental, 25% concluíram ou estão cursando o ensino médio, 6% declarou que chegou a iniciar os estudos, mas abandonou nas séries iniciais ou alfabetização como denominaram.

Nesse universo apenas 3% está frequentando o ensino superior e 5% nunca frequentou a escola (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Escolaridade dos interlocutores entrevistados nas comunidades.



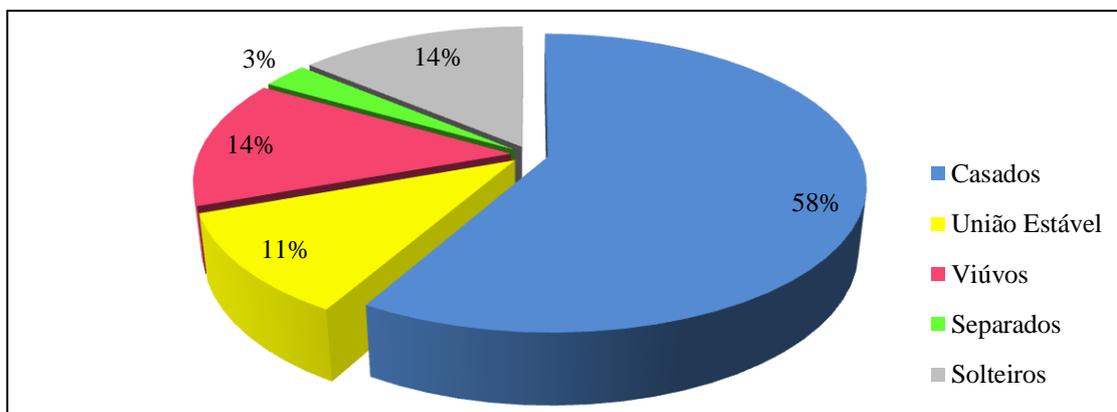
Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015. Gráfico elaborado pela autora.

Essas informações ilustram as dificuldades enfrentadas pelos estudantes dessas áreas, principalmente a partir do ensino médio, com a diminuição do contingente, agravado ainda mais com o baixo acesso ao nível superior.

Alguns entrevistados relataram que a educação hoje está melhor, pois em quase todas as comunidades existem escolas de ensino infantil e fundamental (até o 5º ano), o que não existiam anos atrás.

Em relação ao estado civil das pessoas que concederam entrevistas nas comunidades, 58% declararam-se casadas, 11% disseram manter união estável, na linguagem do lugar “amigado”, 14% da amostra são solteiros, 14% viúvos e 3% afirmaram estar separados (Gráfico 4).

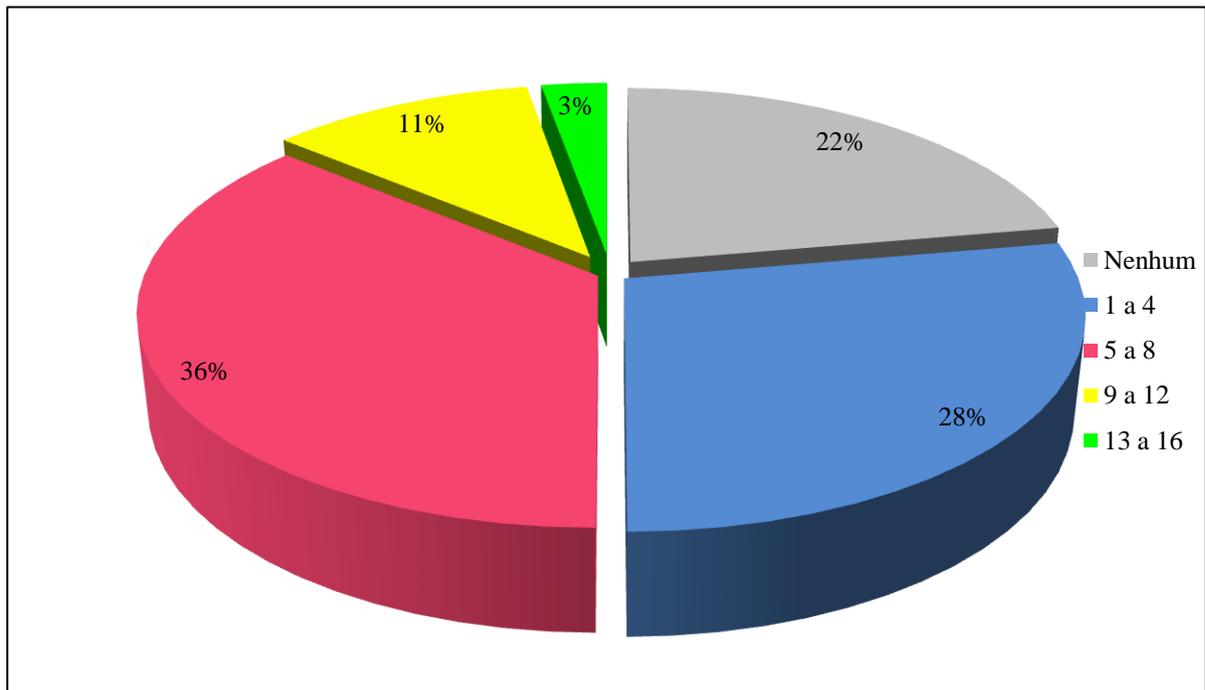
Gráfico 4 - Estado civil dos interlocutores entrevistados nas comunidades



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015. Gráfico elaborado pela autora.

O número de filhos varia de 1 a 16, sendo que 22% correspondente a 8 entrevistados que não têm nenhum filho, 28% (10 pessoas) têm de 1 a 4 filhos, 36% (13 pessoas) têm 5 a 8 filhos, 12% (4 pessoas) têm de 9 a 12 filhos e 3% (1 pessoa) declarou ter de 13 a 16 filhos (Gráfico 5.).

Gráfico 5 - Número de filhos dos interlocutores entrevistados nas comunidades.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015. Gráfico elaborado pela autora.

A maioria dos entrevistados 91% informou que nasceram e sempre moraram nas comunidades, 9% disseram não ter nascido nos locais de moradia: uma nasceu em Belém e reside em uma das comunidades há mais de 18 anos e duas nasceram no município de Maracanã, porém não na mesma comunidade que residem atualmente.

Quanto às atividades laborativas, as informações coletadas durante a pesquisa demonstraram que a maioria dos 36 entrevistados exerce mais de uma atividade, entre elas a agricultura, a pesca e o extrativismo vegetal. Alguns fazem parte do funcionalismo público e outros têm aposentadoria.

Essas atividades segundo eles são simultâneas em alguns casos e em outros dependem da safra dos produtos.

“Por aqui, a gente faz de tudo um pouco, eu boto roça, pesco, no tempo do camarão, eu vou pegar, vou pro campo com minha esposa na safra da mangaba e do bacuri e faço os paneirinhos quando dá pra vender. Trabalho em tudo que aparecer para sustentar minha família, dar de comer e quando dá, eu vendo também” (E. N., 51 anos, moradora da Comunidade de São Tomé).

No rol de pluriatividades²³, a agricultura de base familiar foi citada por 29 dos 36 entrevistados, a pesca foi indicada por 28 pessoas, o extrativismo por 30, a aposentadoria por 9 informantes e o funcionalismo público por 4 dos participantes da pesquisa (Quadro 4).

Quadro 2- Pluriatividades realizadas pelos interlocutores entrevistados nas comunidades.

Atividades	Frequência
Extrativismo	30
Agricultura	29
Pesca	28
Funcionário Público	4
Aposentados	9

Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015. Elaborado pela autora.

De acordo com Schneider (2005, p. 4) a pluriatividade é um fenômeno que possibilita que diferentes atividades, entre elas a agricultura, sejam desempenhadas, como “estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas”.

Nesse contexto, a pluriatividade pode ser considerada como uma forma de sobrevivência, uma vez que abre um leque de possibilidades maiores de subsistência familiar, sendo assim, uma estratégia para a própria sobrevivência e o fortalecimento para manterem-se em seus lugares de origem.

5.2 ANTECEDENTES E CONFLITOS PELO USO DOS RECURSOS COMUNS

A proposta de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas surgiu entre os anos de 2005 e 2007 em decorrência do cenário de destruição gradual que vem ocorrendo na área, com queimadas anuais, retirada da vegetação nativa e

^{23cc}A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas. Ou seja, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas” (SCHNEIDER, 2005, p. 4).

ocupação desordenada, fatores que colocam em risco a conservação desse ecossistema e resultam em um quadro que afeta diretamente os moradores e usuários da área, pois com o avanço desses interesses diversos elencados acima surgem conflitos pelo uso dos recursos comuns e pela conservação desse ecossistema.

Constatou-se na literatura que em outros processos de criação de unidades de conservação no Brasil, a demanda surgiu a partir da preocupação ocasionada pela utilização indiscriminada dos recursos naturais, que geram conflitos de interesses, como ocorreu na proposta de criação da REM do Corumbau relatado por Bucci (2009):

O processo de criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau (RESEX Corumbau) foi instaurado a partir da existência de conflitos entre os pescadores artesanais locais e pescadores de outras regiões do Estado e do país, que mais de dez anos antes da decretação da UC, realizavam capturas predatórias do pescado na região com técnicas e pesca de escala industrial, atraídos justamente pelo fato de a pesca local ser realizada através da tradicional captura artesanal, tendo na época certa abundância de peixes e camarões (BUCCI, 2009, p. 22).

Desse contexto surgiram as primeiras iniciativas pela proteção da atividade pesqueira no local. Com a preocupação de pescadores e moradores da comunidade de Corumbau apoiados por outros grupos como empresários e governo local, iniciaram as mobilizações em prol da criação da UC. O primeiro passo nesse sentido foi coletar assinaturas para solicitar a criação da reserva (BUCCI, 2009).

Em outros processos de criação de unidades de conservação emergiram fatores relacionados aos recursos naturais e outras questões:

A criação das Unidades de Conservação na região da Terra do Meio, a partir de 2004, associada à intensificação das ações de fiscalização que ocorreram na região, a partir de 1999, não só estabeleceu uma barreira ao avanço da frente leste de uso e ocupação, com também contribuiu significativamente para redução da degradação ambiental na região [...] (COSTA, 2013, p. 72).

[...] estabelecendo o controle e regulação do uso dos recursos naturais numa região que se encontra sob intenso conflito pela posse da terra e, portanto, sob forte pressão pela conversão de florestas em diferentes usos da terra (COSTA, 2013, p. 68).

Em relação a mobilização analisada nesse estudo é importante ressaltar que, o Campo da Mangaba é considerado como uma área comum de livre acesso, ou seja, “é a ausência de direitos de propriedade bem definidos. O acesso aos recursos não é regulado, sendo livre e aberto a qualquer pessoa” (FEENY et al., 2001, p. 20).

No local estão presentes usuários internos que têm residência fixa no campo, no entorno ou em áreas próximas e praticam o extrativismo e pessoas externas que não residem

no campo, no seu entorno ou em áreas próximas e que não trabalham com extrativismo. Ocorrem conflitos causados pela posse da terra e pelo uso de recursos naturais, “como o ocorrido na década de 1980 com o cercamento de partes da área por fazendeiros para impedir o acesso ao Campo da Mangaba” (BARBOSA, 2011, p. 21).

O objetivo proposto nesse estudo requer a compreensão de conflito a partir da concepção de Georg Simmel (1983) a quem “é atribuído o mérito de ter tratado o conflito na sua multiplicidade” considerando-o como acontecimento que faz parte das relações entre as pessoas, como “um elemento do regulamento social, e não como um acidente na vida das sociedades” (SCHMITZ et al., 2011, p. 253).

O conflito ocorre muitas vezes, porque diferenças de opiniões e concepções sobre temas e iniciativas entre grupos e pessoas não são tratados devidamente. O conflito, no entanto, é um fenômeno muito mais abrangente e se evidencia nas esferas micro e macro. Surge entre indivíduos (por exemplo, no casamento), entre organizações (por exemplo, sindicato e empresa) ou entre países (SCHMITZ et al., 2011, p. 253).

Diferentes interesses desencadearam os conflitos tanto entre os moradores que utilizam os recursos naturais da área, como por pessoas que vem de outros lugares (Quadro 2).

Quadro 3 - Conflitos pelo uso e posse dos recursos e da terra no Campo da Mangaba.

Conflitos	Causas	Atores envolvidos	Consequências
Ameaças de expropriação (década de 1980)	Derrubada da vegetação nativa com tratores e plantio de coco (<i>Cocos nucifera</i> L.) pela empresa GELAR (Belém) em uma parte do campo.	Empresa GELAR e moradores das comunidades	Falência da empresa, não adaptação da espécie às condições edafoclimáticas como clima, relevo, temperatura, solo, entre outros.
Ameaças de expropriação (anos 2000)	Instalação de fazendeiro do Rio Grande do Sul, que disse ser proprietário de 500 ha do Campo, delimitou partes da área para impedir o acesso dos moradores ao Campo da Mangaba.	Fazendeiros e moradores das comunidades	Moradores de Espírito Santo resistiram e foram a delegacia na sede do município esclarecer a situação. O fazendeiro não comprovou a posse da terra e os moradores conseguiram a liberação da área para a construção de uma casa.

Ocupação desordenada	Novos núcleos de moradia com posse da terra, loteamento, vendas, cercas que impediam as pessoas de acessarem o campo.	Pessoas procedentes de Belém-PA e de municípios próximos com moradores das comunidades do Campo da Mangaba	Revolta na população das comunidades, por terem dificuldade de acesso, ou serem proibidos de entrar em algumas partes do campo
Agressões ambientais	Queimadas, com ocorrências anuais; coleta e manejo inadequados; extração de areia e seixo; desmatamento e destruição de nascentes.	Moradores das comunidades, pessoas próximas e de outros municípios	Diminuição progressiva dos recursos naturais provenientes da área do Campo da Mangaba

Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015. Elaborado pela autora.

Esses conflitos na concepção de Glasl (1997, citado por SCHMITZ et al., 2011, p. 257) são descritos como “uma interação entre atores na qual pelo menos um deles vivencia às incompatibilidades no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com um outro, assim que na ação ocorre um impedimento através do outro”.

Conflitos por acesso e uso dos recursos naturais provenientes de remanescentes de mangabeiras foram descritos por Schmitz et al. (2011) que confirmaram a existência dessas disputas em vários Estados brasileiros, inclusive no Estado Pará e no Município de Maracanã.

Considerando esse contexto, segue a descrição dos conflitos ocorridos no Campo da Mangaba.

a. Ameaças de expropriação (década de 1980)

Esse conflito ocorreu quando houve a derrubada da vegetação nativa de uma parte do Campo da Mangaba, principalmente árvores de mangabeiras, bacurizeiros e murucizeiros.

Essa derrubada com tratores e correntes foi promovida por uma empresa de Belém chamada GELAR, que segundo informações na época do conflito havia arrendado o campo do governo do Estado do Pará. Essa empresa utilizou os trabalhos de uma parte da população, com o objetivo de realizar o plantio de coco no campo (*cocos nucifera* L.).

Há registros de que “[...] a partir de 1980, uma empresa de Belém promoveu a derrubada de todas as árvores com tratores e correntes para plantio de coqueiro [...]” (SCHMITZ et al., 2011, p. 264). Fato que trouxe como consequência a diminuição dos produtos por um tempo, conforme relatos dos entrevistados.

“Em 80 o campo foi destruído por uma empresa, pra plantar coco, arrancaram as árvores com trator, ficamos um tempo sem juntar a mangaba, com a derruba, o número de plantas diminuiu, passou um bom tempo até a planta grelar e voltar à vegetação na área que foi devastada, pra gente voltar a ter as mangabeiras dando frutos de novo” (M.C., 50 anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

“Já houve em 80, eu não estava aqui, veio uma pessoa de fora e criou conflito com a comunidade de Espírito Santo, foi uma época em que a Gelar veio e queria arrendar uma parte do campo para plantar coco, o que não deu certo. Hoje tem a questão do fogo” (T. S., 61 anos, Comunidade de São Tomé).

“[...] o pessoal da Gelar derrubaram tudo com trator grande, tiraram as mangabeiras e tudo que tinha no campo e depois plantaram coqueiros, mas morreram, não foi para frente esse plantio. Depois de dois ou três anos as mangabas voltaram de novo a crescer” (O. C., 75 anos, Comunidade de Aricuru).

A partir desses acontecimentos houve o descontentamento e revolta com a situação por parte dos moradores que não trabalhavam para a empresa. Essa revolta chegou ao conflito direto quando parte dos moradores queimaram e arrancaram as mudas de coco.

Outros moradores atuaram através do conflito indireto, colocando faixas com mensagens ameaçadoras.

[...] Para tanto mandou seus trabalhadores munidos de máquinas agrícolas para derrubar e queimar a vegetação nativa. Naquele momento, os moradores se organizaram e criaram formas diversas de resistência, algumas pacíficas, outras nem tanto. Enquanto uns colocavam faixas de ameaça no Campo da Mangaba entre o caminho dos trabalhadores da empresa com frases do tipo: — quem passar morre. Os empregados da GELAR não se intimidavam, talvez por sentirem-se mais fortes, e passavam com tratores por cima das faixas. Derrubavam a vegetação utilizando correntões. Além das faixas, alguns moradores declararam ter arrancado as mudas de coco plantadas pela empresa, e a empresa respondia a essa resistência com violência [...] (FERNANDES, 2011, p. 49).

Segundo relatos houve momentos de muita tensão e a divisão entre os moradores que eram contra o plantio realizado pela empresa e os que eram favoráveis.

Apesar de decorridos vários anos após esse conflito, o episódio foi lembrado por vários entrevistados, explicando que naquela época²⁴ uma parte do campo foi destruída, mas que as mangabeiras depois de um tempo brotaram. Citaram que foram momentos de coação e receio por temerem ser expropriados.

O conflito acabou com a falência da empresa e a não adaptação do plantio de coco às características daquele ecossistema.

²⁴1985 a 1987, período em que a GELAR atuou no Campo da Mangaba e destruiu uma parte da vegetação nativa (FERNANDES, 2011).

b. Ameaças de expropriação (anos 2000)

Esse conflito envolveu de um lado os moradores das comunidades, principalmente de Espírito Santo e de outro um fazendeiro do Rio Grande do Sul.

Começou quando esse fazendeiro se instalou na área, como proprietário de 500 ha do Campo da Mangaba. Nos eventos seguintes o fazendeiro delimitou partes do campo e proibiu os moradores de atravessarem suas terras.

Assim, o acesso às partes do campo que concentravam mais mangabeiras, ou para chegarem ao manguezal ficou limitado pela proibição do fazendeiro.

Essas proibições causaram revoltas nos moradores e muitas vezes os mesmos desconsideraram as proibições e passaram pela fazenda.

Em 2008 a tensão se acirrou quando esse fazendeiro tentou impedir que um dos moradores construísse uma casa, afirmando que o terreno estava em sua propriedade.

Mas os moradores não se intimidaram e procuraram seus direitos, de acordo com informações de uma entrevistada: “[...] então pedimos ajuda das irmãs da CPT. Eu era a representante da comunidade. Por causa disso fomos chamados na delegacia, mas ganhamos pelo usucapião” (B. D., 48 anos, Comunidade Espírito Santo).

O fazendeiro não comprovou ser dono da terra e o morador construiu a casa.

c. Ocupação desordenada

Esse conflito surgiu a partir da entrada no campo de pessoas vindas de outras cidades próximas à Maracanã ou até mesmo de Belém.

Essas pessoas chegam às comunidades do Campo da Mangaba se apossam de lotes de terras, delimitam a área para construir casas ou para venderem a terceiros. “Tem gente que chega novato e querem ter mais direito de quem mora, pegam terra, não tem quem tome conta. Pode fazer uma casa e terreno pequeno. Os de fora reclamam que têm direito” (A. N., 57 anos, agricultor e comerciante, Comunidade de Nova Brasília).

Essa situação foi explicitada em praticamente todas as dez comunidades visitadas, com exceção dos casos que disseram desconhecer a problemática.

“Até hoje não percebi conflitos, mas houve momentos em que vieram pessoas de fora e queriam ficar com parte do campo, sendo que compraram mais ou menos quatro lotes no mato e queriam ficar também com área da mangaba. Há mais ou menos quatro anos (2010), com proposta de proteger com cercamentos e que deixariam os extrativistas colherem a mangaba. A proposta foi embargada (não sabe por quem), a madeira veio, mas não foi feito cerca. Dizem que tem minério em

uma parte do campo, existe também a questão do fogo, em minha opinião são as pessoas que colocam, sou contra colocarem fogo” (J. L., 64 anos, Comunidade de Campo Alegre).

“Já percebi discussões porque as pessoas que moram querem mandar, o certo é deveria ser de uso comum, mas já ocorreu de ameaçarem atirar e colocar cachorro, já aconteceu com pessoas aqui da comunidade. Na maioria, essas pessoas que ameaçam são de fora, usuários externos, se apossaram do campo, venderam alguns lotes para outros de fora” (M.M., 40 anos, Comunidade de Beira Mar).

“Sei que houve uma pessoa que veio de fora e queria se apossar, mas não foi pra gente e tem também a questão do fogo. O Campo é muito grande e não tem como vigiar para impedir essas coisas, tiram muita areia e seixo, até pra levar pra outros lugares [...] o campo é muito cobiçado e nós que moramos aqui precisamos dele, para tirar nossa renda, acho que deve ser preservado nosso modo de sobreviver” (C. M., 46 anos, Comunidade de São Tomé).

“Ali o Campo da Mangaba tem comunidades que foram criadas lá dentro, as pessoas que vem de fora querem ser donos e às vezes ocorrem desentendimentos por terra e conflitos. O que eu sei é que foi sugerida essa Reserva por causa das pessoas que vinham de fora e queriam pegar partes do campo e os nativos não gostaram daí surgiu essa ideia para evitar essa situação. Essas invasões por pessoas de fora é que causaram conflitos com os nativos por cercamentos e loteamentos no campo” (J. C., 42 anos, Comunidade de Aricuru).

Essa atuação ocorre na maior parte dos casos por pessoas de fora das comunidades, mas foi relatado que alguns moradores do campo também demarcam terrenos para venderem.

De acordo com Barbosa (2011, p. 71) um dos conflitos recorrentes refere-se aos “[...] loteamentos ilegais. Aliás, é importante salientar que os próprios moradores que sobrevivem do campo podem envolver-se na venda desses lotes”.

Alguns terrenos são cercados para marcar território e com isso dificultam a circulação das pessoas, “[...] certas pessoas que moram no campo querem cercar, deveria ser de uso comum. Mas já ameaçaram atirar e botar cachorros, mas na maioria as ameaças partem das pessoas de fora, que querem se apossar e vender para outros” (M. M., 40 anos, Comunidade Beira Mar).

Nesse caso, além das cercas, os moradores relataram a existência de placas advertindo sobre a proibição que geralmente é transposta pelos moradores, pois precisam passar pelos terrenos para coletarem mangaba.

d. Agressões ambientais

Esse tipo de conflito ocorre em torno dos recursos naturais do Campo da Mangaba, principalmente a mangaba, o bacuri, a areia e o seixo.

De um lado estão os moradores das comunidades que praticam o extrativismo voltado para o sustento de suas famílias, alguns comercializam em pequena escala a mangaba e o bacuri. Esses comportamentos evidenciam a existência de conflitos movidos pelo uso dos recursos naturais, considerando a perspectiva analisada por Little (2001).

Segundo entrevistados, os moradores das comunidades quando retiram areia e seixo o fazem apenas para satisfazer suas necessidades, na construção de suas casas e não para fins comerciais.

Por outro lado, existem pessoas geralmente não residentes nas comunidades, usuários externos vindos de outros lugares ou municípios próximos em busca desses recursos, mas com o objetivo de comercializar em Maracanã e outros municípios como Castanhal, Salinas e Belém.

Essas duas formas de utilização dos recursos naturais demonstram a existência de interesses opostos. Em decorrência desses diferentes interesses os moradores locais sentem-se prejudicados pela exploração do campo, pois segundo eles coloca em risco a sobrevivência do ecossistema.

A coleta e o manejo inadequados ocorrem tanto de uma parte dos moradores como por usuários externos, que na ânsia de coletar uma quantidade que satisfaça suas necessidades, coletam sem os devidos cuidados com as plantas, retiram frutos ainda verdes e quebram os galhos. Que no primeiro caso é voltado à subsistência e venda de pequenas quantidades e no segundo caso, a comercialização.

“O conflito é gerado pelo mau uso dos recursos do campo, como o bacuri e a mangaba. Existem pessoas que não sabem fazer bom uso das frutas, estragam” (E. M., professor e agricultor, 23 anos, Comunidade de Campo Alegre).

“Acho que as frutas como a mangaba e o bacuri devem cair pra ter qualidade, eles arriam a mangaba e o bacuri, então eles perdem. Não tem o gosto natural, com isso tem o prejuízo” (R. S., 66 anos, agricultor e pescador, Comunidade de Martins Pinheiro).

O mesmo ocorre com a areia e o seixo, com a retirada descontrolada há o desequilíbrio do ambiente, causando problemas.

Nesse tipo de conflito insere-se a questão das queimadas, que ocorrem anualmente durante a estiagem e justamente no período da safra de mangaba.

Não foi possível obter esclarecimentos sobre a origem dessas queimadas, se são provocadas por alguém ou se ocorrem acidentalmente (Figura 15). “O conflito é com a questão do fogo, mas ninguém sabe se alguém provoca. A desigualdade é a queimada e isso

prejudica as pessoas que colhem” (R. S., agricultor e pescador, 66 anos, Comunidade de Martins Pinheiro).

“Eu tenho um carinho com elas principalmente de não apanhar verde ou lascar o galho dela, agora a gente fica bem preocupada mesmo, assim de repente surge essa queimada, que imagina o sofrimento delas [...] porque fazem isso com as mangabeiras? Uma das coisas que a gente aprende com elas, é a resistência” (S. F., 42 anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

“Sei que existe um conflito em relação à questão do fogo no Campo da Mangaba. Mas não sei se é acidente da natureza por causa da seca ou se alguém coloca o fogo por que quer, ninguém sabe ao certo. Também tem gente que acha que o fogo não faz mal as mangabeiras, porque depois elas voltam e dão seus frutos” (D. B., 36 anos, Comunidade de São Sebastião do Itaquê).

Mas alguns entrevistados, uma minoria, afirmaram que o fogo estimula a produção das mangabas e fazem bem para o campo.

Figura 15– Campo da Mangaba após queimadas.



Fonte: Luiz Carlos Bastos. Pesquisa de campo 2015.

Os conflitos descritos anteriormente envolveram atores com posicionamentos diferentes em relação a comportamentos, costumes e usos de recursos naturais, onde há cada vez mais problemas relacionados à diminuição desses recursos e do acesso a terra.

Os conflitos de interesses e a utilização inadequada dos recursos naturais, foram enfatizados nas entrevistas e deixaram claro que está ocorrendo até hoje a exploração predatória e insustentável no Campo da Mangaba que, poderá comprometer a sua existência e alterar a vida dos moradores e usuários.

Durante as inserções em campo foi possível constatar que nas dez comunidades que estão dentro da área proposta para ser a RDS Campo das Mangabas, a maioria dos

entrevistados cita os desentendimentos e conflitos pelos recursos naturais e pela posse da terra entre usuários internos e externos do Campo da Mangaba como um dos principais motivos que levaram à mobilização pela criação da RDS nessa área.

O conflito não é apenas desagregador, mas pode trazer consequências positivas como resultado, o encontro social, sendo este uma de suas dimensões. Além da possibilidade de estimular elos de relações sociais resultantes de agregações ou desagregações e podem enfrentar-se por não identificarem-se como similares em certos momentos.

Esses conflitos ocorridos nas comunidades do Campo da Mangaba, além de causarem impactos ambientais, alteraram a sobrevivência das pessoas, pois as mesmas têm uma relação de pertencimento ao lugar, o que possibilita associações ou uniões, advindas do princípio agregador do conflito de acordo com a concepção Simmel (1983).

Segundo esse autor, o conflito estimula a organização dos indivíduos que partilham algo em comum. Na eminência de ameaças, nesse caso específico, as ocorridas no Campo da Mangaba, unem-se (pelo menos uma parte) para defender interesses comuns das comunidades: o uso dos recursos naturais da área.

5.3 AÇÕES COLETIVAS PELA CONSERVAÇÃO DO CAMPO DA MANGABA

As informações coletadas confirmaram que a atividade extrativista realizada no Campo da Mangaba é relevante e reconhecida pelos próprios usuários como um importante meio de agregar renda e manter suas formas de existência.

“Antes eu me lembro, minha avó só colhia pra comer, ia buscar pro consumo de casa, fazia vinho pra comer com farinha, que é gostoso. Hoje tem mais consumo, apanham muito, mandam pra outras cidades, hoje tira mais pra vender” (I.C., 48 anos, Comunidade de Aricuru).

No entanto, essa atividade vem sofrendo ameaças de destruição, intensificadas por fatores como a ocupação desordenada, derrubada da vegetação nativa para plantio de espécies exóticas, queima constante na área na época de estiagem, etc. (SEMA-PA, 2013).

Essas agressões confirmadas pelos informantes das comunidades foram o mote para despontar ações conjuntas de tentar conservar as mangabeiras. É importante ressaltar que os moradores, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores da Comunidade de Aricuru (APEAGA) buscam soluções no sentido de conter as agressões ao Campo da Mangaba.

Esse tipo de organização enquadra-se na mobilização no sentido utilizado por Melucci (1996), onde os atores coletivos, nesse caso moradores das comunidades de dentro e do entorno do Campo da Mangaba, reúnem-se e organizam recursos para tentar coibir as agressões aos recursos naturais presentes nesse ecossistema.

Essas iniciativas ocorrem através do manejo e cuidados com a vegetação da área para manterem o “campo vivo”, sendo este um objetivo comum, percebido em todos os depoimentos colhidos, mesmo pelos atores que disseram não estarem envolvidos diretamente no processo.

Os esforços empreendidos nas comunidades pesquisadas, principalmente em Aricuru, de onde surgiu a ideia inicial do manejo, da preparação de mudas e do plantio no campo, segundo informações não foi totalmente acolhida por “todos” os que utilizam o recurso natural, nas comunidades.

Esse não envolvimento e participação nas ações coletivas é analisado aqui na perspectiva de Tilly (1981) que compreende ação coletiva como momentos em que há mobilização de recursos por grupos, com seus esforços, para atingirem objetivos comuns.

Esse tipo de comportamento possui características presentes na teoria da escolha racional, de Olson (1998), pressupondo que as pessoas decidem racionalmente se deverão contribuir ou não, para conseguirem um benefício coletivo (a conservação do Campo da Mangaba).

Se a opção for contribuir, considerar-se-á o volume da contribuição, com um cálculo de análise do custo de fornecer o benefício coletivo; o benefício oriundo do fornecimento do benefício coletivo e a quantidade do benefício coletivo já fornecido.

Assim, na realidade estudada constatou-se que uma parte dos usuários dos recursos existentes na área não participa das ações coletivas em prol da conservação do campo e contra as agressões. Entre os entrevistados que afirmaram não estarem sabendo, ou não terem participado dessas ações, surgiram vários motivos para o não envolvimento. Vejamos alguns depoimentos:

“Não participo muito de reunião aqui da comunidade, para fazer muda de mangaba, plantar ou pela reserva. Acho que o que Deus deixou pra nós, não precisa das mãos dos homens pra ser mantido, o que precisa é só respeitar, a gente mesmo deveria respeitar, por que a gente precisa” (L. C., 62 anos, Comunidade de Aricuru).

“Já ouvi falar do mutirão da mangaba, mas não sei direito como é, sei que o pessoal de Aricuru já deixaram mudas em algumas comunidades, pra ser plantada no campo, aqui não sei se vieram, às vezes não sei quando vem, estou na maré” (D. B., 36 anos, Comunidade de São Sebastião do Itaquerê).

Esse comportamento confirmado também na literatura demonstra que um bem ou

benefício coletivo ao ser acessado por um grupo, não pode ser negado a nenhum de seus membros, mesmo que esse indivíduo não tenha se mobilizado na causa em prol da obtenção de tais benefícios (OLSON, 1998).

5.3.1 Extrativismo da mangaba em Maracanã-Pará

O extrativismo de recursos naturais vem de um percurso longo na história do Brasil. No município de Maracanã, *locus* dessa pesquisa, o extrativismo da mangaba ocorre no ecossistema denominado Campo da Mangaba, por ter predominância dessa espécie no local.

A coleta dessa espécie esta baseada nos saberes tradicionais, uma modalidade de conhecimento que envolve práticas construídas ao longo dos anos através de atividades cotidianas. Dessa atividade emergem formas de organização e ações coletivas para conservar o ecossistema Campo da Mangaba, que abriga remanescentes de mangabeiras e outras espécies vegetais como o bacuri e o muruci.

A safra ocorre entre os meses de setembro (final) e fevereiro, mas os entrevistados ressaltaram que existem pequenas variações.

Apesar do extrativismo da mangaba ocorrer apenas em um período do ano e não ser a atividade principal, pois os participantes dessa pesquisa identificaram-se como trabalhadores de roça ou pescadores e que durante a safra deslocam-se para o campo em busca das frutas com o objetivo de consumir em família ou vender para complementar a renda, como relata uma moradora:

“Me vejo como agricultora [...] aqui todos os moradores trabalham com marisco ou roçado e na colheita da mangaba vai quem tem precisão que quer colher para fazer suco, creme ou pra vender também. A mangaba ajuda as famílias, quem vende em Maracanã, já vem com o meio de sobrevivência de lá, pois dá dinheiro” (M. C., 50 anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

Mesmo considerando o período de safra (em torno de cinco meses) e as outras atividades desempenhadas, foi possível perceber a importância dessa atividade, tanto para a subsistência como para complementar a renda de uma parte das famílias residentes da área.

Outro aspecto importante do extrativismo da mangaba é a estreita relação com a transmissão de conhecimentos, que são repassados de geração a geração nessa atividade, ao considerar que todos os entrevistados mencionaram que aprenderam a “apanhar mangaba” na infância, com seus avós ou seus pais, os acompanhando na realização desse trabalho. “Aprendi a apanhar mangaba com minha avó, os paneirinhos eram do tamanho que cada um

conseguia carregar, a gente ia pelo menos três vezes na semana no campo, pela parte da manhã, por causa do sol” (M. C., 50 anos, Comunidade de Aricuru).

Enfatizaram que sempre fizeram e fazem esse trabalho em grupo com familiares ou vizinhos. Na maioria das vezes, essa atividade é praticada por mulheres e crianças, mas, em algumas famílias, os homens também participam.

“No tempo de apanhar mangaba”, como se referem ao período de safra do fruto, há uma organização diferente do trabalho: acordam mais cedo que o habitual, preparam alimentos que demandem menos tempo de preparo, tendo em vista que uma parte da manhã é reservada para ir ao campo coletar os frutos.

Frequentam o campo de uma a três vezes por semana apanhar mangaba, junto com outras pessoas que podem ser o esposo, filhos, parentes e vizinhos.

As atividades do extrativismo da mangaba são executadas prioritariamente por unidades de trabalho familiares, na perspectiva abordada por Chayanov (1981), ao analisar os aspectos da organização na produtividade dos camponeses, onde o processo de produção é praticado pelo grupo familiar, que são os responsáveis pela realização do trabalho.

A atividade produtiva está voltada principalmente para a subsistência da família, vendendo-se apenas o excedente da produção. O autor ressalta que:

[...] o produto do trabalho indivisível de uma família, e por conseguinte a prosperidade da exploração familiar, não aumentam de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor auto exploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua, com menor dispêndio de trabalho, e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica (CHAYANOV, 1981, p. 141).

Segundo relatos dos entrevistados nas comunidades, a escolha da área para coletar a fruta das árvores, é realizada a partir da observação de onde há mais concentração e é mais próximo. O campo é muito grande, com uma extensão de 7.408,00 ha, onde estão localizadas as comunidades (SEMA-PA, 2013).

No Campo da Mangaba, na atividade laborativa propriamente dita, são colocados em prática conhecimentos tradicionais provenientes de gerações anteriores, os informantes contaram que aprenderam juntar as frutas que estão no pé (tarefa realizada quase sempre por crianças) e reconhecer a fruta, esta no ponto de apanhar, com seus familiares quando ainda eram pequenas. Alguns extrativistas ainda utilizam paneiros para carregar as mangabas do

campo para suas casas, quem sabe fazer esse utensílio relata que aprendeu a tecer com os pais ou avós.

Esses paneiros são feitos a partir da tala do guarumã (*Ischnosiphon arouma* Koern), retirados em áreas de manguezal, “próximo à comunidade, o que facilita o trabalho”. As mulheres demoram em média de duas a três horas por semana na extração do guarumã (FERNANDES, 2011, p. 108).

Atualmente, o uso do paneiro ou cesta já vem sendo substituído por alguns apanhadores pelos baldes plásticos, como afirmaram os entrevistados.

Nem sempre é possível apanhar as frutas com as mãos ou juntar as que estão no chão. Quando isso ocorre, os extrativistas utilizam uma ferramenta chamada de gancho, que eles mesmos fazem.

Preparam o gancho usando uma vara comprida com cerca de seis a oito metros de comprimento, tirada no mato com terçado, na ponta amarram uma espécie de gancho, “aprendi a fazer o instrumento com minha avó que fazia, usava e depois deixava escondido no mato para usar de novo” (I.C., 48 anos, Comunidade de Aricuru).

Esse mesmo tipo de instrumento é também usado em outras regiões do Brasil, bem como outras características constatadas nas pesquisas de Mota et al. (2011), que são peculiaridades do universo extrativista da mangaba nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Quanto à preferência pelo fruto, em todos os depoimentos verificou-se que as frutas mais apreciadas pelos moradores da comunidade são as mangabas caídas no chão, como ilustram os fragmentos da entrevista a seguir:

“Prefiro a mangaba que caiu e está pronta pra comer, mangaba mole, são mais doces e a gente come lá mesmo, traz pra fazer suco ou comer com farinha. A gente consome às do pé [...] em casa, não pra vender porque pode estragar” (I.C., 48 anos, Comunidade de Aricuru).

Quando a ida ao campo tem o objetivo de venda, preferem as frutas apanhadas, que estejam maduras, pois as mangabas moles do chão devem ser consumidas no mesmo dia, não servem para levar para venda em Maracanã ou outros municípios pelo risco de estragarem.

5.3.2 O trabalho continua em casa

Ao retornarem às suas casas no final da manhã com seus paneiros ou baldes cheios de mangaba, continuam o trabalho. Essa segunda fase é desempenhada, em sua maioria por mulheres, é o momento de limpeza e embalagem das frutas (Figura 16). Lavam cada fruta,

retirando o pêndulo que solta uma espécie de leite, em seguida colocam para secar, depois embalam em paneirinhos de guarumã (*Ischnosiphon arouma* Koern) ou sacolas plásticas, em alguns casos.

“Nem todos aqui sabem fazer os paneirinhos, tem gente que compra, porque não aprendeu no passado. Eu aprendi com minha avó esse conhecimento e eu ensino pras minhas filhas e quatro netos me sinto orgulhosa por elas (filhas) que já estudaram e por saberem de tudo: saber capinar, fazer farinha, fazer carvão, tudo que é da agricultura, nós devemos saber de tudo. Eu preparo esses paneirinhos para colocar mangaba apanhada. Para fazer, primeiro eu corto o guarumã, parto em quatro bandas pra tirar a tala fora do bagaço, depois coloco as talas no chão e faço com dois ou três olhos pra começar a tecer o paneirinho até chegar ao tamanho desejado. Para terminar, faço um forro com as folhas e empalho a mangaba, com três ou quatro dias esta mole e pronta pra comer. Desde que era criança via colocarem mangaba nos paneirinhos e hoje faço o mesmo” (L. C., 62 anos, Comunidade de Aricuru).

Figura 16 - Paneirinho de guarumã.



Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015.

Nas dez comunidades selecionadas para essa pesquisa chamam esse processo de colocar mangabas nos paneirinhos para amadurecem de “empalhar mangaba”, essa forma de beneficiamento e acondicionamento é diferente da praticada pelas catadoras de mangaba de Sergipe, lá são usados outros objetos, como consta na literatura:

[...] caixas de papelão, caixas de plástico, cestos de cipó, balaies forrados com plástico ou em outros recipientes, como baldes cobertos com papel, jornal ou folha de alguma planta [...], após estarem secos, os frutos são “encapotados” ou “empacotados” [...] (SILVA JÚNIOR et al., 2011, p. 219).

Quanto ao consumo ou comercialização do produto pelas famílias, percebeu-se que existem famílias que vão ao campo buscar fruta para alimentar a família, enquanto outros coletam para consumir e vender, “[...] na colheita da mangaba, vai quem tem precisão, que quer juntar pra fazer suco, creme ou pra vender” (S. F., 42anos, Comunidade de Aricuru).

Esse e outros depoimentos demonstraram que o interesse em juntar mangaba é diferenciado e que a comercialização não é realizada por todos que vão ao campo. Esse aspecto é bem explicitado no relato a seguir:

“Aprendi esse trabalho indo para o campo com oito pra dez anos. O trabalho mudou, o tio comprava de nós e vendia pra Salinas, Marudá, isso quando eu já tinha quinze pra vinte anos. Agora a família apanha mais para o consumo, não vendem, minha família pelo menos não, mas tem muitos que juntam mesmo pra vender” (S. F., 42anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

As pessoas que “apanham mangaba” para vender, geralmente levam o produto para Maracanã, “é mais fácil vender tudo, para alguém que trabalha na feira, apesar de sair mais barato, mas é preciso ficar muito tempo lá” (I.C., 48 anos, Comunidade de Aricuru).

Os modos de uso, segundo as informações são diversificados. “Pode ser comido com farinha, faz suco, creme nos copinhos, pra vender na festividade de São Benedito, aqui em casa só vendo quando é por encomenda” (I.C., 48 anos, Comunidade de Aricuru).

Ao longo dos anos, as formas de usar a mangaba passaram por transformações. “Minha mãe preparava o vinho com leite de coco, para tomar com farinha. Hoje, esse vinho é chamado de suco e alguns preparam com leite em pó ou condensado, meus filhos tomam com bolachas” (S. F., 42anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

“[...] antes faziam o suco, que era conhecido como vinho, amassado na peneira e adoçava, ou fazia com leite de coco ou babaçu, era costume tomar com farinha, ainda hoje usam desse jeito, antes a gente tinha curiosidade de aprender e hoje com a tecnologia e a diferença na alimentação é difícil conseguir fazer os filhos resgatarem essa cultura” (M. C., 50 anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

5.3.3 “A natureza cuida”, manejo da mangaba

Quanto ao trato das mangabeiras, em alguns relatos transpareceu a ideia de que havia pouco ou nenhum tipo de interferência humana em relação ao manejo, como ilustra o depoimento de uma moradora da comunidade de São Tomé: “A mangaba mesmo se mantém, é da natureza, ela toma conta”. Mas outros relatos demonstraram que há uma preocupação em cuidar das remanescentes de mangabeiras, até mesmo tentar proteger as plantas do fogo que,

segundo os moradores, ocorre quase todos os anos no campo, mas nenhum dos entrevistados soube informar se esse fogo é acidental ou se alguém propositalmente põe fogo no campo.

“Eu tenho um carinho com elas principalmente de não apanhar verde ou lascar o galho dela, agora a gente fica bem preocupada mesmo, assim de repente surge essa queimada, que imagina o sofrimento delas [...]. Porque fazem isso com as mangabeiras? Uma das coisas que a gente aprende com elas é a resistência” (S. F., 42 anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

Essa preocupação pelos usuários do Campo da Mangaba suscitou a organização de ações para fazer mutirão²⁵ de paneirinhos, para preparar mudas de mangaba para plantar no campo a partir de 2007.

Essas ações envolveram membros de comunidades, CPT e APEAGA, estão inseridas nas formas de ajuda mútua e reciprocidade na perspectiva analisada por Sabourin (2006) de práticas coletivas em comunidades rurais pautadas na lógica do dar, receber e retribuir que evidenciam a lógica da reciprocidade.

Segundo uma das lideranças, foram iniciativas coletivas positivas, visto que, “Plantamos todo ano entre 1.000 e 1.500 pés, incentivados pelas Irmãs e CPT”, além de ressaltar que as ações também promovem encontros, palestras e reuniões da associação com a coordenação da comunidade (Quadro 4).

Essas ações de cunho coletivo seguem um planejamento com os seguintes passos:

“Em novembro e dezembro, preparamos a mudas, passa uns três meses pra nascer. Em março plantamos, onde tem vaga no campo, onde já morreu. Em julho e agosto, trabalhamos em mutirão fazendo as coroas para proteger da queimada, esse ano ainda não fizemos” (M. C., 50 anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

Quadro 4 - Manejo da mangaba realizado por comunidades.

Março	Julho/Agosto	Novembro/dezembro
Mutirão de preparação das mudas	Plantação das mudas no Campo da Mangaba	Coroas para proteger das queimadas

Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015. Elaborado pela autora.

Relataram que nesse trabalho há o envolvimento das famílias locais, que se preocupam em manter o Campo da Mangaba. “Pensamos em nossos filhos e netos, nas outras gerações,

²⁵Sabourin (2006) explica o mutirão considerando-o como uma atividade rural que envolve grupos de pessoas que agem para ajudar o próprio grupo através da cooperação em ações fundamentadas em obrigações sociais.

que correm o risco de não ver no futuro, além de que existem famílias que sobrevivem os quatro meses de safra desse trabalho” (M. C., 50 anos, Comunidade de Aricuru).

Através das observações e relatos de moradores das comunidades que entre outras atividades praticam também o extrativismo da mangaba, foi possível identificar que as expressões dos saberes e os conhecimentos tradicionais relacionados ao extrativismo da mangaba são bastantes presentes e geram uma preocupação com a manutenção desse recurso natural para as futuras gerações.

A inserção em campo e o contato com os atores envolvidos no extrativismo proporcionou uma noção inicial das dinâmicas que envolvem a comunidade, no sentido de utilização e conservação dos recursos naturais da área, da predominância dos conhecimentos tradicionais que vem sendo repassados de geração a geração em relação ao extrativismo da mangaba e de outras espécies animais e vegetais, como a pesca e o saber de como fazer a farinha de mandioca, por exemplo.

Constatou-se também que os participantes das entrevistas têm noção da importância do conhecimento que lhes foi repassado por seus antepassados, preocupam-se em construir estratégias para assegurar que as novas gerações possam ter acesso a esse conhecimento tradicional, através da transmissão oral desses saberes, que são parte integrante de uma maneira peculiar de viver, sentir, fazer e construir seu modo de vida, que está de certa forma relacionado diretamente aos recursos naturais.

Nessa perspectiva, a comunidade percebe que há ameaças aos modos de vivenciarem sua cultura e costumes, o que ficou bem explícito nos depoimentos, marcados pela percepção de que precisam estar organizados coletivamente através da comunidade, associações e grupos familiares para assegurar às gerações futuras a oportunidade de continuar a viver no local de origem de seus pais.

A experiência de manejo coletivo das mangabeiras através da gestão coletiva de bens comuns, entendida aqui com o “resultado de um processo de interação de indivíduos ou grupos para uso desses mesmos bens” (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2011, p. 184) vivenciados através de mutirões de preparação de mudas, plantio no Campo da Mangaba e da mobilização que está ocorrendo com o objetivo de propor a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

A inserção na realidade objeto dessa pesquisa, bem como os relatos coletados durante entrevistas e conversas informais confirmaram que usuários de recursos naturais de uso comum têm a possibilidade de organizarem-se em prol de ações coletivas, que implicitamente carregam interesses diferentes e individuais, para tentar buscar soluções aos problemas da

“tragédia dos comuns” (HARDIN, 2002), que afetam a coletividade, ou seja, as pessoas que praticam o extrativismo da mangaba.

Porém, as iniciativas pontuais como o manejo coletivo de mangabeiras, não estão sendo suficientes para conter as ameaças que rondam a conservação dos recursos naturais presentes no Campo da Mangaba.

Na visão de Hardin (2002), nesses casos a solução apontada seria privatizar ou estatizar os recursos naturais, pois ao continuarem sendo utilizados em áreas de livre acesso, esses recursos tenderiam a diminuir cada vez mais.

Seria necessária uma intervenção estatal para conter o uso intensivo de recursos de uso comum que, segundo esse autor, seriam bens comuns de livre acesso, que não tem definidos os direitos de propriedade.

De acordo com dados da pesquisa de campo, a possibilidade da criação de uma RDS na área do Campo da Mangaba é vista como uma garantia de futuro melhor, não só dos recursos naturais através do plano de manejo que estabelece zoneamento, normas e regras que deverão orientar o uso e manejo sustentável dos recursos naturais da área.

Como também assegurar práticas que fazem parte da cultura e perpetuam conhecimentos tradicionais e a prática extrativista desses povos.

Os depoimentos enfatizaram que a luta pela criação da reserva é para que possam continuar suas práticas tradicionais: “Para não acabar, ou outra pessoa comprar, estamos pensando no futuro, nas outras gerações que correm risco de não verem mais o Campo da Mangaba e não poderem mais juntar mangaba mole e apanhar para o paneiro” (M. C, 50 anos, Comunidade de Aricuru).

5.4 MOBILIZAÇÕES PARA CRIAR A RDS

5.4.1 A percepção dos atores envolvidos

Para os propósitos desse trabalho fez-se necessário focar nos grupos de atores sociais residentes nas comunidades que de alguma forma participaram de mobilizações, influenciaram e influenciam e ainda aqueles que desconhecem, discordam e não participaram das ações em prol do processo criação dessa Unidade de Conservação.

Quanto às ações coletivas empreendidas pelas comunidades pertencentes ao Campo da Mangaba, foi possível identificar, através de observações *in loco* e dos depoimentos, uma

tessitura e participação incipiente, uma vez que as ações propiciadas pela criação da RDS, não abrangeram de forma eficaz as dez comunidades.

Apesar dos visíveis esforços de um grupo²⁶ que tentou informar os moradores, através de encontros e reuniões, verificamos que ainda existe desinformação sobre o tema, pois entre os 36 moradores entrevistados (amostra) das comunidades do Campo da Mangaba, 13 afirmaram não ter conhecimento sobre a proposta de criação de uma reserva na área, como confirmam os relatos a seguir:

“Eu não participo quase de reunião, não sei lhe falar sobre essa reserva” (L. C., 62 anos, Comunidade Aricuru).

“Eu não tenho conhecimento sobre como começou esse movimento” (J. L., 64anos, Comunidade de Campo Alegre).

“Aqui eu não sei como começou, nunca ouvir falar do começo desse luta” (A. P., 54 anos, Comunidade de Passagem).

“Nesses tempos não tenho parado muito aqui, por isso não sei como começou” (J. P., 63 anos, Comunidade de Passagem).

“Não tenho conhecimento sobre esse movimento aqui na comunidade e nem sei se existem nas outras” (I. N., 84 anos, Comunidade de Vista alegre).

“Eu não sei lhe responder isso por que nunca ouvi falar dessas coisas aqui na comunidade” (M. C., 49 anos, Comunidade de Vista Alegre).

“Na verdade essa questão eu não sei bem informar, não sei direito, aqui às vezes não sei quando vem, estou na maré” (D. B., 36 anos, Comunidade de São Sebastião do Itaquerê).

“Não vieram conversar aqui com a gente desse assunto” (J. A., 40 anos, Comunidade de São Sebastião do Itaquerê).

“Já ouvi falar sim, mas sobre a Resex Marinha, mas sobre a RDS, nunca ouvi falar” (D. S., 86 anos, Comunidade de São Sebastião do Itaquerê).

“Não conheço nada sobre esse assunto” (D. B., 22 anos, Comunidade de São Sebastião do Itaquerê).

“Não sei responder essa questão, por não conhecer o que já fizeram aqui sobre isso” (W. N., 35 anos, Comunidade de São Sebastião do Itaquerê).

“Ouvi falar, mas não participei e não sei como começou” (E. M., 51 anos, Comunidade de São Tomé).

Em certas comunidades, as pessoas desconhecem parcial ou totalmente a proposta, por não participarem dos encontros e reuniões, ou por que nunca os procuraram para explicar do que se tratava.

²⁶Representantes da APEAGA, CPT, SEMA-PA, atuantes na área.

Outra situação que emergiu durante o levantamento de campo foi que, em alguns casos, as pessoas participaram de encontros e reuniões, mas mesmo assim não conseguiram abstrair as explicações que lhe eram repassadas durante os eventos que ocorreram.

“Desde 2007 existe essa discussão, mas não está totalmente claro, apesar de algumas reuniões” (B. D., 48 anos, Comunidade de Espírito Santo).

“Sei alguma coisa, mas ainda não está bem esclarecido” (C. S., 50 anos, Comunidade de Espírito Santo).

“Eu não entendo bem isso, acho que vai ser bom” (S. S., 87 anos, Comunidade de Espírito Santo).

Nesse sentido, sobressaem-se como plano de fundo, três questões cruciais para a compreensão desse fenômeno:

(1) A participação dos moradores durante os eventos de discussão e os esclarecimentos sobre a proposta, o que se deve a vários fatores explicitados posteriormente.

(2) Nunca terem sido procurados, segundo eles pelas organizações responsáveis, tanto as que atuam diretamente na área, quanto as que estão diretamente ligadas ao governo do Estado e responsável pelos tramites legais do processo de criação da RDS, cita-se a SEMA-PA.

(3) Dificuldade dos próprios interlocutores locais em compreender as informações repassadas durante os momentos de interação, principalmente quando esses momentos ocorriam entre os moradores locais e representantes da SEMA-PA.

Importante ressaltar que, paralelamente às questões elencadas anteriormente, existem experiências importantes que demonstram empiricamente a existência de ações coletivas com a participação dos atores locais.

Constatou-se entre os entrevistados que a maioria tem informação sobre os fatos que dizem respeito ao processo de criação da RDS e das ações que vem ocorrendo sobre essa temática, através dos encontros, reuniões e consulta pública ou de informações repassadas em conversas informais. Vejamos alguns trechos que confirmam essa assertiva:

“Particpei a partir de 2011, quando houve uma conferência da SEMA em Maracanã com a participação das dez comunidades, autoridades, CPT. Antes disso, em 2007, já faziam encontros menores com a CPT” (E. S., 49 anos, Comunidade de Martins Pinheiro).

“Começou em Aricuru com umas irmãs da CPT que vieram aqui e até hoje lutam para criar essa reserva” (M. T., 67 anos, Comunidade de Martins Pinheiro).

“Essa discussão eu acho que foi para evitar as queimadas, proteger. Começou em

Aricuru, mas não tiveram muito apoio. Trouxeram mudas para as comunidades plantarem, na reserva de Maracanã tinham reuniões” (M. M., 40 anos, Comunidade Beira Mar).

“Começou pela CPT através das irmãs de Aricuru que fizeram reuniões, depois a SEMA, vieram representantes” (E. T. M., 23 anos, Comunidade Campo Alegre).

“A partir dos conflitos com a Gelar em 80 e tem a questão do fogo e foi assim que surgiu a ideia da Reserva Estadual [...] então tem que ter um órgão que tome a frente e nos ajude a preservar, pois o Campo da Mangaba faz parte da nossa vida, então a gente tem mais é que zelar. Ai foi que houve a discussão, na audiência pública também onde compareceram as comunidades aqui de São Tomé, Aricuru, Resex, entidades, vereadores e a maior força era o povo das comunidades e aonde foi feita a pergunta se a gente era de acordo em criar uma reserva Estadual, eu fui de acordo, porque eu sei que vai trazer uma vida sustentável pras pessoas daqui” (T. O. S., 61 anos, Comunidade São Tomé).

Esses posicionamentos em relação ao conhecimento e desconhecimento sobre o assunto em questão apontam para dois eixos de ação: a participação e não participação das comunidades envolvidas e que fazem parte da área que possivelmente será RDS Campo das Mangabas.

Entre os moradores das comunidades que fazem parte do Campo da Mangaba e estão dentro da área que foi delimitada para ser a RDS, existem opiniões diferenciadas, uns são contra, outros a favor e existem os que não têm opinião formada sobre o assunto.

Em relação aos que participam das mobilizações, atualmente percebe-se pelos relatos que existe um consenso por considerarem que com a RDS seus direitos de continuarem praticando as atividades extrativistas na área estejam garantidos já que, presume-se que, haverá mais controle e possivelmente fiscalização após a decretação da Unidade de Conservação (UC).

Mas no início das mobilizações, moradores que hoje são favoráveis, se posicionaram contra a proposta, como afirmou uma das entrevistadas:

“Nós mesmos não concordamos logo no início, mas as outras comunidades concordaram. Na consulta pública em 2013, lá nós não demos nossa opinião, mas as outras comunidades e Maracanã deram apoio, nós fomos contra, porque uma hora era pro nosso bem, outra hora era pro nosso mal, nós fomos ficando meio arisca, não sabia direito o que era, não explicavam que desse pra entender bem, nós não assinamos o papel. Depois que a maioria aceitou, não teve jeito e depois eles vieram aqui para explicar o que devia fazer e o que não devia, explicaram tudo, então achamos que nos favorecia” (L. C., 46 anos, Comunidade Espírito Santo).

Esse depoimento demonstra que mesmo frente às ameaças de degradação ambiental, e à entrada de agentes externos que vinham em busca de terras, uma parte dos moradores ainda

não sentiam segurança em apoiar a proposta, por desconhecerem as regras de uso a serem aplicadas e se poderiam permanecer em suas residências.

Essa postura também foi encontrada em trabalhos que trataram sobre a criação de outras unidades de conservação, como no caso da Reserva Extrativista do Rio Xingu²⁷, na qual de acordo com Castro (2013, p. 115) “os mesmos moradores que foram inicialmente contra, destacam que após algumas reuniões e explicações de representantes das instituições que estavam engajadas no processo, perceberam a possibilidade de serem expulsos da área e começaram a aceitar a proposta”.

Esse posicionamento demonstra que dentro das comunidades existem rejeições quanto à criação da RDS que resultaram em conflitos sobre a necessidade de criação de outra UC no município.

Essa necessidade é percebida mais por parte de organizações que atuam nas mobilizações pela criação da UC.

“Essa movimentação aqui começou do tempo que entrou esse senhor que era gaúcho e queria tomar conta da área, se dizia dono. Daí começou a briga, a gente começou a reagir, fomos até pela delegacia, andamos por aí, depois as duas de Aricuru vieram da reunião aqui para o pessoal e disseram que, se fosse conseguido uma reserva com a gente dentro, seria uma saída, a gente ia continuar aqui, trabalhando” (C. S., 50 anos, Comunidade de Espírito Santo).

Após reuniões realizadas nas comunidades, principalmente em Aricuru e Espírito Santo, houve a mudança de postura de uma parte dos moradores participantes das reuniões, sobre a criação da reserva, depois de compreenderem pelo menos em parte o que é uma RDS perceberam que seria uma maneira de assegurar e garantir a proteção do Campo da Mangaba e de seus direitos sobre a referida área.

A representação dos moradores do Campo da Mangaba está apoiada pela atuação da CPT e da APEAGA.

Ações foram realizadas com o intuito de esclarecer sobre o assunto, mas essa atuação não abrangeu efetivamente os moradores de todas as comunidades.

Quanto à participação dos envolvidos, constatamos que a articulação para a criação da RDS Campo das Mangabas vem sendo mobilizada por vários setores sociais como os moradores da área de abrangência onde será criada a Unidade de Conservação e organizações

²⁷Criada pelo Decreto de 5 de junho de 2008, a Reserva Extrativista Rio Xingu, localiza-se na porção sul do Município de Altamira, Estado do Pará, com área de 303.841,4 hectares (BRASIL, 2008).

como a CPT, APEAGA, SEMA-PA e outras que vem apoiando as ações como o CPP e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Maracanã.

5.4.2 A atuação das organizações nas mobilizações

No período de abrangência dessa pesquisa, de 2007 a 2015, identificamos a participação de organizações sociais governamentais e não governamentais no processo de mobilização em torno da proposta de criação da RDS Campo das Mangabas.

Essas organizações atuaram ou participaram de maneira diferenciada nas ações coletivas, entre elas estão a APEAGA, a CPT, o CPP, o STTR e a SEMA-PA.

5.4.2.1 Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores de Aricuru.

A APEAGA foi fundada em 19 de setembro de 1999, com o objetivo de trazer melhorias para a comunidade.

No início a associação era composta apenas de pescadores e agricultores, em 2014 houve a alteração do estatuto, através de uma emenda foi inserida a categoria moradores e assim, a denominação ficou Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores de Aricuru, sem haver alteração na sigla que continuou APEAGA.

Com essa emenda, o mandato passou de dois para quatro anos, com a extinção da reeleição. De acordo com uma das lideranças entrevistadas, a principal motivação para formar a associação na comunidade foi:

“A ideia de se criar uma associação foi a princípio das irmãs (CPT) porque que a comunidade precisava de uma associação tinha necessidade por ser muito carente e com uma associação que tem mais peso na comunidade a gente podia trazer benefícios para a fim de suprir nossa necessidade, como através da associação nós já conseguimos o barco ‘Companheiro’, através de um projeto, a escolinha ‘Paulo Freire’, o Posto Comunitário, entre outras coisas que temos aqui na comunidade” (M. C., 51 anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

Esse depoimento demonstra o papel importante desempenhado pela associação que realiza vários tipos de ações em favor das pessoas que vivem na comunidade, entre elas a articulação e participação nas mobilizações pela criação da Unidade de Conservação RDS Campo das Mangabas, juntamente com outras organizações, que visam entre outras coisas proteger os recursos naturais do campo das agressões e assegurar a sobrevivência das comunidades tradicionais que lá habitam.

Atualmente, a associação conta com vinte associados. Trabalham em parceria com a CPT e o CPP. Participam de encontros do CPP como apoio para proporcionar a troca de experiências entre os grupos. “Isso é muito bom pra nós, o que a gente quer é melhorar” (M. C., 51 anos, Comunidade de Aricuru).

A APEAGA vem participando da mobilização para criar a RDS desde o início desse processo, em meados de 2007.

Essa participação inclui desde articulações na comunidade de Aricuru, organização de reuniões com as outras comunidades em parceria com a CPT, pedido de esclarecimentos sobre a zona de amortecimento e a proteção da REM de Maracaná, no sentido de ressaltar que criar uma reserva na área é uma questão de necessidade, frente às agressões que a cada ano vem sendo intensificadas, pelo mau uso dos recursos naturais.

“No meu entendimento eu acredito que seja necessário sim criar uma reserva no Campo da Mangaba, porque antes o campo, as frutas eram mais respeitadas do que hoje. Eu tinha meus oito, dez anos e cansei de ver árvore de bacuri amarelo no campo, derramando no chão, eu e minha avó que era catadora de mangaba, a gente ia e trazia mangaba bem madura, quantos paineiros quisesse trazer e quanto bacuri quisesse. Hoje a gente não vê bacuri nem verde, imagina amarelo, então eu acho que é muito importante, talvez se o pessoal se conscientizassem mais, se tivesse uma fiscalização no campo, porque não é só criar, tem que fiscalizar se não adianta nada, tem que ter o fiscal ali. Eu acho que a coisa vai melhorar pra nós, para as famílias que catam mangaba e pra quem colhe bacuri, que hoje já não deixam amadurecer” (M. C., 51 anos, Comunidade de Aricuru).

Uma das lideranças da APEAGA reforçou no depoimento acima o quanto é importante para os moradores das comunidades a conservação e proteção dos recursos naturais existentes no Campo da Mangaba e que essas praticas também fazem parte da tradição das famílias locais que transmitem de geração a geração essa atividade extrativista e sentem que precisam proteger a área para garantir a sustentabilidade e a permanência da biodiversidade existente.

5.4.2.2 Comissão Pastoral da Terra

A CPT é uma organização civil criada pela Igreja Católica em outubro de 1975, em um encontro de pastorais que atuavam na Amazônia, promovido pela CNBB, em Goiânia (GO). No início atuava junto aos trabalhadores ligados à terra, em serviço de pastoral (CPT, 2015).

Os posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT. Rapidamente, porém, a entidade estendeu sua ação para todo o Brasil, pois os lavradores, onde quer que estivessem, enfrentavam sérios problemas. Assim, a CPT se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens e, mais tarde, com

os sem-terra. Terra garantida ou conquistada, o desafio era o de nela sobreviver. Por isso, a Agricultura Familiar mereceu um destaque especial no trabalho da entidade, tanto na organização da produção, quanto da comercialização. A CPT junto com seus parceiros foi descobrindo que esta produção precisava ser saudável, que o meio ambiente tinha que ser respeitado, que a água é um bem finito. As atenções, então, se voltaram para a ecologia.

A CPT também atua junto aos trabalhadores assalariados e os boias-frias, que conseguiram, por algum tempo, ganhar a cena, mas que enfrentam dificuldade de organização e articulação. Além destes, há ainda os "peões", submetidos, muitas vezes, a condições análogas às da escravidão.

Em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresentava; sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de sua existência: ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. O homem do campo é que define os rumos que quer seguir, seus objetivos e metas. A CPT o acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. É por isso que a CPT conseguiu, desde seu início, manter a clareza de que os protagonistas desta história são os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Finalmente, os direitos humanos, defendidos pela CPT, permeiam todo o seu trabalho. Em sua ação, explícita ou implicitamente, o que sempre esteve em jogo foi o direito do trabalhador, em suas diferentes realidades. De tal forma que se poderia dizer que a CPT é também uma entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra (CPT, 2015).

A CPT atua na área proposta para ser criada a RDS desde 2000. Essa organização é representada por duas freiras que residem na comunidade de Aricuru, realizam trabalhos de base na região do Salgado, que antes era realizado apenas na região Guajarina.

Trabalham em parceria com o CPP e a APEAGA. Esses trabalhos resultaram, entre outras ações de cunho coletivo, na intervenção que encaminhou ao IBAMA uma solicitação para saber sobre a localização do Campo da Mangaba em relação à REM de Maracanã, no ano de 2007.

A partir dos conflitos existentes no Campo da Mangaba, ameaças de destruição a esse ecossistema e a imprecisão do que é a zona de amortecimento, pelos moradores das comunidades do entorno da REM de Maracanã, a CPT representada por duas freiras e em parceria com outras organizações intervirem frente a essa situação para tentar solucionar os problemas que ocorrem na área.

Assim, em 2007 encaminharam ao IBAMA a solicitação para saber a localização do Campo aa Mangaba em relação REM.

Após o órgão encaminhar a resposta com um mapa identificando o Campo da Mangaba fora da área da Reserva Extrativista Marinha.

A CPT e a APEAGA fizeram uma nova solicitação ao mesmo órgão, dessa vez solicitando a regularização da área, o que foi repassado ao INCRA e posteriormente à SEMA-PA, por estar sob a jurisdição do Estado do Pará que realizou, nesta época, os estudos técnicos de levantamento e elaborou um relatório sobre a área.

Todas essas iniciativas foram realizadas em conjunto com outras organizações que atuam na área e com os moradores. A CPT atua nas comunidades desde o início das mobilizações em que se pleiteou a criação de uma reserva no Campo da Mangaba.

Em outros processos de criação de unidades de conservação da natureza verificou-se a atuação da CPT nas mobilizações.

Como ocorreu durante o processo de criação da Reserva Extrativista do Rio Xingu, que foi uma das últimas unidades de conservação criadas no complexo de unidades de conservação na região da Terra do Meio, como relatou Silva (2009):

A Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica foi convidada para fazer parceria neste projeto, ficando com a atribuição de sensibilizar as comunidades e famílias da terra do meio através de visitas e reuniões sobre a criação das unidades de conservação. O projeto entrou em execução no ano de 2004 (SILVA, 2009, p. 63).

No município de Maracanã organiza e promove reuniões e encontros nas comunidades da área para tentar mobilizar e conscientizar os moradores e usuários da importância de utilizar de maneira sustentável os recursos naturais do campo, para com isso terem garantias futuras de sobrevivência em seu local de origem.

Essas iniciativas esclarecem sobre a importância da criação de uma reserva no Campo da Mangaba, o que significa na prática uma RDS e que atividades poderão ser praticadas pelos moradores. Atua também como organizadora de outras ações coletivas nas comunidades, principalmente em Aricuru.

5.4.2.3 Conselho Pastoral dos Pescadores

O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) também vem participando das mobilizações pela criação da RDS Campo das Mangabas no município de Maracanã.

O CPP é uma pastoral criada em Olinda (PE), por um Frei, na década de 1960; posteriormente esse trabalho expandiu-se para outros Estados. Essa comissão está ligada a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Na região Norte essa comissão foi constituída em 1989 (CPP NORTE, 2015).

O CPP atua na área que está sendo pleiteada para ser RDS Campo das Mangabas, existe um polo em Aricuru que começou a funcionar a partir de 1995 “por meio das irmãs que participavam em Marudá e Belém formaram um núcleo da CPP, aqui com três pessoas, e

trouxeram a coordenadora para fazer reunião e formar o grupo” (V. F., 43 anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

Uma das lideranças locais resumiu a história da inserção do Conselho em Maracanã, bem como os objetivos, ações e como participam nas mobilizações em torno da criação da RDS.

“De lá começaram as reuniões, palestras, oficinas. Em 1999 criamos a APEAGA através da CPP e das lideranças que já tinha, formamos também um grupo de mulheres para trabalhar com remédios caseiros, contribuimos com o abastecimento de água pra comunidade em 2000, com o incentivo da CPP e com financiamento de um pessoal da Itália através de um projeto. Temos como objetivos:

- O fortalecimento da categoria dos pescadores através de um trabalho voltado para a promoção social dos mesmos;*
- apoio às lutas e organizações;*
- assessoria na busca de implementação de alternativas econômicas.*

Priorizamos a formação e apoio as organizações, meio ambiente, relação de gênero e direitos. A CPP nacional funciona em Olinda (Recife-PE), aqui fazemos parte da regional Norte e nosso Polo é Aricuru.

Em Maracanã atuam duas pessoas como lideranças, acompanhamos São Tomé, Curuçazinho, Tracuateua e Ponta Alegre, em cada uma dessas comunidades temos duas pessoas de referência.

Participamos de mobilizações como nas articulações das mulheres pescadoras, na criação da RESEX Marinha de Maracanã, nas iniciativas das reuniões pela criação da RDS Campo da Mangaba, na comissão para elaboração pra eleição de uma nova diretoria da Reserva Marinha” (V. F., 43 anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

Esse e outros depoimentos reforçam que o CPP tem uma atuação muito forte nas comunidades, principalmente em Aricuru, onde esta à frente da conquista de vários benefícios para a coletividade, como foi o caso da organização do abastecimento de água, do grupo de mulheres e ultimamente o envolvimento nas ações pela criação da RDS.

Juntamente com a CPT e APEAGA, fazem um esforço conjunto no sentido de promover um intercâmbio com as demais comunidades, informando e discutindo sobre o que é a reserva e o que vai acontecer depois de sua criação, como por exemplo, mudam regras de uso dos recursos naturais na área.

5.4.2.4 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Maracanã

Nas mobilizações houve também a participação do STTR de Maracanã, fundado em 04 de dezembro de 1971 e reconhecido em 09 de maio de 1973, com um total de 2.500 associados. De acordo com as informações coletadas e uma entrevista realizada com uma das lideranças dessa organização, a participação do referido sindicato nas mobilizações foi no sentido de acompanhar, apoiar e dar suporte no que foi possível para a realização de reuniões

nas comunidades, ajudando a esclarecer para os moradores a proposta de criação de uma RDS no Campo da Mangaba e sensibilizando sobre a necessidade de efetivação da referida proposta.

“Particpei de muitas reuniões, principalmente dentro das comunidades. Fomos duas ou três vezes à SEMA-PA acompanhando as irmãs de Aricuru [...] dentro da instituição, quando fazemos reuniões principalmente na área que abrange a gente faz os comentários sobre a proposta, participamos muito das discussões do grupo da área de lá, porque o que é que eu penso: eu preciso conscientizar e sensibilizar principalmente as pessoas que moram na região, porque a partir dessa conscientização, que ninguém conscientiza ninguém né, às vezes com a sensibilização, isso possa se irradiar e aí a gente precisa focar mesmo no povo das comunidades de dentro. Você vê, tenho um banner aqui da área, deixo ali na frente porque muitas pessoas perguntam, o que é isso? Nessa pergunta, a gente já vai passando as informações, que eu acho que é mais resultado do que a gente fazer uma grande reunião chamar todo mundo; a pessoa tem que demonstrar interesse e querer saber o que é para poder sair com a resposta” (A. T., 53 anos, liderança do STTR, Sede do município).

Em outros momentos fora do município representantes da instituição acompanharam as irmãs em algumas idas à SEMA-PA para buscar informações sobre o andamento do processo bem como, desenvolver um trabalho de sensibilização sobre o tema junto aos associados.

Essa postura do STTR foi confirmada por outros entrevistados nas comunidades, que citaram em vários depoimentos a participação dessa organização nas reuniões ocorridas nas comunidades para falar sobre a RDS.

5.4.2.5 Secretaria de Estado de Meio Ambiente²⁸

A participação da SEMA-PA no processo de criação da RDS Campo das Mangabas iniciou através da solicitação conjunta da associação representativa dos moradores, pescadores e agricultores da comunidade de Aricuru, e da CPT.

Após encaminharem documento solicitando que a secretaria se posicionasse sobre o quadro de degradação ambiental a que a área do Campo da Mangaba estava exposta, no sentido de intervir para controlar essas ações que destroem gradativamente um ecossistema (campo serrado) que é raro no Estado do Pará, sendo importante também do ponto de vista econômico, uma vez, que agrega renda às famílias que praticam o extrativismo vegetal na área (SEMA-PA, 2013).

²⁸A denominação dessa secretaria foi alterada a partir de janeiro de 2015 para: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), mas nesse trabalho a denominação utilizada será a anterior SEMA-PA, contida nas referências dos documentos acessados para os fins dessa pesquisa.

A SEMA-PA foi o órgão responsável pelo levantamento sobre a área e posterior elaboração de um relatório com título de “Estudo técnico para criação de unidades de conservação na categoria RDS “Campo das Mangabas” no Município de Maracanã/PA”, considerando que sua missão institucional é “promover a gestão ambiental integrada, compartilhada e eficiente, compatível com o desenvolvimento sustentável, assegurando a preservação, a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida” (SEMA-PA, 2015).

Em 26 de setembro de 2013 a SEMA-PA conduziu a consulta pública no município de Maracanã, pois é o órgão legal responsável, já que a área que está sendo pleiteada a passar para a categoria de RDS, está sob a jurisdição do Estado do Pará, sendo esse um dos passos necessários ao processo de criação de uma unidade de conservação (Figura 17).

Figura 17 - Apresentação da proposta de criação de UC Campo das Mangabas.



Fonte: SEMA-PA (2013).

Quadro 5 - Etapas da Consulta Pública – RDS Campo das Mangabas em 26/09/2013.

Etapas	Descrição
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da Consulta Pública; • Apresentação dos estudos técnicos sobre a área aos participantes, com esclarecimentos sobre o que é uma RDS, quais os critérios para a criação e quais os benefícios para a população; • Propiciar discussão da proposta de criação da RDS no Município de Maracanã aos representantes governamentais e não governamentais.
Apresentação da proposta	<p>Realizada pelo Diretor de Áreas Protegidas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, senhor Crisomar Lobato.</p> <p>Três etapas para criar uma RDS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CRIAÇÃO (estudos técnicos; consulta pública; lei ou decreto de criação da unidade); implementação (designação de gerente; designação de equipe; formação do conselho deliberativo; elaboração do plano de manejo); • IMPLEMENTAÇÃO – (designação de Gerente; designação de equipe; formação do conselho deliberativo; elaboração do plano de manejo); • GESTÃO (execução do plano de manejo; elaboração e execução de projetos; demarcação física; implantação das estruturas físicas; administração, monitoramento e fiscalização). <p>Histórico do Processo de Criação Campo Das Mangabas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2007 - Visitas técnicas de reconhecimento para atender solicitação da APEAGA e CPT); • 2010 - Elaboração dos mapas; abertura do processo; envio de ofícios ao ITERPA e SPU; solicitação de Laudo Técnico à GEOTEC/SEMA; coleta de dados em Maracanã, com visita ao cartório e DMA de Maracanã, ao ITERPA e ao SPU; • 2011 – Reunião com representante do poder executivo; levantamento institucional; • 2013 – Preparação (sensibilização das instituições públicas, não governamentais e sociedade civil) e realização da consulta pública; <p>Estudos Técnicos para Criação de Unidade de Conservação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com apresentação do mapa de localização, área e limites da UC; • diagnóstico ambiental, socioeconômico e da situação fundiária (resumo); • Recomendações.
Intervenções Questionamentos Esclarecimentos	Momento aberto para que os participantes fizessem suas intervenções, questionamentos e recebessem os devidos esclarecimentos sobre a proposta.
Encaminhamento para aprovação	O processo de votação por aclamação foi conduzido pelo representante da SEMA-PA, essa votação foi para aprovar a criação da UC da Natureza de Uso Sustentável RDS Campo das Mangabas.
Encerramento e Resultados	A proposta foi aprovada pela maioria dos participantes com a indicação de que dentro da área da RDS Campo das Mangabas fosse criada uma área de Proteção Integral Refúgio de Vida Silvestre

A exceção das consultas públicas segundo a lei abrange as estações ecológicas e reservas biológicas (BRASIL, 2000).

Figura 18 - Votação da proposta de criação de UC e participantes da Consulta Pública.



Fonte: SEMA-PA (2013).

Após a realização da Consulta Pública foi dado continuidade aos encaminhamentos do processo de criação da RDS, no entanto, depois de mais de dois anos dessa fase a UC ainda não foi decretada. Um dos membros da equipe técnica, que na época atuava na SEMA-PA e participou de todas as fases da proposta de criação da RDS Campo das Mangabas, até ocorrer à consulta pública, relatou que:

“Fizemos consulta pública, com a presença da prefeita de Maracanã, outras autoridades e população das comunidades, a proposta foi aprovada quase que por unanimidade, um percentual altíssimo, nós fizemos todo o trabalho e encaminhamos para a Procuradoria Geral do Estado – PGE que deu parecer jurídico favorável e encaminhou e encaminhou para o gabinete civil do governador para ele assinar e decretar. Ai começou uma fase [...] todos os tramites, legislação do SNUC foram cumpridos, o que falta agora é um esforço da sociedade e das instituições envolvidas para que o governador assine o decreto de criação, para terminar essa fase de criação e passará à fase de gestão” (C. L., Belém-PA).

Enquanto isso, a população das comunidades do Campo da Mangaba e as lideranças envolvidas aguardam o desfecho do processo de criação, considerando que todas as fases necessárias já foram concluídas, faltando apenas a decretação pelo governador do Estado.

5.4.3 Posicionamentos e conflitos por divergência de interesses

Depoimentos coletados nas dez comunidades e na sede do município de Maracanã demonstraram a existência de diferentes concepções sobre o tema abordado nessa pesquisa. Os

posicionamentos divergentes, por diferentes interesses entre os moradores demonstraram a existência de conflitos internos por ideias e informações sobre a proposta de criação da RDS na área do Campo da Mangaba.

Esses conflitos de acordo com a percepção de Simmel (1983) podem resultar em mudanças na sociedade através de divergências, diferentes concepções.

O autor ressalta que, os diferentes posicionamentos e insatisfações, proporcionam aos indivíduos ou grupos a capacidade atuarem como sujeitos e não tornarem-se meros objetos, onde há o enfrentamento das partes, sem situar semelhanças entre si, havendo a incompatibilidade de pensamentos com um ou mais atores envolvidos.

Na realidade pesquisada os conflitos evidenciam-se na esfera dos posicionamentos em concordar, discordar ou não emitir opinião sobre a criação da unidade de conservação. Essas posturas contra e a favor demonstram os conflitos em torno da proposta de criação da UC.

Apesar de que, no transcorrer de nossa interação com os atores da área através das observações durante os dias em campo e nas entrevistas e conversas informais, não houve relatos de conflitos que envolvessem violência física, utilização de armas e agressões verbais, pois, o tipo de conflito no contexto estudado configura-se no plano das opiniões e diferentes interesses perceptíveis nos relatos dos entrevistados.

Os dados referentes aos diferentes posicionamentos e possíveis conflitos em relação à proposta de criação da RDS no Campo da Mangaba, foram acessados através de questões inseridas no roteiro de entrevistas que buscaram o esclarecimento sobre tal temática.

De acordo com os depoimentos dos moradores das dez comunidades (36 entrevistas) e na sede do município (04 entrevistas), a maioria afirmou ser favorável a proposta de criação da RDS, por motivos como:

1. Conservação e utilização racional dos recursos naturais, visando garantir a sustentabilidade e existência, para as futuras gerações, principalmente a mangaba e o bacuri e outros recursos. Enfatizaram que a atividade extrativista da mangaba e bacuri faz parte de suas vidas e é uma tradição passada de geração a geração.

2. Prevenção das queimadas que segundo os interlocutores ocorrem anualmente na época da estiagem.

3. Garantia de livre acesso ao campo, já que há histórico na área de tentativas de apropriação por pessoas que vem de outras cidades e Estados e intitulam-se donas de lotes onde existem comunidades.

4. Fiscalização e segurança na área, para garantir a segurança dos moradores, pois há relatos que ressaltam que o campo muitas vezes serve como esconderijo para pessoas que praticam crimes em outros municípios e vão se esconder naquela área.

5. Possibilidade de acesso a benefícios, entre eles projetos, moradias e escolas.

Os cinco pontos identificados acima são os motivos mais citados e que levam as pessoas da área a apoiarem a proposta de criar uma RDS no Campo da Mangaba, considerando esses motivos segue quadro que ilustra parte dos depoimentos (Quadro 6).

Quadro 6 - Síntese dos motivos que levaram os entrevistados a serem favoráveis a criação da RDS Campo das Mangabas.

Aqui tem mais pessoas a favor de que seja criada a reserva, falam que vai ser melhor pra nós aqui da comunidade, vai proteger o campo, a mangaba, o bacuri, que quase não tem mais. Ninguém que eu conheça fala contra a proposta da reserva (D. B., 36 anos, Comunidade São Sebastião do Itaquerê).

Eu apoio a criação da RDS, por que teríamos safras melhores (J. L., 64 anos, Comunidade Campo Alegre).

Acharia bom que viesse essa lei, se não for pra mim, outras pessoas precisam para se manterem, se eu que pouco vou ao campo sou de acordo, imagine os que usam deve ter consciência de preservar o campo (J. L., 64 anos, Comunidade Campo Alegre).

Acho que a maior parte das pessoas aqui na comunidade apoia, para proteger o campo e as plantas (E. S., 49 anos, Comunidade Martins Pinheiro).

Sempre fui contra a devastação, apoio porque as pessoas que chegam querem destruir e é de muita utilidade (a mangaba) não só pra mim, mas pra todos (A. N., 57 anos, Comunidade Nova Brasília).

A maioria apoia, por visar o trabalho, que é difícil. Na safra da renda, para o futuro, para as crianças conhecerem. Depois da Gelar as mangabeiras voltaram e se criar a RDS vai proteger e se plantar vai aumentar e continuar (M. M., 40 anos, Comunidade Beira Mar).

Eu concordo, pois nós temos o ramo de colher as frutas e por isso elas têm que continuar para ajudar na nossa sobrevivência (S. S., 87 anos, Comunidade Espírito Santo).

Tem gente aqui que vende e ajuda no sustento da casa, por isso eu concordo e acho que muito importante preservar a mangaba e bacuri também (M. T., 67 anos, Comunidade Martins Pinheiro).

Apoio e acredito que com a reserva venha benefícios para a comunidade e futuramente para as famílias que usam a mangaba e outros recursos como negócio, com a reserva existe a promessa de controle e fiscalização da área, também acho que seria bom mais envolvimento do poder público para garantir o futuro dos nossos filhos (R. T., 66 anos,

Comunidade Martins Pinheiro).

Vai ser bom, vamos cultivar melhor, se num ano dava 100, no outro vai dar 200, a gente quanto mais zelar por uma planta, mais ela vai dar. A gente tá vendo que vai dar futuro, é uma coisa que vai melhorar pra nós... Não participei na reunião porque no dia não deu pra mim, mas quando tiver outra vou participar. Acho que tem mais pessoas que apoiam, porque é uma coisa boa pra nós, apesar de que daqui dessa frente que eu moro, vamos buscar pra comer, não pra vender. Mas aqui na comunidade conheço gente que vai buscar pra vender e ajudar no sustento da casa na safra da mangaba, o que é muito importante, tem muita gente carente aqui (M. C., 53 anos, Comunidade São Tomé).

Acho que vai mudar a questão da queimada, espero que haja fiscalização, que não apanhem bacuri verde e mangaba sem estar madura, conscientizem o povo, pois essas frutas ajudam na renda das famílias (D. B., 36 anos, Comunidade de São Sebastião do. Itaquerê).

Acho que seja necessário criar a reserva sim. Vejo isso por dois lados, o lado bom da reserva das pessoas fazerem bom proveito dos recursos e respeitar pra que não tivesse mais queimadas e invasão, para que todos cuidassem e a cada ano tivesse mais mangaba. A outra questão é o interesse do agronegócio... Seria bom se compreendessem e respeitassem o sistema de vida dos povos tradicionais (S. F., 42 anos, liderança da Comunidade Aricuru).

[...] no meu entendimento eu acredito que seja necessário criar uma reserva, minha avó era uma catadora de mangaba, é muito importante manter o campo, mas não é só criar a reserva, mas ter fiscalização e cuidado [...] pra mim significa uma coisa boa, por que talvez vá melhorar para as pessoas se conscientizarem melhor e respeitar, se não tiver uma coisa firme, uma lei, todo mundo mete a mão, é um meio de preservar e respeitar a natureza (M. M., 51 anos, Comunidade Aricuru).

É preciso que esse povo respeite as mangabeiras, vai chegar um tempo que elas não vão mais voltar, seria bom ter uma reserva pra não acabar com o campo. Eu queria essa reserva, que fosse positiva, mas a gente não sabe às vezes a gente pensa que vai ser de um jeito e depois é de outro (O. C., 75 anos, Comunidade Aricuru).

A Reserva seria interessante porque o campo sofrem muitas ameaças, essas ameaças normalmente vêm mais da parte dos homens, inclusive agora esse mês que começa mais o verão, todos os anos tem alguém que toca fogo por ali, não sei se é acidental ou se é de propósito, provocado por alguém mesmo que queira tocar fogo, só sei que é lamentável, porque destrói. Eu acredito que uma reserva seria muito bom porque iria de certo modo controlar essa situação e fazer com que fosse preservado esse ambiente tão rico que é o Campo da Mangaba (J. B., 33 anos, sede do município de Maracanã).

Houve uma pessoa que veio de fora e queria se apossar, mas não foi pra frente e tem também a questão do fogo, pois o campo é grande e não tem como vigiar, pra não haver queimadas. É preciso conservar porque muitas pessoas usam pra comer e vender, até porque pessoas de fora apanham verde, é preciso ter consciência... O campo é muito cobijado e nós que moramos aqui precisamos para que as pessoas tenham mais renda (C. M., 45 anos, Comunidade São Tomé).

É porque a gente utiliza o campo e é preciso zelar, cuidar para que passe da gente para outra geração, com a responsabilidade que a gente colabore e o órgão responsável também

colabore. Além disso, as atividades é que vai ter um regulamento, as pessoas vão ter que respeitar as regras, os limites, que nem da RESEX (T. S., 61 anos, Comunidade São Tomé).

Eu apoio e acredito que será um benefício para mim e meus filhos, pode vir algum projeto para aproveitar melhor o fruto, para não estragar (L. A., 30 anos, Comunidade de Nova Brasília).

Se for para criar oportunidade, trazer benefícios e projetos acho que é bom pra nós. Se for pra beneficiar os moradores eu apoio, se vier pra melhorar o campo e a vida das pessoas e também pra evitar as queimadas, eu também estou apoiando, vai ser importante e bom pra nossa vida aqui (E. N., 51 anos, Comunidade São Miguel do Itaquerê).

Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo 2014 e 2015. Elaborado pela autora.

Os relatos organizados no quadro acima demonstram que há entre os moradores que apoiam a proposta, a perspectiva de que com a criação da RDS haja fiscalização, na área, proteção do campo com controle do uso dos recursos naturais e do fogo.

Outro ponto bastante enfatizado pelos entrevistados foi a possibilidade de acessarem benefícios através da unidade de conservação, no sentido de terem algum tipo de compensação pelas regras que irão passar a ter após a consolidação da proposta.

As oposições e os diferentes interesses em relação à criação da reserva emergiram durante as pesquisas através dos relatos de pessoas que são contra a proposta.

Sobre o tema os principais argumentos explicitados foram referentes aos seguintes pontos:

1. Desconhecimento da proposta.
2. Por já existir na área duas unidades de conservação e não precisarem de mais uma.
3. Pela as regras que serão estabelecidas após a criação da RDS.

“Pelo boato alguns não apoiam por causa das proibições, não pode tirar madeira e outras coisas, as pessoas não sabem direito como vai ser depois” (C. M., 45 anos, Comunidade São Tomé).

“Tem uns que não são favoráveis à reserva estadual, o motivo é não conhecer como vai ser a lei, tem gente que derruba as árvores no campo” (T. S., 61 anos, Comunidade São Tomé).

“Algumas vezes teve reunião com as irmãs no Mangueirão, pra falar dessa RDS, mas eu não ia por não acreditar, já estou cansada dessas coisas, de que vai melhorar” (M. C., 49 anos, Comunidade Vista Alegre).

Nas falas não favoráveis a proposta de criação da RDS observou-se a existência de descontentamentos com as regras que já vem sendo aplicadas na REM de Maracaná.

Segundo alguns usuários as mesmas prejudicam a sobrevivência das pessoas do lugar, uma vez que priva e limita o acesso aos recursos naturais dos quais dependem para prover o sustento de suas famílias, “acho que a reserva não ajudou, proibiu muitas coisas aqui, malharia, caranguejo a gente não pode tirar como antes, todas essas regras, prejudica a gente aqui e impede de sustentar a família” (W. A., 35 anos, Comunidade São Sebastião do Itaquerê).

Ainda em relação ao posicionamento sobre a criação da unidade de conservação, uma parte dos entrevistados disse não conhecer a proposta, “nunca participei de nenhuma reunião por isso não posso lhe responder, não conheço nada sobre isso” (J. P., 63 anos, Comunidade Passagem).

Outros explicaram que souberam da ocorrência de reuniões em comunidades, mas que não participaram e por isso disseram que não sabiam sobre o assunto, não tinham conhecimento sobre o que se tratava.

Alguns discursos deixaram transparecer que a criação de mais uma unidade de conservação na área seria um entrave para a manutenção de suas condições de sobrevivência, por controlar e limitar o acesso ao Campo da Mangaba, já que alguns demonstraram que sentiam-se prejudicados pelas regras estabelecidas pela REM de Maracanã e temem pelo controle e proibição também na área da RDS que atualmente é uma área de livre acesso e o uso dos recursos naturais não é regulado, sendo aberto a qualquer pessoa (FEENY et al., 2001, p. 20) seja ela residente ou não das comunidades.

Nesse sentido, a aplicação de regras que já ocorre na área de REM, também ocorrerá na área que está sendo proposta para ser criada a RDS, assim alguns usuários ressaltaram que já enfrentam dificuldades em relação aos recursos do rio e provavelmente a situação vai ficar pior com regras para acessar também os recursos do Campo da Mangaba, onde praticam o extrativismo vegetal, como afirmou R. R., 54 anos “[...] vai chegar uma época em que vocês vão ser presos por tirar mangaba do campo”, referindo-se as regras que serão implementadas com a RDS.

Há vários tipos de regras e que “podem ser formalmente promulgadas na forma de lei, e, nesse caso, o poder de polícia do Estado será usado para impô-las”. Existem as regras expressas em acordos que não dependem do poder estatal para serem colocadas em prática, uma vez que, estão embasadas em sanções informais, tradicionalmente estabelecidas (BECKER, 2008, p, 15).

Essas disparidades e contra censos em relação à proposta de criar a RDS Campo das Mangabas fazem com que ocorram conflitos, pois interesses diversos vêm à tona e cada grupo ou indivíduo busca defender suas próprias convicções.

Outros atores preferiram em alguns casos se absterem das discussões e mobilizações e ficam a espera dos resultados para ver que benefícios poderão ser acessados se houver a efetivação da referida proposta.

Esse posicionamento teoricamente é analisado por Olson (1998) tendo como pressuposto que quando um bem ou benefício coletivo é acessado por um grupo, o mesmo não poderá ser negado aos outros membros, mesmo que a pessoa tenha optado por não participar das mobilizações que objetivam a conquista de benefícios.

Esse pressuposto demonstra um comportamento que Olson (1998) denominou de *free rider*, dilema que permeia as análises sobre ação coletiva compreendida como a forma de agir, considerando que independente de contribuir, participar ou não de uma ação coletiva, o indivíduo irá acessar os benefícios recebidos, sendo beneficiário da ação empreendida por outras pessoas.

Empiricamente esse comportamento foi expresso pelos que demonstraram o pouco interesse em participar, ou buscar informações referentes a criação da RDS, mas ressaltando que se for efetivada essa criação pretendem acessar possíveis benefícios, pois estarão dentro da área de reserva e tais benefícios não poderão ser negados a eles, pois segundo Olson (1998, p.13) “o bem comum, coletivo ou público é definido como um bem que uma vez consumido por uma pessoa X_i , num grupo $X_1, \dots, X_i, \dots, X_n$, não é passível de ser negado a outras pessoas desse grupo”.

Depoimentos confirmaram a existência desse tipo de comportamento na realidade pesquisada, como o de A. T., 53 anos, uma das lideranças do STTR de Maracanã: “[...] aqui há dificuldade para mobilizar, pois o povo espera para ver se vai dar certo, trazer benefícios, querem ver os resultados são incrédulos, querem ver primeiro as melhorias”.

O senhor M. M., 40 anos morador da comunidade de Beira Mar enfatizou em seu depoimento que “os que não apoiam, não usufruem do campo, não dão importância. Falta interesse e conhecimento, mas se der certo vão aproveitar os benefícios”.

Além dos conflitos e disputas pelo acesso e uso dos recursos naturais e pela posse da terra no Campo da Mangaba, ocorridos a partir da década de 1980 (ver quadro 2) e que foram os principais motivos para a proposta de criação de mais uma UC no município de Maracanã.

A partir de 2007, surgiram os conflitos referentes à proposta de criar a RDS. Através da pesquisa constatou-se a existência de dois tipos de conflitos:

- a. O conflito interno e pouco visível entre os moradores das comunidades.
- b. O conflito entre as organizações que apoiam e participam das mobilizações com as que são contra ou são indiferentes à proposta.

Os conflitos aqui identificados ocorreram em esferas diferentes. No primeiro tipo caracterizou-se por ocorrerem entre pessoas da mesma comunidade e pessoas que habitam comunidades diferentes dentro do Campo da Mangaba.

No segundo tipo o conflito abrange as organizações tanto que fazem parte de comunidades do Campo da Mangaba como de outras áreas do município de Maracanã.

Esses conflitos foram resultados dos interesses diferentes tanto entre atores individuais quanto entre organizações que apoiam e as que não são visivelmente contra, mas não mobilizam esforços e têm reservas quanto à necessidade de criar outra UC no município.

Nesse sentido, é importante ressaltar que esses conflitos foram pouco visíveis na perspectiva de Simmel (1983) ao distinguir conflitos a partir de lutas e confrontação aberta entre os atores envolvidos e os conflitos indiretos através da concorrência.

Nos tipos de conflitos aqui analisados insere-se a ideia de acordo com análises realizadas por Schmitz et al. (2011) como concorrência através do conflito indireto:

[...] A concorrência pode se realizar em forma de disputa direta entre adversários que se esforçam para conquistar o favor de um terceiro ou em forma de luta indireta na qual cada concorrente por si pretende alcançar o fim sem se dirigir contra o outro. Nesse caso, apenas usando as suas habilidades em termos de velocidade, negociação ou persuasão. A luta unifica os adversários em torno de um objeto comum (SCHMITZ et al., 2011, p. 258)

Nesse cenário os conflitos emergiram através de aspectos relacionados aos diferentes posicionamentos e interesses dos atores, entre eles: o acesso e não acesso a informações; a compreensão sobre o fenômeno social em questão; a participação ou não nos eventos de mobilização como reuniões realizadas nas comunidades e consulta pública; com relação à necessidade de outra UC e de mais regras.

Segundo Glasl (1997), citado por Schmitz et al. (2011, p. 235) o conflito emerge movido não apenas por um fator “[...] seguindo uma abordagem sociológica, rejeita um pensamento causal mecanicista no caso do conflito e ressalta que o mesmo depende de uma multiplicidade de fatores. É difícil reduzir um conflito a uma só causa”.

a. O conflito entre os moradores das comunidades.

Diante da proposta de criação da RDS Campo das Mangabas, a partir de 2007,

começaram a ocorrer conflitos indiretos entre os moradores das comunidades.

Esse conflito foi percebido através dos relatos e das observações durante a realização da pesquisa.

Assim, constatou-se a existência de diferentes opiniões entre os atores envolvidos sobre o processo de criação de uma UC, que demonstraram a “[...] incompatibilidade no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com o outro ator [...]” (GLASL, 1997 citado por SCHMITZ et al., 2011, p.237).

Esses aspectos do conflito foram reconhecidos nos depoimentos dos entrevistados nas comunidades. Vejamos algumas falas:

“Existem discussões por diferentes opiniões, conflito de ideias. Não sei explicar direito porque não apoiam. Mas já ouvi pessoas falarem aqui, que é porque não entendem, não sabem o que é a proposta” (L. A., 30 anos, Comunidade Nova Brasília).

“Existe um conflito de ideias e posicionamentos sobre criar ou não uma reserva no campo, mas não passam de conversas que não chegam a ser briga mesmo” (B. D., 48 anos, Comunidade Espírito Santo).

“Pra mim se vier um projeto pra beneficiar a comunidade vou ficar satisfeito não só por mim, mas pelas futuras gerações. Eu imagino que os que apoiam entendem um pouco que é para o bem do campo. Os que não apoiam não tem informação, tem medo de expor opinião, não querem ouvir opinião dos outros, acha que sabe tudo, não querem deixar seu trabalho na roça pra participar de reunião. E ainda tem pessoas que acham que o fogo faz bem ao campo. Acho que vem beneficiar as famílias. Quem não aceitou é por que ainda não conhece a proposta” (E. M., 23 anos, Comunidade de Campo Alegre).

Nesse tipo de conflito os atores favoráveis a criação da UC em algumas comunidades, principalmente em Aricuru e Espírito Santo estão organizados em grupos que se mobilizam em prol do objetivo comum.

Não foi possível constatar essa capacidade de articulação entre os atores que são contrários à proposta. Ou seja, a atuação é individualizada, pouco percebida, quase invisível pelos atores favoráveis, que declararam não conhecer e não perceber a existência de conflitos entre os moradores das comunidades.

“Ninguém que eu conheça fala contra a proposta da reserva. Pra mim acho que não existe conflito sobre isso aqui, penso que vai melhorar nossa situação” (D. B., 36 anos, Comunidade de São Sebastião do Itaquerê).

“Nunca ouvi ninguém falar que é contra, acho que não altera nada no nosso modo de viver no campo se for pra preservar a gente vai preservar” (J. L., 64 anos, Comunidade de Campo Alegre).

Trata-se de conflitos que ocorrem entre conversas de vizinhos, durante as viagens que fazem à sede do município ou a outras comunidades e em eventos como: reuniões comunitárias e durante a realização da consulta pública. Esses conflitos são pouco percebidos por uma das partes, no caso os atores que são a favor da UC.

Ressalta-se que foi durante a realização da consulta pública que os posicionamentos favoráveis e contrários foram mais manifestos e delimitaram as posições de atores e organizações.

Segundo os interlocutores, nesse evento foi possível perceber os diferentes interesses, principalmente nos momentos de intervenções, questionamentos e pedidos de esclarecimentos de pessoas vindas das comunidades e também de representantes de organizações.

b. O conflito entre as organizações que apoiam e participam das mobilizações com as que são contra ou são indiferentes a proposta.

Outro conflito observado em relação à proposta de criação da RDS Campo das Mangabas foi entre: as organizações sociais que participaram das mobilizações pela criação da UC e as organizações que não participaram das movimentações e discordaram da necessidade de haver outra UC no município, além de estarem mais ligados aos interesses relacionados aos recursos marinhos e a REM Maracanã.

De um lado a APEAGA, o CPP, a CPT e o STTR de Maracanã foram às organizações que participaram das mobilizações nas comunidades desenvolvendo uma ação coletiva que visou a proteção dos recursos naturais do Campo da Mangaba, tendo como foco principal a proposta de criar uma UC na área.

Por outro lado a Colônia de Pescadores de Maracanã e a Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã (AUREMAR) não participaram efetivamente nas mobilizações, com exceção da AUREMAR que segundo uma das lideranças mesmo sendo contra a proposta, participou da consulta pública.

Esse tipo de conflito não se revelou como um confronto aberto, o que ficou explícito foi que, existem posicionamentos contrários originados por fatores que perpassam pelos interesses relacionados a cada organização e no caso da Colônia de Pescadores observou-se a indiferença quanto à proposta e mobilizações em curso.

A interpretação aqui apresentada baseou-se na observação, confirmada por relatos dos entrevistados e organizações que tem interesses diferentes em relação ao que ocorrerá após criação da RDS.

Existe uma concorrência em termos de poder entre as organizações ligadas ao uso dos recursos marinhos que consideram desnecessário a criação de mais uma reserva. Os interesses das duas organizações referem-se principalmente à proteção do Rio Maracanã e dos recursos marinhos.

As informações sobre esses conflitos em relação à criação de uma RDS apareceram em alguns depoimentos de forma sutil, mas existem e em algumas entrevistas os interlocutores esclareceram as razões das divergências.

“Eu questionei muito quando foi para aprovar porque faltou esclarecimento para o povo, porque para se criar uma reserva tem os pros e os contras, assim aconteceu com a RESEXM. Eu sempre fui contra a criação de mais essa reserva aqui, por falta de explicação sobre como os que são cadastrados na RESEXM podem ser de outra reserva (RDS). Reserva, já temos duas aqui e só se vê o povo reclamar das duas por causa das regras, não pode tirar madeira pra nada, já basta de reserva pra nós, não podemos tirar da água e se não puder tirar da terra o que vai ser de nós” (R. R., 54 anos, Sede do município).

Como observado acima, a criação de mais uma reserva pode na concepção dessa liderança causar problemas e transtornos referentes aos usuários e as regras que serão estabelecidas ao Campo da Mangaba.

Apesar de existirem conflitos a maioria dos entrevistados afirmou ser favorável a proposta de criação da RDS Campo das Mangabas, pois acreditam que seja uma maneira, de preservar o campo e o modo de sobreviverem.

Explicaram que essa área é muito cobiçada, sendo necessária uma fiscalização que proteja o local da degradação ambiental e das invasões e utilização desordenada de produtos como mangaba, bacuri, controle da exploração e retirada de seixo e areia e coibir as queimadas anuais.

Na perspectiva desses atores, com a RDS haverá fiscalização, controle na utilização dos recursos naturais, através das regras de uso, além de que existe a expectativa por parte dos moradores de futuramente acessarem benefícios e projetos advindos da UC e que venham trazer melhorias para as comunidades.

5.5 CENÁRIO DAS MOBILIZAÇÕES: AÇÕES E ENTRAVES

Nesta seção, buscar-se-á traçar um quadro das mobilizações de acordo com o entendimento atribuído por Melucci (1996, p. 289) que a compreende como “[...] o processo

pelo qual um ator coletivo reúne e organiza os seus recursos para a promoção de um objetivo comum contra a resistência de grupos contrários a esse objetivo”²⁹.

No sentido de demonstrar através dos depoimentos coletados a trajetória das movimentações que permeiam a proposta de criação de uma unidade de conservação na categoria RDS.

Dessa forma, reconstruir as iniciativas das mobilizações desde 2007 no município de Maracanã Estado do Pará, como uma ação que está intrinsecamente ligada à busca pela igualdade de direitos e valorização da cidadania, através de lutas que emergem em forma de ações empreendidas por atores coletivos para alcançarem um objetivo comum: a criação da RDS Campo das Mangabas.

Nas comunidades onde foi realizada a pesquisa, o extrativismo de frutos é um importante componente alimentício que também agrega valor econômico o que vem trazer um acréscimo à renda das famílias que sobrevivem basicamente da agricultura familiar, pesca e do extrativismo vegetal que ocorre no ecossistema denominado campo da mangaba.

O Campo da Mangaba ao longo dos anos vem sofrendo agressões que colocam em risco sua sustentabilidade.

Através de depoimentos dos moradores foi possível elencar os principais motivos, anteriormente destacados nesse trabalho, que levaram os atores sociais da área a buscarem meios para coibir e controlar a utilização indevida do campo, uma vez que, o mesmo vem sendo paulatinamente alterado. Esse contexto permeia as ações coletivas que levaram a proposta de criar essa unidade de conservação.

Barbosa (2011) enfatiza que o Campo da Mangaba, em meados dos anos de 1950 foi utilizado basicamente para a prática extrativista.

Essa realidade foi alterada consideravelmente a partir da década de 1980, com as consequências de ações que resultaram em conflitos, principalmente pela posse da terra e uso dos recursos naturais.

Esses conflitos foram citados também nos trabalhos de Schmitz et al. (2011), Barbosa (2011) e Fernandes (2011).

Desse panorama de ameaças ao equilíbrio do ecossistema e da forma peculiar de sobrevivência das comunidades do Campo da Mangaba emergiram as ações em prol da criação da referida unidade de conservação objeto desse estudo.

²⁹ Tradução segundo Schmitz (2014).

Para corroborar com a compreensão das movimentações em torno da referida proposta, foi feita uma divisão teórica em dois momentos correlacionados entre si, no que tange as mobilizações: ações e entraves.

5.5.1 Ações

As ações de mobilização pela criação da RDS Campo das Mangabas começaram formalmente em 2007, através de uma solicitação encaminhada por representantes da CPT e APEAGA para o IBAMA com o objetivo de pedir esclarecimentos sobre a localização do Campo da Mangaba em relação a REM Maracanã.

A partir desse momento seguiram-se várias ações coletivas sobre a proposta, vejamos o quadro das ações desenvolvidas nesses oito anos de tramites para a criação dessa unidade de conservação.

Quadro 7- Principais ações relacionadas a proposta de criação da RDS Campo das Mangabas.

Local/período	Evento	Tema	Atores
Aricuru 2007	Solicitação encaminhada ao IBAMA	Esclarecimento sobre a localização do Campo da Mangaba em relação REM Maracanã	Representantes da CPT e APEAGA
Espírito Santo 2008	Encontro	Projeto de reflorestamento, levantamento da situação agrária e ecológica do Campo da Mangaba	Representantes da CPT e APEAGA e moradores das comunidades do Campo da Mangaba
Espírito Santo 2010	Reuniões	Esclarecimentos sobre o campo - é do Estado, todos podem utilizar, não pode ser vendido. Pode morar sem se fazer de dono	Representantes da CPT e APEAGA e moradores das comunidades do Campo da Mangaba
Martins Pinheiro 2012	Reunião	Sensibilização sobre a RDS. Explicação sobre esse tipo de UC	Comunidades, irmãs (CPT), APEAGA
Aricuru 2012	Reunião	Conscientização e RDS	Comunidades, irmãs (CPT), APEAGA, CPP
Comunidades/ 2007 a 2013	Outros encontros e reuniões, que os informantes não lembraram o ano exato de realização	Os temas mais recorrentes foram sobre os problemas ambientais e sensibilização sobre a proposta de criação da RDS	Comunidades, irmãs (CPT), APEAGA, com apoio do CPP e STTR

Sede do Município 2010	Consulta Pública	Apresentação dos estudos técnicos que embasaram a proposta de criação da RDS, debates, esclarecimentos e votação da proposta	SEMA-PA, organizações, lideranças locais e moradores das comunidades do Campo da Mangaba
-------------------------------	------------------	--	--

Fonte: Sandolene Ramos Pinto, pesquisa de campo realizada em 2014 e 2015. Elaborado pela autora.

Essas ações foram momentos vivenciados coletivamente, nas quais participaram representantes de organizações, moradores e das comunidades da área proposta para ser a unidade de conservação. Nessas reuniões e encontros as pessoas tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre a proposta de criação da RDS.

Segundo os informantes essas reuniões e encontros objetivavam mostrar para os moradores que esse tipo de unidade de conservação poderia auxiliá-los na proteção dos recursos naturais presentes na área e esclarecer que as pessoas não precisariam deixar suas casas, como alguns propagavam.

Considerando o quadro acima, constatou-se que a mobilização de que trata esse trabalho surgiu através da iniciativa comunitária, principalmente das comunidades de Aricuru e Espírito Santo com o objetivo proteger o Campo da Mangaba das agressões ambientais e ao mesmo tempo garantir o modo de vida tradicional das populações que vivem dentro e no entorno do Campo da Mangaba.

Iniciativas das comunidades são encontradas em outros processos de criação de unidades de conservação, cita-se como exemplo, o caso REM Bragantina³⁰.

[...] para atender os anseios das populações locais que evidenciavam a preocupação em garantir seus modos de vida e de produção, bem como a proteção de seus territórios. [...] Como havia um clamor vindo da zona bragantina, houve então um somar de perspectivas e, após as reivindicações verbais por parte dos moradores bragantinos, passou-se a compor os trâmites burocráticos para conceber a criação desta UC. Na participação e no diálogo entre as lideranças locais e o CNPT na época, as etapas necessárias para a criação da reserva foram se definindo e o processo sendo construído [...] (PERES, 2011, p. 232).

Segundo Peres (2011) as reivindicações e iniciativas da população local surgiram movidas pela preocupação em relação a proteção do território.

³⁰Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará foi criada pelo Decreto de 20 de maio de 2005, com uma área que abrange aproximadamente quarenta e dois mil, sessenta e oito hectares e oitenta e seis centiares (BRASIL, 2005).

Há registros também de mobilização social das comunidades locais no processo de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira³¹, Estado do Amazonas.

A “demanda de criação da RDS partiu da comunidade do Lago Preto no município de Novo Aripuanã” (ANDRADE, 2011, p.21).

Os moradores foram incentivados a por um pesquisador de Manaus no sentido de se organizarem reserva como forma de conservar seus recursos. Preocupados com a diminuição dos peixes no lago, devido à intensa atividade de pesca comercial, os ribeirinhos escreveram uma carta que chegou às mãos das já extintas Secretaria Executiva Adjunta de Projetos Especiais (Seap) e da Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo (Seae) do governo do estado em setembro de 2005 (ANDRADE, 2011, p. 21).

Na área de realização desse estudo, observou-se a preocupação dos entrevistados em relação ao livre acesso aos recursos naturais combinados com agressões ambientais que tem aumentado nos últimos anos o quadro de degradação na área. Esses foram os motivos que levaram essa população a propor a criação de uma UC no Campo da Mangaba.

Esse tipo de situação foi preconizada na obra “tragédia dos comuns” de Garret Hardin (2002) ao relacionar o aumento populacional com o decréscimo na produção de alimentos, nesse caso, a solução seria privatizar ou estatizar, para conter uso intensivo dos recursos de uso comum, que segundo esse autor seriam bens comuns de livre acesso, que não tem definidos os direitos de propriedade.

Na realidade aqui estudada, os recursos naturais do Campo da Mangaba têm sobrevivido ao longo dos anos. Relatos confirmaram a existência de ações coletivas voltadas para manutenção das remanescentes de mangabeiras.

Essa noção de uso nos reportou a concepção de Feeny et al. (2001) que contrapôs-se a teoria Hardin (2002) por considerá-la incompleta ao afirmar a inevitável tragédia, com o “livre acesso, ausência de restrições aos comportamentos individuais, condições pelas quais demandas excedem ofertas e sobre usuários de recursos incapazes de alterar as regras” (FEENY et al., 2001, p. 31).

Os autores argumentaram que as teorias sobre bens comuns precisam levar em consideração experiências de manejo de recursos naturais com características sustentáveis, praticadas através da “auto-organização dos usuários ou sua ausência”, para explicar em que condições poderão ocorrer manejos sustentáveis de recursos e não apenas prever seu desaparecimento (FEENY et al., 2001, p. 34).

³¹Criada pelo Decreto 26.009 de 03 de julho de 2006, no Estado do Amazonas, municípios de Novo Aripuanã e Manicoré, com área de 283. 117,00 ha.

Os interlocutores ressaltaram que a criação da unidade de conservação será mais um reforço para manter o campo vivo, uma vez que, segundo eles a reserva vai trazer fiscalização e controle no uso dos recursos, o que combinado com iniciativas dos grupos de moradores das comunidades trará sustentabilidade para a área.

Pois segundo eles só a conscientização não resolve o problema dos diferentes interesses existentes na área que são as causa dos conflitos relacionados aos usos dos recursos naturais: “não conseguimos que todos usem da forma que deve ser, para que a gente tenha por mais tempo a mangaba e o bacuri” (S. F., 42 anos, liderança da Comunidade de Aricuru).

As mobilizações ocorreram em momentos pontuais através de solicitações, encontros, reuniões e consulta pública.

Confirmamos durante os levantamentos de campo que as representantes da CPT no município de Maracanã desempenharam importante papel de articuladoras e motivadoras, primeiro nas ações coletivas pela conservação do Campo da Mangaba e depois através da atuação junto às comunidades na mobilização pela proposta de criação da RDS. A atuação dessas representantes foi apoiada pela APEAGA, CPP e STTR.

As reuniões e encontros foram realizados nas comunidades que fazem parte da área delimitada para ser a RDS, o período foi de 2007 a 2013.

Não foi relatado pelos entrevistados reuniões com a temática sobre RDS após a realização da Consulta pública, o que demonstra que as mobilizações aparentemente estão pausadas, fato esse que implica diretamente na efetivação da proposta, pois a organização das comunidades locais é uma estratégia importante para impulsionar os passos que faltam para a implantação da unidade de conservação.

O segundo ponto proposto para ser tratado nesse item refere-se aos entraves enfrentados pelos comunitários e organizações presentes nas dez comunidades que estão dentro da área que abrangerá a RDS.

5.5.2 Entraves

De acordo com os pontos explicitados anteriormente, as reuniões, encontros e consulta pública foram realizados, mas na prática segundo informações colhidas nas comunidades e na sede do município, essas ações não atingiram de maneira eficaz no quesito entendimento do que é uma RDS e os motivos de tal proposta.

Constatou-se a existência de dificuldades de compreensão dessa proposta, o que traz como consequência o desinteresse por uma parte da população em participar do processo.

Esse desinteresse ocorre em decorrência do desconhecimento ou da dificuldade no entendimento do assunto, que por sua vez afasta uma parcela dos comunitários e enfraquece as mobilizações, considerando que a participação é um fator importante para o fortalecimento da proposta:

“Os extrativistas não tem muito conhecimento sobre o que é uma RDS, ai se desinteressam” (V. F., 43 anos, Comunidade Aricuru).

“Não tenho conhecimento sobre esse assunto” (A. P., 54 anos, Comunidade Passagem).

“Eu não ouvi falar sobre isso aqui, não sei lhe dizer o que é assunto” (J. P., 63 anos, Comunidade Passagem).

“Não sei, nunca ouvi falar disso aqui” (I. N., 84 anos, Comunidade Vista Alegre).

“Não sei sobre isso” (M. C., 49 anos, Comunidade Vista Alegre).

“Eu não entendo desse assunto” (S. S., 87 anos, Comunidade Espírito Santo).

“Ouvir falar, mas não entendo bem sobre isso” (C. S., 87 anos, Comunidade Espírito Santo).

As falas também expressaram a existência de conflitos relacionados à proposta nas comunidades, ou seja, às mobilizações em prol da RDS e que essa proposta não é uma aspiração geral das pessoas que residem na área, pois há uma preocupação em relação ao futuro quanto às regras: “Tem gente que fala que não vai ser mais permitido tirar areia pelos nativos, árvores e frutos e que nossa situação vai ficar muito difícil com isso” (J. C., 42 anos, Comunidade Aricuru).

Outros atores sociais reportaram-se a esses fatos tendo como espelho a criação da REM de Maracanã e as regras que foram implementadas após a criação da mesma em 2002.

Nos depoimentos foram observados vários motivos que na opinião dos interlocutores causam algum tipo de entrave no processo de criação da referida UC. Vejamos as principais respostas dos entrevistados sobre essa questão:

Pesquisadora: em sua opinião há algum tipo de entrave ou dificuldade à criação da RDS?

“A nível de comunidade é a participação dos usuários” (E. M., 23 anos, Comunidade Campo Alegre).

“A dificuldade maior é a povoação das comunidades, principalmente dentro do campo, quem vêm com algum interesse, ai precisa fazer outro trabalho de conscientização” (E. S., 49 anos, Comunidade Martins Pinheiro).

“Os que não apoiam é pelo motivo de ainda não está bem claro o que é uma RDS,

principalmente os que não participam, não estão bem informados” (S. F., 42 anos, liderança da Comunidade Aricuru).

“Interesse de alguns poucos, são as mesmas pessoas, ainda não tem uma sensibilização do povo para essa questão” (A. T., 53 anos, liderança do STTR, Sede do Município de Maracanã)

“Falta interesse tanto do executivo, legislativo e sociedade. O povo e os governantes tem que se mobilizar pra correr atrás” (R. T., 52 anos, Sede do Município de Maracanã).

A questão da participação dos moradores dessas áreas é citada em outros processos de criação de UCs, como o exposto por Costa (2014, p. 127) ao analisar a participação e o entendimento sobre o processo de criação da REM de Tracuateua³².

O autor enfatizou “[...] que as reuniões realmente ocorreram, mas o grau de entendimento e de participação dessas pessoas é questionável” (COSTA, 2014, p. 127).

Ainda sobre a mesma questão aparece nos discursos a preocupação em relação ao tempo decorrido (oito anos) desde o início do processo de criação até os dias atuais, sendo que a consulta pública ocorreu a mais de dois anos e ainda não foi decretada a criação da RDS. Abaixo, encontra-se o demonstrativo dessas opiniões:

“Acredito que a demora ocorre devido vários processos para tomar decisão, tenho a certeza que já tem meio caminho andado” (E. M., 23 anos, Comunidade Campo Alegre).

“Eu não sei se é falta de interesse do governo ou é por interesse de outras pessoas” (J. L., 64 anos, Comunidade Campo Alegre).

“Tudo conseguimos com um pouco de demora. Nesse caso, acho que há algum problema, como nossos representantes. Falta alguém com mais poder para movimentar e fazer acontecer” (M. T., 67 anos, Comunidade Martins Pinheiro).

“Falta mais empenho de nossos representantes” (R. S., 66 anos, Comunidade Martins Pinheiro).

“Acho que possa existir algum problema lá, tempo pra continuar demanda, das pessoas responsáveis” (A. N., 57 anos, Comunidade Nova Brasília).

“Acho que é normal demorar. Precisa analisar documentação, o processo” (L. A., 30 anos, Comunidade Nova Brasília).

“Eu acho que é o interesse das pessoas lá de dentro, que vem aqui, faz levantamento do nosso trabalho talvez lá o processo esteja engavetado” (M. M., 40 anos, Comunidade Beira Mar).

“Não é normal levar tanto tempo, deve haver algum entrave ou dificuldade, mas não sei o que exatamente” (B. D., 48 anos, Comunidade Espírito Santo).

“Acho que há algum problema, não deve demorar tanto assim” (L.C., 45 anos,

³²A Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua é uma unidade de conservação federal do Brasil categorizada como reserva extrativista e criada por Decreto Presidencial em 20 de maio de 2005.

Comunidade Espírito Santo).

“Acho que em oito anos já é tempo suficiente, acho que tem alguma coisa amarrando, falaram que só faltava à assinatura do governador” (M. C., 51 anos, liderança da Comunidade Aricuru).

“Acho que demora mesmo, às vezes as pessoas pensam que é fácil, mas não” (C. M., 45 anos, Comunidade São Tomé).

“Eu acho assim que pelo tempo da criação é isso mesmo, talvez pela mudança de governo, por que já foi iniciado e tem pessoas querendo ser gestor e deve tá se virando lá, pra sai esse documento de criação” (T. S., 61 anos, Comunidade São Tomé).

Essas opiniões divergem em vários aspectos, alguns chamaram atenção para a burocracia na criação das unidades de conservação, enquanto outros consideraram que seja normal a demora nesse tipo de processo.

O enfraquecimento nas mobilizações aliado ao desinteresse e empenho dos poderes executivo, legislativo e de uma parte das pessoas que residem nas comunidades que estão dentro dos limites da UC em questão, também aparecem como possíveis entraves para a efetivação da proposta.

6 CONSIDERAÇÕES

Os resultados evidenciaram diferentes posicionamentos e percepções sobre a proteção dos recursos naturais, com ênfase para as mobilizações em torno da proposta de criação de uma unidade de conservação, na categoria Reserva de Desenvolvimento sustentável (RDS) no Campo da Mangaba, ocorridas no período compreendido entre 2007 até o final dessa pesquisa (novembro de 2015).

A demanda pela proteção do Campo da Mangaba foi uma importante iniciativa dos moradores das comunidades, principalmente Aricuru e Espírito Santo, com destaque para as ações coletivas (OLSON, 1998; TILLY, 1981).

A primeira com a organização de mutirões de manejo das mangabeiras, através do preparo de mudas e plantio no campo, a outra foi com a proposta de criação de uma RDS para tentar proteger essa área das agressões que ocorrem ao longo dos anos e que conseqüentemente, ameaçam tanto a biodiversidade local, com a diminuição dos recursos naturais, como também coloca em risco a sobrevivência das populações tradicionais que ali habitam.

Essas ações foram motivadas pela importância daquele ecossistema para a população local devido aos seguintes fatores: atividade extrativista que contribui com a manutenção das famílias na época da safra; preocupação com as agressões ambientais, como as queimadas anuais; ocupação desordenada; ameaças de expropriação; entre outros que foram especificados no decorrer desse trabalho.

As iniciativas das comunidades locais aliadas as políticas de proteção ambiental com o modelo de criação de unidades de conservação como uma possibilidade de frear, controlar ou equilibrar a relação homem natureza, através da Lei nº 9.985/2000 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza no Brasil, foram cruciais para que fosse iniciado os tramites no processo de criação da referida unidade de conservação, sob a jurisdição do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-PA).

A partir desse pressuposto buscou-se analisar as mobilizações e conflitos em torno do processo de criação da RDS Campo das Mangabas, através dos depoimentos de moradores, usuários internos e externos e organizações no intuito de conhecer seus posicionamentos em relação à temática.

Dos grandes temas elencados para serem analisados à luz das visões dos atores sociais envolvidos nessa pesquisa e com o aporte teórico selecionado, foi possível chegar às conclusões apresentadas a seguir.

A primeira constatação demonstrou que as mobilizações que propiciaram o início do processo de criação da Reserva de Desenvolvimento sustentável Campo das Mangabas partiram de duas comunidades Aricuru e Espírito Santo no ano de 2007, através de uma solicitação para saber sobre a localização do campo em relação a Reserva Extrativista Marinha (REM) de Maracanã.

Essas comunidades buscavam saber a quem poderiam recorrer para buscar ajuda no sentido de proteger os recursos naturais e evitar os conflitos na área decorrentes da expropriação, impedimentos de acesso dos moradores ao Campo da Mangaba e devastação da área.

Uma segunda constatação que emergiu dos depoimentos analisados foi em relação às estratégias de mobilização organizadas pelos atores envolvidos, entre eles moradores da área e organizações. Nesse sentido, ocorreram reuniões e encontros nas comunidades com o objetivo de debater e tentar compreender a proposta. Esses momentos foram propiciados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação de Pescadores e Agricultores da Comunidade de Aricuru (APEAGA) com apoio do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

Como preparação para a consulta pública a SEMA-PA também promoveu momentos de interação com os moradores da área.

Constatou-se um ponto em comum, tanto nas reuniões e encontros promovidos pelas próprias comunidades como as organizadas pela SEMA-PA, que foi a questão da participação dos próprios moradores da área, no sentido utilizado por Olson (1998) que preconizou as dificuldades para organizar ações coletivas em grupos maiores e ainda, enfatizou que os indivíduos analisam racionalmente a possibilidade de participarem ou não de grupos, considerando os objetivos ou benefícios coletivos que poderão alcançar e como os mesmos poderão transforma-se em conveniência pessoal.

Um terceiro ponto observado nessa realidade foi que, mesmo entre os participantes das mobilizações existe uma dificuldade de compreensão dos conteúdos trabalhados durante os eventos de sensibilização sobre a proposta de criar uma RDS, principalmente quando intermediadas por pessoas de fora das comunidades, como funcionários da SEMA-PA.

Uma quarta constatação evidenciou de maneira geral a existência de três tipos de posturas em relação ao processo de criação da RDS: os que são favoráveis, os que demonstraram ser contra e aqueles que não opinaram ou disseram desconhecer a proposta, os motivos dessas diferentes posturas foram detalhadas em uma seção desse trabalho.

Uma quinta verificação emergiu das posturas diferenciadas sobre o tema em questão e estão dentro do contexto dos conflitos no sentido atribuído por Simmel (1983), são divergências geradas por desconhecimento, dificuldades de compreensão, ou ainda diferentes interesses que estão em jogo e a participação em relação às mobilizações pela criação da RDS.

Dessas posturas, opiniões e interesses diferenciados sobre a proposta de criação da RDS, emergiram conflitos entre os moradores das comunidades do Campo da Mangaba e entre organizações do município, umas atuando em prol da proposta através das mobilizações e outras em posições contrárias ou se abstendo de participar no processo como forma de demonstrar desinteresse e indiferença pela causa.

Considerando que os objetivos da Unidade de Conservação em questão vêm de encontro aos interesses das organizações que trabalham voltadas para questões relacionadas ao ecossistema marinho. Ressalta-se que, nos dois tipos de conflitos não houve histórico de confronto aberto, as disputas ficaram nos discursos e no poder de influência de cada uma.

Entre os 40 entrevistados (36 moradores das comunidades e quatro moradores da sede do município) a maioria é favorável à criação da Unidade de Conservação, por motivos como: proteção e utilização dos recursos de uso comum da área, voltados para a sustentabilidade, na tentativa de assim evitar a “tragédia dos comuns”.

Segundo Hardin (2002) supostamente seria quase impossível existir uma ação coletiva, por um espaço de tempo mais longo, devido a ocorrência dos interesses individuais em relação ao uso racional dos recursos naturais, resultando na utilização excessiva do pasto e consequentemente provocando degradação do recurso pelo aumento de animais que fazem uso dele.

Nas mobilizações em busca da proteção dos recursos naturais do Campo da Mangaba, corroborado com a preocupação em manter práticas tradicionais repassadas ao longo de gerações, como é o caso do extrativismo da mangaba, foi verificada também a existência de entraves em relação à proposta, sendo esse o sexto ponto resultante dessa análise.

Nessa perspectiva, foram verificados que importantes iniciativas e tramites já ocorreram de 2007 até os dias atuais, em relação ao processo em curso.

No entanto, desde setembro de 2013, período de realização da consulta pública, na qual foi aprovada pela população a criação da unidade de conservação, o processo estagnou, apesar de já estar quase na fase final, já que, passou por várias fases: dos estudos técnicos à consulta popular e atualmente esta segundo informações aguardando ser decretada com a assinatura do governador do Estado.

Urge que os atores locais retomem suas estratégias de mobilizações, com vista a organizarem novamente ações coletivas para impulsionar a decretação da referida reserva.

As iniciativas ocorridas nas comunidades do Campo da Mangaba foram de suma importância para a proposta chegar a atual fase, mesmo que essas iniciativas não sejam anseios de todos os moradores, os avanços da proposta são visíveis, mas é necessário e urgente finalizar essa fase com a decretação da RDS e partir para as fases seguintes.

O cenário até o momento de fechamento da pesquisa é de espera pela população que aguarda que seja finalmente criada oficialmente a Reserva de desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas.

Na perspectiva de que com sua criação haja mais preocupação tanto em relação à proteção ambiental, quanto com as comunidades que habitam o campo, em relação às necessidades listadas pelos interlocutores desse estudo, entre elas melhorias nas condições de vida, envolvendo: questões ambientais, educacionais, segurança e outras necessidades que essa população sente em seu dia a dia.

Com a criação dessa unidade de conservação, existe a possibilidade de garantir o futuro não só dos recursos naturais, através do plano de manejo, que estabelece zoneamento, normas e regras que deverão orientar o uso e manejo sustentável dos recursos naturais da área, mas também assegurar práticas que fazem parte da cultura e perpetuam conhecimentos tradicionais e a prática extrativista desses povos.

Em última análise, as ações coletivas de gestão e manejo das mangabeiras e a mobilização pela proposta de criação da RDS Campo das Mangabas, demonstram empiricamente que mesmo com as limitações tratadas por Olson na lógica da Ação Coletiva (1998) e Hardin (2001), existe a possibilidade de haver um esforço conjunto em certas situações como é o caso das mobilizações objeto desse estudo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. In: PORRO, R. **Alternativa Agroflorestal na Amazônia em Transformação**. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. 2009, p 65 - 122.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço de debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, p.49-86, 2009.
- ANDRADE, R. A. **Organização Social na Amazônia: uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira (novo Aripuanã e Manicoré/AM)**. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil; 2011. 93 p.
- ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Rev. Economia aplicada**, Ribeirão Preto, vol.10, n. 1, Jan/Mar.2006.
- BARBOSA, J. E; SCHMITZ, H. Populações e Território: Reservas Extrativistas (RESEX'S) como instrumento de gestão e inclusão social - o caso da Reserva Extrativista Marinha (REM) de Maracanã, Pará. In: **VIII Congresso Latino americano de Sociologia Rural**. Porto de Galinhas, 2010.
- BARBOSA, J. E. **Gestão coletiva de bens comuns: regimes de propriedade e conflitos na Reserva Extrativista Marinha de Maracanã**. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém, PA, 2011.
- BEAUD, S; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Trad. de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução: Maria Luiza Borges. Revisão técnica de Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Disponível em: <<https://comunicacao.files.wordpress.com/2010/10/becker-howard-outsiders-estudos>>. Acesso em: 15 set. 2015.
- BENATTI, J. H. Propriedade comum na Amazônia: Acesso e uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais. In: SAUER, S; ALMEIDA, W (org.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 2011, p. 93-113.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 20 de ago. 2015.
- BRASIL. **Decreto de 20 de maio de 2005**. Cria a Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Município de Tracuateua, no Estado do Pará. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10534.htm>. Acesso em: 8 ago 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 fev. 2007b. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em: 28 abr. 2015.

BRASIL. **Decreto s/n, de 13 de dezembro de 2002**. Cria a Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, no Município de Maracanã, no Estado do Pará. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/Dnn9776.htm>. Acesso em: 3 set. 2014.

BRASIL. Decreto s/n, de 5 de junho de 2008. Cria a Reserva Extrativista Rio Xingu, no Município de Altamira, Estado do Pará. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11614.htm>. Acesso em: 3 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República (Casa Civil). **Resolução Nº 013 de 06 de dezembro de 1990 do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA**. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2015).

BRASIL. Poder Executivo. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA -. **Resolução n.º 428 de 17 de dezembro de 2010**. Disponível em: <<http://is.gd/0pkTDL>>. Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL. **Decreto Estadual nº 12.836 de 09 de março de 1990**. Cria a Estação Ecológica Mamirauá, no Estado do Amazonas. Disponível em: <<http://www.ipaam.br>>. Acesso em: 3 nov. 2015

BRASIL. **Decreto Estadual nº 26.009 de 03 de julho de 2006**. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira, no Estado do Amazonas. Disponível em: <<http://www.ipaam.br>>. Acesso em: 3 de nov. 2015.

BRITO, D. M. C. **Conflitos socioambientais na gestão de Unidade de Conservação: o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP**. 2010. 375 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2010.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMANN, L.; SANTOS, T. S. dos. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A; PINTO, C. R. J. B. **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

BUCCI, T. M. **Implementação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau-BA: relações de atores e processos de mudanças**. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2009.

CASTRO, R. R. A. **Comunidades tradicionais e unidades de conservação no Pará: A influência da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu - Terra do Meio, nos modos de vida das famílias locais**. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém, 2013.

CHAYANOV, Al. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J. STOLKE, V. **A Questão Agrária**. Tradução de Edgar Afonso Malagodi; Sandra Brizollac, José Bonifácio Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p.133-163.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília: MMA, 2000. (Série Biodiversidade nº. 1) Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/chm/doc/cdbport.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

COSTA, A. L. S. da. **Efetividade de gestão da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu: desafios de consolidação de uma unidade de conservação na região da Terra do Meio, estado do Pará**. 2013. 201 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2013.

COSTA, J. N. **As novas regras do jogo para acesso aos recursos naturais da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará**. 2014. 315 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.

CPP NORTE. **Histórico**. Disponível em: <<https://cppnorte.wordpress.com>>. Acesso em: 29 out. 2015.

CPT. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>>. Acesso em: 27 out. 2015.

CUNHA, M. C. da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista da USP**, São Paulo, n. 75, p.76-84, set./nov. 2007.

D'INCAO, M. A.; COTTA JÚNIOR. H. Transformação e permanência no espaço feminino na agricultura familiar. In: D'INCAO, ALVARES, SANTOS. **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém GEP/CFCH/UFPA, 2001. p. 208.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2001.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A.C.C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001, p. 97-124.

FEENY, D. ; BERKES, F.; McCAY, B. J.; ACHESON, J. M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP, 2001.

FERNANDES, T. **É sempre bom ter o nosso dinheirinho: sobre a mulher e o extrativismo da mangaba**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém, PA, 2011.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARDIN, Garrett. La tragedia de los bienes comunes. In: SMITH, R.C.; PINEDO, D. **El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonia**. Lima: IEP: Instituto del Bien Común, 2002, p.33-48. (Estudios de la Sociedad Rural, 21).

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?** Estud. av. [online]. 2012, vol. 26, n. 74, p. 167-186. ISSN 0103-4014. <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103>.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia**. Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1990.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e possibilidade. In: CLÜSENER-GODT, M; SACHS, I. (Ed). 1994. **Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas sobre o desenvolvimento regional**. Compêndio MAB 18-UNESCO, Paris.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: 28 mai. 2014.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122.

MACEDO, H. S. **Processos participativos na gestão de áreas protegidas: estudos de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona costeira do sul do Brasil**. 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

MANN, P. H. Etapas básicas da investigação sociológica. In: Métodos de investigação sociológica. 2. Ed. Tradução: Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARTINS, José de Souza. **FRONTEIRA - A degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. SÃO PAULO: Contexto, 2009. V. 1. 190 p.

MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 441p.

MCKEAN, M. A.; OSTROM, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C.C. (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p.79-95. <Original: 1990>

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. Ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MILANO, M. Unidades de conservação – técnica, lei e ética para conservação da biodiversidade. In: BENJAMIN, A. (org.) **Direito Ambiental das áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Abrasco: São Paulo; Rio de Janeiro, 1996.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MOTA, D. M., SILVA JÚNIOR, J. F., SCHMITZ, H., RODRIGUES, R. F. A. **A Mangabeira. As Catadoras. O Extrativismo**. Belém: Embrapa, 2011.

MOTA, D. M. Tessituras metodológicas. In: **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais: os trabalhadores da fruticultura do platô de Neópolis**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005, cap. 1.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. O Extrativismo em tempos de globalização no nordeste brasileiro. In: **Sociedade Brasileira de Sociologia**, 13. Recife. Anais. Recife: SBS, 2007.

MOTA, D. M.; PEREIRA, E. O. Extrativismo em Sergipe: a vulnerabilidade de um modo de vida? **Raízes**. Vol. 27, nº 1, jan. – jun./2008.

MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; SCHMITZ, H.; BRITO, J. V. S. As senhoras da mangaba. In: MOTA, D. M., SILVA JÚNIOR, J. F., SCHMITZ, H., RODRIGUES, R. F. A. **A Mangabeira. As Catadoras. O Extrativismo**. Belém: Embrapa, 2011. p. 105-137.

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na Sociedade Moderna: uma Introdução Conceitual. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 85 - 106. 2001.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp: Paralelo 15, 2000.

OLSON, Mancur. A lógica da acção colectiva: bens públicos e teoria dos grupos. Trad. M.D.C. Guerreiro; M.L. Faria. Rev.Téc. P.T. Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1998. 168p. <Original:1965>.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SEMA-PA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Estudo técnico para criação de unidades de conservação na categoria RDS “Campo das Mangabas” no Município de Maracanã/PA**. Benjamin Carlos Ferreira... [et al.]. – Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2013. 118 p.

SEMA-PA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Relatório da Consulta Pública para a Criação de Unidade de Conservação da Natureza do Grupo de Uso Sustentável Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas**. Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2013. 31 p.

SEMA-PA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **O que é a SEMA**. Disponível em: <<http://www.semas.pa.gov.br/institucional/o-que-e-a-sema/>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

PERES, A. da C. **Estudo antropológico de uma comunidade de abrangência da reserva extrativista Marinha de Caeté Taperaçu (Bragança-Pará-Brasil)**. 2011. 301 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2011.

QUEIROZ, H. L. **A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá**. Estudos avançados. 19 (54). 2005.

SABOURIN, Eric. A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. In: **Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 1, Niterói. Anais. Niterói: UFF, Rede de Estudos Rurais, 2006. CD.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F.; RODRIGUES, R. F. A; BATISTA, N. J.; PEREIRA, E. O. Conflitos e movimento social: ameaças e reações das catadoras de mangaba. In: MOTA, D. M., SILVA JÚNIOR, J. F., SCHMITZ, H., RODRIGUES, R. F. A. **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 251-290.

SCHMITZ, H. **Material didático da disciplina "Ação coletiva no espaço rural"**. Belém: MAFDS/UFPA, 2014.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

SILVA JÚNIOR, J. F.; MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; BRITO, J. V. S. Saberes e práticas: tradição ameaçada. In: SILVA JÚNIOR, J. F., SCHMITZ, H., RODRIGUES, R. F. A. **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011, p. 251-290.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: SIMMEL, G. **Sociologia**. (Org. Evaristo de Moraes Filho). São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, T. F. **A última peça do mosaico das unidades de conservação da terra do meio – Pará - Brasil: o processo de criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu**. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém, PA, 2009.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, C. Introduction. In: TILLY, L. A.; TILLY, C. (eds.). **Class conflict and collective action.** London: Sage Publishers, 1981. p. 13-25.

ANEXOS

ANEXO A – Edital convocação consulta pública criação da RDS Campo das Mangabas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA no uso de suas atribuições, e considerando o disposto na Lei nº 5.887, de 9 de maio de 1995, que trata da Política Estadual do Meio Ambiente e o artigo 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, onde no § 2º determina que “A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento”.

PELO PRESENTE EDITAL, CONVOCA: Toda a sociedade civil do Município de Maracanã a comparecer no dia **26 de setembro de 2013 (quinta-feira)** no endereço abaixo descrito, a fim de participar da **Consulta Pública** para a criação de uma Unidade de Conservação Estadual de Uso Sustentável – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas.

Data: 26 de setembro de 2013

Local: Salão do Centro Cultural

Endereço: Praça São Miguel, Bairro: Centro, Município de Maracanã/PA

Os estudos técnicos que compõem a peça encontram-se à disposição dos interessados para consulta na biblioteca desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) sito à Travessa Lomas Valentinas, 2717 – Marco – Belém/PA, www.sema.pa.gov.br; na biblioteca da Diretoria de Áreas Protegidas (DIAP) sito à Av. João Paulo II, s/n, Curió Utinga – Belém/PA; Prefeitura Municipal de Maracanã, sito à Av. Magalhães Barata s/nº, Bairro Centro– Maracanã-PA.

Belém, 23 de agosto de 2013.

JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES
Secretário de Estado de Meio Ambiente - SEMA

ANEXO B – Folder da convocação consulta pública criação da RDS Campo das Mangabas .

A Consulta Pública é precedida de estudos técnicos que permitem identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados da UC. Com exceção das Reservas Biológicas e das Estações Ecológicas, é uma exigência legal, (Decreto Nº 4340/2002, Lei Nº 9.985/2000).

É através da consulta que as populações locais, representantes municipais, organizações da sociedade civil, pesquisadores, etc., são informados e podem opinar sobre as propostas de criação da UC.

A Consulta Pública deve ser realizada pelo órgão legal competente, obedecendo os princípios básicos como a participação, impessoalidade, interesse público, motivação e divulgação.





Simão Robison Oliveira Jatene
GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
Helenilson Cunha Pontes
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
José Alberto da Silva Colares
SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Crisomar Lobato
DIRETOR DE ÁREAS PROTEGIDAS

Jocilete Ribeiro
COORDENADORA DE ECOSISTEMAS
Benjamin Ferreira
GERENTE DE PROTEÇÃO DO MEIO FÍSICO
Ernildo Serafim
GERENTE DE PROTEÇÃO DO MEIO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL
Nívia Pereira
GERENTE DE PROTEÇÃO À FAUNA
Maria Bentes
GERENTE DE PROTEÇÃO À FLORA
Marcelo Gadelha
GERENTE DE GEOPROCESSAMENTO E CARTOGRAFIA

EQUIPE TÉCNICA
Anderson do Carmo
ARQUITETO E URBANISTA
Elineuza Faria
ENG.º AGRONOMA
Andréia Costa
TURISMOLOGA
Luciana Souza
BIOLOGA
Fábio Batista
ENG.º FLORESTAL
Fábio Cardoso
OCEANOGRÁFO
Mauro Ferreira
TÉC. EM EDIFICAÇÕES
Raimundo Raiol
TÉC. AGRÍCOLA
Bernardete Freitas
AUX. OPERACIONAL
Benedito Vilhena
AUX. TÉCNICO

Secretaria de Estado de Meio Ambiente  GOVERNO DO PARÁ

CONSULTA PÚBLICA



Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas

26 de setembro de 2013
de 9 às 13h
Salão Paroquial
Maracanã /PA

SEMA
DIAP - CEC

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente/SEMA por meio da Diretoria de Áreas Protegidas - DIAP e sua Coordenadoria de Ecossistemas - CEC, executa o projeto de Criação de Unidades de Conservação Estaduais.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico, (Lei nº 9.985 de 18/07/2000), "preservar a natureza e, ao mesmo, tempo assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidos por estas populações".



Campo das Mangabas

A área proposta para criação da Unidade de Conservação Campo das Mangabas, está localizada no Município de Maracanã, mesorregião do Nordeste Paraense, microrregião do Salgado, com extensão de 7.408,00 ha envolvendo o Campo das Mangabas e parte do seu entorno, onde encontram-se as comunidades Aricuru, São Tomé, Espírito Santo, São Sebastião do Itaquerê, Vista Alegre, Beira Mar, Nova Brasília, Passagem, Campo Alegre e Martins Pinheiro.

É uma área formada por ecossistemas pouco comum em nosso Estado, tendo seus limites ao Norte, Leste e Oeste com a RESEX Maracanã e ao Sul com a PA-430.



A criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas é uma reivindicação das comunidades locais, tendo como seus representantes junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Associação de Pescadores e Agricultores da Comunidade Aricuru - APEAGA e a Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Com a criação da Unidade de Conservação, além de evitar as ações predatórias que vêm ocorrendo, será elaborado o documento técnico denominado Plano de Manejo, que estabelece o zoneamento, as normas e regras que devem orientar o uso da área e o manejo sustentável dos recursos naturais.



Comunidade Aricuru